LIBERTÁRIA

#004 ▸ MAIO 2021 ▸ 7,42 €

Ana Santos

Andre Vltchek

Angelika Lima

Carlos Moreira

Dana Ward

Dieter Dellinger

Flávio Gonçalves

Filipe Barroso

Gabriel de Oliveira Feitor

Guilherme Trindade

Henrique Canha

João Ferreira Dias

Jorge Matias

Joel Bakan

Kevin Carson

Miguel Nunes Gonçalves

Paulo Deus

Rui Martins

Saúl Pereira

Sean Larsson

Teófilo Braga

 # 004 ▸ MAI 2021

Os libertários e os partidos

Em 1875 era fundado o Partido Socialista Português às mãos de José Fontana, Azedo Gneco, José Correia Nobre França e José Tedeschi; anos antes, em 1848, o "pai" do socialismo libertário, Pierre-Joseph Proudhon, era eleito deputado à Assembleia Nacional; em 1918 Gustav Landauer, um dos principais teóricos do socialismo libertário germânico, foi inclusivamente ministro.

Flávio Gonçalves

Em 1934, mesmo aqui ao lado em Espanha, Ángel Pestaña fundava o Partido Sindicalista e mais exemplos existem: Luta de Classes (Reino Unido), Esquerda Libertária (Chile), Partido Liberal (México), Partido Socialista Anarco-Revolucionário (Itália), Partido da Sociedade (Noruega), Candidatura Unitária dos Trabalhadores (Espanha), Bergpartei (Alemanha). Isto sem contar com as correntes de opinião libertária organizadas que militam actualmente nos Podemos (ES), Die Linke (AL), Partido Trabalhista (RU), Movimento 5 Estrelas (IT), Partido Democrata (EUA) e até os militantes libertários que coexistem em Portugal dentro dos Bloco de Esquerda, Livre e Partido Socialista, embora não se tendo organizado dentro de correntes distintas dentro dos respectivos partidos.

Em Portugal contudo há uma linha maioritária bizarra de ortodoxia libertária (anarquistas ortodoxos, tem a sua piada) que bane como hereges os socialistas libertários que assumam a sua militância em partidos, que ousem sequer que se mencione em fundar um partido próprio (vide o caso de João Freire após ter tido a heresia de o defender na obra "Um Projecto Libertário, Sereno e Racional", já recomendada por nós) ou que tentem organizar-se de modo autónomo dentro de partidos políticos existentes, há quem ache até de mau tom que os socialistas libertários votem em eleições, como se a abstenção e a recusa em participar na vida política da comunidade resolvesse alguma coisa, como se a participação activa mais que não fosse nas opções autárquicas, nas assembleias municipais e de freguesia, não fosse uma opção claramente legítima para qualquer libertário que queira abandonar o altar sagrado da pureza ortodoxa e teórica e sujar as mãos na política do mundo real.

Este número da "Libertária" chega-vos por via de uma Subvenção Popular (sempre soa melhor que crowdfunding), com um novo Estatuto Editorial e, lido atentamente, facilmente se constatará que é o nosso número mais ideológico até à data, onde nos focamos mais na inspiração libertária e menos na social-democracia e no socialismo democrático. Assumimos neste editorial ambições muito claras, a de tornar a "Libertária" numa chancela editorial autónoma (estão já no prelo obras de Eduard Bernstein, Mikhail Bakunine e Élisée Reclus) e organizar o Clube de Política Libertária como estrutura informal de debate sobre temas políticos de relevo, envolvendo militantes bem como pessoas não ligadas ao Partido Socialista. Resumindo: estamos a aplicar as teses de Bernstein e Kautsky não ao marxismo revolucionário, mas à ortodoxia libertária!

@flagoncalv

O SOCIALISMO LIBERTÁRIO E O PS 06
As origens de uma corrente
Gabriel de Oliveira Feitor

ORIGENS DO SOCIALISMO 10
Ascensão e queda da Segunda Internacional
Sean Larsson

REFLEXÕES SOBRE A DEMOCRACIA III 18
Influência da desinformação generalizada
Jorge Matias

O MUNDO EM GUERRA 24
Portugal deve sim retomar relações diplomáticas com a Coreia do Norte
Saúl Pereira

PSICOPATAS ENCANTADORES 28
A Corporação
joel Bakan

COVID NA U.E. 36
Consequências económicas e sociais
Angelika Lima

BIOGRAFIA 40
Pierre-Joseph Proudhon
Dana Ward

IN MEMORIAM 46
David Graeber
Kevin Carson

CONTRACULTURA 54
Já não nos é permitido ver, ouvir e ler o que queremos
Andre Vitchek

DIREITOS 58
Teletrabalho e o mundo da 'colaboração'
Carlos Moreira

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA 63
O moderado é o novo radical
Rui Martins

Pessoas curdas aliadas da liberdade da democracia da humanidade 64
Paulo Deus

Em defesa do empoderamento do Provedor de Justiça 66
Miguel Nunes Gonçalves

Responsividade aos eleitos e proposta para GPPS na AR 68
Rui Martins

Liberdade, democracia e socialismo 70
Paulo Deus

A importância da democracia participativa 76
Ana Santos

Por uma resposta participada à pandemia 78
Carta Aberta

HABITAÇÃO SOCIAL 82
Luxo público
Guilherme Trindade

A INSUSTENTÁVEL LEVEZA DA ESQUERDA INTELECTUAL 85
João Ferreira Dias

COMO LEUVEN DEVE INSPIRAR OS NOSSOS AUTARCAS 86
Co-Criação de cidades como reforço da democracia
Henrique Canha

AS FORMAS DO PODER 90
Liberdade e poder
Guilherme Trindade

ADRIANO BOTELHO 92
Um anarquista açoriano desconhecido na sua terra
Teófilo Braga

DEMOCRACIA REPRESENTATIVA VS. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA 96
Filipe Barroso

As ORIGENS de uma corrente

Depois do 25 de Abril, Mário Soares identificou três correntes ideológicas que coabitavam no Partido Socialista. A do "socialismo utópico e cooperativista de Antero e Sérgio", a do "socialismo marxista" e a do "humanismo cristão". Resumidamente, explica-se desta forma: as duas primeiras social-democratas, uma mais libertária com origem no republicanismo português, e outra no marxismo – apesar do debate que se pode encontrar por essa altura sobre o emprego do conceito social-democrata no PS –, e a última com origem no catolicismo progressista e nas estruturas católicas operárias que desembocaram no rudimentar sindicalismo português dos últimos anos da Ditadura.

Aliás, nesses tempos quentes do pós 25 de Abril, o PS não deixou créditos por mãos alheias no que respeita à memória e reivindicação dos legados históricos, nomeadamente do velho Partido Socialista Português (PSP), com o qual, na verdade, pouco tinha que ver, através da criação das fundações Antero de Quental e José Fontana e da comemoração do centenário da sua fundação (1875-1975).

O Partido Socialista (PS), fundado em 1973, em Bad Münstereifel, por militantes da Acção Socialista Portuguesa (ASP), uma associação política clandestina que acabara por ser admitida no ano anterior como membro de pleno direito da Internacional Socialista, surge como uma singularidade no contexto dos partidos europeus congéneres. Não nasceu dos sindicatos, tão-pouco de qualquer movimento ou tradição operária. Dita essa singularidade, sobretudo, os quase 48 anos de ditadura (associações de classe desmanteladas, instituição

dos sindicatos corporativos, restrição de liberdades, etc.), mas não só. Um país pouco industrializado não ofereceu grandes condições de implantação ao PSP entre o fim do constitucionalismo monárquico e o período republicano, o qual, por responsabilidade própria, foi suplantado pela ideia de república veiculada pelo Partido Republicano Português (PRP). É certo que o republicanismo português havia tido inicialmente um carácter socializante e libertário (influências de Saint-Simon, Fourier, Proudhon ou mesmo Kropotkine), mas à medida que o tempo passa o positivismo imprime-lhe, na prática, uma índole puramente radical-liberal. Não obstante, existiam vários republicanos de tendência socialista no PRP – boa parte deles vieram a dar origem à Esquerda Democrática e alguns constituíram o grupo da Seara Nova – e mesmo o seu programa político defendia algumas medidas social-democratas.

Se atentarmos à base de militância inicial do PS, verifica-se que a esmagadora maioria dos seus membros eram profissionais liberais – sobretudo advogados – e quadros técnicos superiores. É verdade que entre o rol de camaradas contavam-se alguns operários ligados aos tabacos, aos caminhos de ferro ou à CUF, sectores outrora tocados pelo velho PSP e que haviam sido conquistados pela principal organização socialista da década de 1940, a União Socialista,

mas essa ligação ao operariado, comparada com o PCP ou mesmo com o historial do PSP, era residual.

É clara, pois, a influência libertária da herança republicana, o radical-socialismo (diferente de socialismo radical) ou solidarismo, nos programas políticos da União Socialista, da ASP, do PS e mesmo do velho PSP, que, desde a década de 1930, face à Ditadura, optou pelo aprofundamento da via cooperativista, mutualista e sindical. Mas foi fundamentalmente pelo catecismo da revista Seara Nova, e sem sobra de dúvida pelo seu maior doutrinador, António Sérgio, que essa influência se verifica. Sérgio, um racionalista kantiano influenciado pelo socialismo de Proudhon, trouxe à ordem do dia o cooperativismo, "um método – e não o único – de resolver problemas de economia, e de socializar a economia sem ser pela política." Entre as propostas mais conhecidas de cooperativas de consumo, um dia produtoras, unidas numa federação com o seu banco cooperativo, ou da prestação de serviços públicos através de régies cooperativas, Sérgio pugnou pelo municipalismo, pela descentralização administrativa na figura das províncias e pelo self-government nas escolas. Henrique de Barros, presidente da Assembleia Constituinte e, depois, membro do I Governo Constitucional, foi um dos discípulos de António Sérgio que protagonizou a corrente libertária no PS. Na constituinte, a sua experiência foi decisiva para consagração do sector cooperativo na Constituição de 1976. E enquanto Ministro de Estado, fundou o INSCOOP - Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo, organismo de apoio e coordenação para as cooperativas.

Além de Barros, Francisco Marcelo Curto foi outro dos protagonistas libertários no PS. Especializado em direito do trabalho, Curto aderira ao PS semanas depois da sua fundação e desenvolvera, sob influência dos socialistas franceses, diversas iniciativas defensoras da autogestão operária. Como deputado à Constituinte foi responsável pela inclusão da autogestão na Constituição.

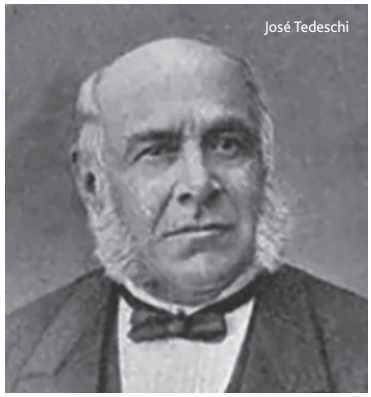
As possibilidades de futuro. Uma social-democracia libertária: a via portuguesa para o socialismo?

Ora, o PS, construído a partir de cima, na sua maioria por profissionais

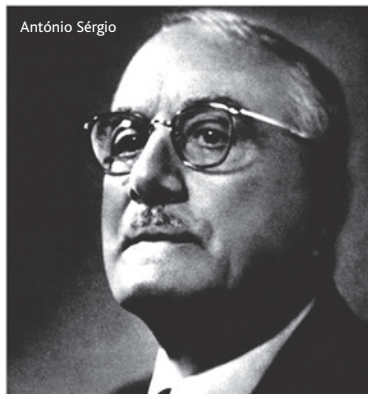
liberais, deve mais à herança republicana radical-socialista e ao cooperativismo do que a qualquer tradição operária e reivindicativa. Costumo dizer que a social-democracia portuguesa é um retrato de duas margens de um rio. Se a margem direita representa o republicanismo, a margem esquerda é a social-democracia europeia, o revisionismo marxista, as quais se ligam por intermédio de uma ponte, o socialismo cooperativista de Sérgio.

Ditam as circunstâncias históricas, sociais e culturais a singularidade portuguesa da *navette* entre alguns matizes do republicanismo e do anarquismo; e, por isso mesmo, impõe-se a exploração das suas potencialidades na construção daquilo que poderá vir a ser a via portuguesa para o socialismo: uma social-democracia libertária. Para esta necessidade já alertava Vitorino Magalhães Godinho em *O Socialismo e o Futuro da Península* (1969), dando conta de um Portugal esclerosado numa híper-centralização. Poderá parecer um paradoxo falar-se em social-democracia libertária, contudo, não é mais do que a síntese do melhor das duas barricadas: uma república social, descentralizadora, porventura federativa, que não exclua o papel do Estado em sectores indispensáveis, como a saúde, mas determine a região, o município e a freguesia como células primordiais da estrutura administrativa do Estado, cujas estruturas económicas assentem num novo paradigma de alteração dos modelos empresariais capitalistas através da associação, da cooperativa, das oficinas comanditas, das experiências de autogestão e, inclusive, dos próprios municípios, em cooperação ou não.

A pandemia pela qual estamos a passar não é senão uma chamada de atenção para isto e, sobretudo, um aviso: este modelo de crescimento desenfreado, baseado no lucro, não pode continuar. Urge, pois, encontrar formas de sustentabilidade, de cooperação e ajuda mútua. Neste contexto, o PS tem o dever moral de encontrar soluções, resgatando para tal o socialismo libertário, ou, se quisermos, associacionista:


José Tedeschi

José Fontana


António Sérgio

Henrique de Barros

- A descentralização do poder de decisão pela regionalização: democratização das comissões de coordenação;
- Transformação das comunidades intermunicipais em federações de municípios de serviços através de régies cooperativas (águas, saneamento, resíduos, energia, transportes, etc.), clarificando a sua utilidade e competências: rentabilizar recursos, reduzir custos e maximizar a eficiência;
- Revisão do Regimento Jurídico das Autarquias Locais: "despresidencializar" as câmaras municipais. Acabar com a excessiva presidencialização de um órgão colegial como deve ser a câmara municipal (executivo). Reforçar, ainda, o papel da assembleia municipal, órgão fiscalizador, de modo a que não se perpetue como caixa de ressonância do executivo. Retirar os presidentes de junta das assembleias municipais, que não foram eleitos para tal, cuja reminiscência corporativista é factor preponderante em maiorias perversas;
- Determinar o exclusivo da complementaridade do SNS nas especialidades médicas, o associativismo mutualista, garante do impedimento dos interesses privados do lucro na saúde à custa do Estado;
- Incentivos e/ou linhas de crédito do Estado às várias formas de cooperativismo, dando o exemplo da habitação, nas suas diversas metodologias, ou de produtores de energias renováveis;
- Revisão legislativa e incentivo às experiências autogestionárias;
- Alteração do Código Cooperativo de acordo com os princípios da Aliança Cooperativa Internacional, com a reversão da "empresarialização" (voto plural, figura de membro investidor e quejandos) da revisão da autoria do governo PSD/CDS.

Ascensão e queda da Segunda Internacional

Em 14 de Julho de 1889, nascia a Segunda Internacional para unir os trabalhadores de todo o mundo. O que aconteceu ao sonho?

Como consequência da brutal carnificina da Comuna de Paris, a Associação Internacional dos Trabalhadores de Marx dissolveu-se no meio de disputas entre facções socialistas e anarquistas. No quarto de século que se seguiu, os socialistas viram-se privados da sua mais alta forma de organização.

Mas no Dia da Bastilha, em 1889, cem anos após a Revolução Francesa, os líderes operários reforjaram a Internacional. Uma enorme faixa vermelha estampada com as palavras douradas "Trabalhadores do Mundo, Uni-vos!" pendurada num abarrotado salão de baile de Paris. Paul Lafargue, genro de Marx, recebeu representantes de 24 países para o congresso de abertura da Segunda Internacional, estendendo uma recepção especial aos muitos delegados alemães e celebrando a ausência de nacionalismo:

Juntamo-nos aqui não sob o estandarte da tricolor ou qualquer outra cor internacional, reunimo-nos aqui sob o estandarte da bandeira vermelha, a bandeira do proletariado internacional. Aqui não estão na França capitalista, na Paris dos burgueses. Aqui nesta sala estão numa das capitais do proletariado internacional, do socialismo internacional.

Pelo início do século XX, os partidos organizados na Segunda Internacional tinham-se tornado em prósperas organizações de massas ligadas aos movimentos sindicalistas em rápido crescimento – bombas-relógio activas no coração da Europa capitalista.

Mas 25 anos passados sobre a fundação, quase todos estes partidos trairiam a sua missão, alinhando-se com as elites nacionais no apoio à Primeira Guerra Mundial e rasgando em pedaços as promessas de solidariedade internacional.

A Segunda Internacional não tinha que cair. Decisões políticas específicas levaram esses partidos a minar o seu próprio potencial revolucionário. Devemos aprender com a sua experiência.

Um programa internacional

A Segunda Internacional existiu desde 1889 até 1914. Partidos socialistas de todo o mundo enviaram representantes aos congressos regulares e participaram em

projectos partilhados. A Internacional também incluía partidos de toda a Europa, Turquia, Índia, Japão, Estados Unidos, Argentina, Uruguai e Chile.
Os líderes do movimento vislumbraram um belo novo mundo, mas, ao contrário dos socialistas utópicos do passado, tinham os meios de implementá-lo. Avançaram com um compromisso implacável de tornar a sua alternativa em realidade. Tendo descoberto o marxismo, uma curiosidade ardente sobre a natureza e a sociedade levou essa geração a explorar todos os aspetos da história humana a partir de sua nova perspetiva.
Eles produziram um trabalho brilhante: a exploração do cristianismo por Kautsky, a defesa histórico-filosófica da preguiça de Lafargue e as teorias de Plekhanov sobre o agente humano na história. O próprio general, Friedrich Engels, assumiu o comando naqueles primeiros anos. A sua vasta correspondência ofereceu conselhos teóricos e práticos aos marxistas que se organizavam por toda a Europa.
As variações de contextos social, económico e político moldaram os movimentos de trabalhadores. Bélgica, Alemanha e Áustria tinham os maiores e mais robustos partidos, enquanto os da Europa de Leste – Rússia e Polónia – eram forçados à clandestinidade. Os partidos ingleses e americanos incorporaram menos inspiração das lutas revolucionárias e de marxismo e tentaram manter-se sob o direito da Internacional.
Enquanto os trabalhadores industriais se mantiveram como a primeira base do movimento, os trabalhadores agrícolas 'à jorna' e os pequenos camponeses formaram uma parte considerável dos partidos socialistas de Itália e França. As uniões sindicais destes países mantiveram uma certa desconfiança em relação aos parlamentos, o que produziu fortes correntes sindicais.
Quase todos os partidos da Internacional nasceram da união de vários grupos de trabalhadores, socialistas e anarquistas. As teorias e práticas de Karl Marx surgiram em todos os partidos, mas nem sempre representaram um papel dominante.
Todos os partidos continentais tinham os seus desafios específicos. Em França, o movimento socialista tinha divisões constantes a partir de linhas sectoriais; na Áustria e na Rússia, os membros do partido tiveram que lidar com a questão nacional no início; os italianos enfrentaram diferenças regionais quase intransponíveis. Na Alemanha, uma grande classe de proprietários de terras ainda controlava o Estado. No entanto, o Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) tornou-se o maior partido da Segunda Internacional e seu farol orientador. Os sociais-democratas alemães assumiram a liderança da estratégia dentro da Internacional, e os debates e processos que aconteciam na Alemanha tendiam a ecoar entre os outros partidos.

O nascimento do SPD

Na década seguinte à fundação da Segunda Internacional, a Alemanha aprovou uma série de leis antissociais, bem como medidas destinadas a conquistar as classes trabalhadoras na esperança de conter a influência do SPD. Uma brecha nas leis permitiu que fizessem campanha para as eleições, mas nada mais.
Mas a imprensa do movimento no exílio e as tertúlias socialistas mantiveram o SPD vivo. De facto, para muitos trabalhadores alemães, as tertúlias tornaram-se praticamente sinónimo de social-democracia, uma característica que o SPD compartilhou com os movimentos austríaco e italiano. Um proeminente socialista austríaco até argumentou que "a mesa da cervejaria" era uma ferramenta mais eficaz de recrutamento e consciencialização do que jornais e reuniões em massa. Na década de 1890, o socialismo alemão crescia de vitória em vitória, entrando em todos os aspetos da vida da classe trabalhadora.
Um trabalhador alemão podia nascer num lar social-democrata, ingressar numa organização juvenil do SPD e, em seguida, entrar no sindicato social-democrata que organizara o seu local de trabalho. Após o trabalho, podiam assistir a uma palestra numa sociedade educa-

cional social-democrata ou conspirar com colegas trabalhadores numa tertúlia do partido antes de recolher mantimentos através de uma cooperativa de consumo social-democrata. Na velhice, os trabalhadores sabiam que os seus sindicatos cobririam os seus preparativos fúnebres. O SPD tinha-se realmente tornado um movimento para a vida.

O partido espalhou o socialismo não só através do seu enorme império de imprensa, mas também através da escola partidária, festivais regulares de massas, reuniões de filiais locais e congressos partidários. Organizou associações de ginástica e uma série de clubes, para cantar, andar de bicicleta, remo, natação, vela e futebol. Associações de trabalhadores de base promoveram a saúde pública, teatro gratuito, xadrez, naturalismo e "proletários de pensamento-livre". A social-democracia alemã deu aos trabalhadores acesso a um novo mundo para a vida.

Este meio sociocultural transmitiu os valores da solidariedade, a capacidade de auto-organização, e directivas políticas para centenas de milhar de trabalhadores alemães. As promessas de um futuro socialista – *Zukunftsstaat* – uniu-os e animou-os. Esta visão diferenciava-se da dos partidos liberais sociais-democratas desse período.

No início dos anos 1900, o SPD tinha-se tornado no maior partido do império germânico. Todo um espectro de partidos dominantes, denunciavam os movimentos sociais de trabalhadores apelidando-os uma quase imparável "maré vermelha". Os inimigos do SPD chamavam-lhe o "partido a derrubar", *Umsturzpartei*. Ao contrário dos esquemas de auxílio estatal de Ferdinand Lasalle, o SPD construiu um grupo de trabalhadores massivo com base numa organização política independente. O teórico-chefe do partido, Karl Kautsky, desenvolveu o materialismo histórico de Marx e aplicou-o brilhantemente a questões organizacionais. A influência do "Papa do Marxismo" em toda a Internacional não pode ser subestimada.

A grande polémica revisionista

Os princípios e a estratégia política do SPD ajudaram a determinar como o partido cresceu e se desenvolveu no terreno. A estratégia tornou-se um local de grande contestação, como mais claramente expressa a "grande polémica revisionista" entre 1898 e 1903, que se concentrou em torno do impulso de Eduard Bernstein em direcção ao eleitoralismo.

O debate mexeu num dos nervos da Segunda Internacional. A batalha que se seguiu colocou a crescente corrente reformista - Filippo Turati na Itália, Jean Jaurès na França, Engelbert Pernerstorfer na Áustria, e certos mencheviques na Rússia - contra os revolucionários, que incluíram não apenas Kautsky, Rosa Luxemburgo e

August Bebel, mas também Georg Plekhanov na Rússia e, em certa medida, Jules Guesde na França.

Ex-colaborador próximo de Engels, Eduard Bernstein foi um proeminente líder do SPD durante os dias sombrios das leis antissocialistas. Escrevendo em meados do *boom* económico de 1895-1900, no entanto, ele passou a acreditar que o desenvolvimento do capitalismo havia desacreditado os pronunciamentos de Marx sobre o inevitável colapso do sistema. Apelou a uma mudança estratégica que enfatizasse o imperativo ético para o socialismo acima da luta de classes, concluindo que o capitalismo desenvolvido oferecia a prosperidade necessária para legislar sob a premissa socialista. As novas condições significavam que os sociais-democratas poderiam abandonar o seu posicionamento revolucionário e, em vez disso, concentrar-se em vencer reformas incrementais através da organização eleitoral e sindical. Bernstein baseou o seu revisionismo, que passou a ser conhecido como "reformismo", na crença de que o Estado liberal-democrático estava acima das classes. Se o Estado serve como árbitro neutro, então o poder crescente no parlamento será igual ao poder crescente da classe trabalhadora. Essa análise produz uma estratégia principalmente eleitoral, afinal uma maioria legislativa seria considerada como a via para alcançar o socialismo. A estratégia reformista substituiu a atividade auto-organizada dos trabalhadores.

De facto, o SPD tinha desfrutado de uma série de vitórias eleitorais, e o seu impressionante sucesso encorajou os líderes partidários a se concentrarem neste aspecto do seu trabalho. Grande parte do escândalo em torno de Bernstein veio do facto de que afirmava abertamente que tal já se havia tornado na prática do partido.

Contra a via parlamentar de Bernstein para o socialismo, Kautsky argumentou que o crescente poder do SPD geraria reacção e supressão por parte da burguesia, sendo necessário um golpe final — a revolução — para que a classe trabalhadora pudesse tomar o poder do Estado. Indo além da linha de raciocínio de Kautsky, Rosa Luxemburgo entendeu a actividade disruptiva como o motor condutor das reformas no aqui e agora.

Kautsky e Bebel visavam reunir o partido derrotando a teoria revisionista por motivos ideológicos. Pensaram que se pudessem ganhar a batalha das ideias, poderiam isolar e restringir os revisionistas.

No final, a executiva do partido condenou oficialmente as ideias de Bernstein, mas não fez nada para reorientar a actividade prática do SPD, que já havia começado a se voltar para o eleitoralismo. Kautsky tolamente reivindicou vitória.

Após o seu sucesso eleitoral de 1903, o SPD iniciou um processo de centralização e reorganização propício à criação de uma "máquina eleitoral em modo suave". Esse esforço exigiu a contratação de uma massa de funcionários assalariados para cumprir as novas tarefas. A existência dessa camada administrativa por si só não tornou o partido mais conservador: foram os propósitos quase exclusivamente eleitoralistas aos quais foram colocados que garantiram esse resultado.

As ligações sindicais

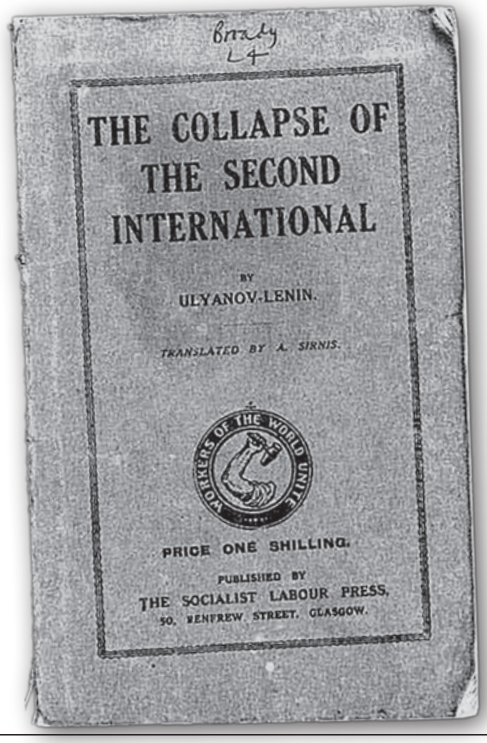
Ao longo desse período, o SPD desenvolveu laços estreitos com os Sindicatos Livres. Os principais funcionários dos sindicatos eram todos militantes activos do partido, e o partido dependia deles para mobilizar votos entre

Delegates to the 1907 Stuttgart Congress.

Delegates to the 1910 Copenhagen Congress.

as amplas camadas de trabalhadores não socialistas. À medida que o movimento crescia, também cresciam as finanças. Em 1905, os Sindicatos Livres tinham quase cinquenta vezes a receita do SPD — cerca de 25 milhões de marcos. Os sindicatos não só apoiaram os trabalhadores durante as greves, mas também ajudaram a mitigar os custos de batalhas legais, recolocações, desemprego, doenças, incapacidade e morte. Para gerir todas essas responsabilidades, as fileiras burocráticas cresceram de modo constante, passando de pouco mais de cem em 1902 para mais de dois mil em 1914. Assim, a proporção de funcionários assalariados para militantes dirigentes caiu de 1:6.600 em 1902 para 1:870 em apenas doze anos.

Os dirigentes sindicais logo se tornaram no principal baluarte do conservadorismo. Essa camada administrativa não precisava lutar contra o patrão para obter ordenados mais altos — a existência contínua da organização garantia a sua subsistência. Dependente de condições económicas estáveis e negociações de boa-fé com os empregadores, a burocracia alinhava-se fundamentalmente à teoria de Bernstein no desenvolvimento pacífico do socialismo. Contra a retórica oficial do partido, os funcionários priorizaram a estabilidade sindical e partidária acima dos objectivos revolucionários da social-democracia e as mobilizações em massa necessárias para os alcançar.



Enquanto o SPD alemão crescia, a Leste ia-se formando uma tempestade. Em 1905, uma onda de greves políticas em massa espalhou-se pela Rússia e pela Polónia, criando os primeiros conselhos políticos dos trabalhadores, ou sovietes. Na esteira deste surto também a atividade grevista na Alemanha começou a aumentar, e o SPD mergulhou mais uma vez em debate. Os sindicatos declararam que nem sequer discutiriam greve política em massa, causando alvoroço entre a ala esquerda do SPD. O debate culminou no Congresso do partido, em Mannheim, em 1906.

Pouco antes do congresso, Rosa Luxemburgo lançou uma bomba teórica que desenharia as linhas de batalha dentro do partido — e dentro da Internacional — nos próximos anos.

A Greve de Massas, o Partido Político e os Sindicatos relatava a experiência de Luxemburgo na revolução polaca, argumentando abertamente pela acção revolucionária em massa acima dos dirigentes sindicais e da crescente burocracia do partido. Como Kautsky, acreditava que os sindicatos deveriam estar subordinados aos objetivos revolucionários do partido, exigia ao partido para assumir a liderança política na greve revolucionária de massas.

Este princípio de liderança política capaz de aprender com a acção dos trabalhadores em massa reverberou dentro da Segunda Internacional e, de facto, também Vladimir Lenine tinha defendido o mesmo fortemente no partido russo.

Infelizmente, os dados estavam lançados na Alemanha. As lideranças do partido e dos sindicatos reuniram meses antes do congresso do partido e concordaram num pacto secreto que deu aos líderes sindicais o poder de veto sobre todas as políticas partidárias importantes. Tal restringiu a influência radical den-

tro do partido, impedindo-o de assumir o papel que Luxemburgo descrevera.

Durante três anos após o acordo de Mannheim, dois desenvolvimentos paralelos e entrelaçados - a expansão do poder sindical sobre o partido e a criação de uma enorme burocracia partidária - ajudaram a estabelecer um novo rumo para o SPD. Carl Schorske descreveu a informal, mas poderosa dinâmica do partido-sindical num estudo clássico:

Enquanto que o poder do partido podia ser medido apenas nas urnas, os seus líderes foram obrigados a contar com massas de companheiros de luta, em grande parte sindicalistas politicamente indiferentes. O temor de que os líderes sindicais pudessem reter o apoio eleitoral do partido tornou o executivo extremamente sensível às exigências dos sindicalistas.

Essas condições locais ditaram como o SPD se viria a comportar durante os debates sobre o revisionismo e a greve geral. Mobilizações da classe trabalhadora, como greves políticas em massa, arriscaram a estabilidade da máquina partidária, assim como paralisações de trabalho ameaçaram burocratas sindicais. Ironicamente, porém, quando o executivo do partido procurou impedir tais acções em favor do progresso eleitoral pacífico, minaram a própria base de obter o poder e a garantia da sua existência contínua.

O eleitoralismo veio com a insistência de que os políticos poderiam garantir o socialismo a partir dos seus escritórios estatais. As prioridades do partido mudaram. Já não lutava pela autogestão dos trabalhadores, com o Parlamento a servir para ampliar essas possibilidades. Em vez disso, a mobilização em massa foi subordinada às necessidades eleitorais, às relações entre funcionários do partido e políticos burgueses, e às negociações secretas nos salões de fumo do Reichstag.

Este era o estado do SPD na véspera da Grande Guerra. Nenhuma lei de ferro dos partidos de massas ditou este resultado. Pelo contrário, advém directamente de uma série de escolhas políticas.

O fim natural do reformismo

O reformismo também viera a ganhar terreno durante toda a Segunda Internacional, embora nem sempre pelas mesmas razões que na Alemanha. Todos os partidos passaram por conflitos internos e tensões centrífugas, resultando muitas vezes em compromissos que evitaram tomar medidas além de espalhar propaganda e vencer eleições.

Em três congressos separados no início do século XX, a Segunda Internacional aprovou resoluções contra a guerra e o militarismo. Já em 1912, os delegados resolveram que os socialistas deveriam "exercer todos os

esforços para evitar a guerra". Mas a Internacional não pôde responsabilizar os partidos membros por essas decisões, nem conseguia levar as suas resoluções para o exterior ordenando uma greve geral ou qualquer outra mobilização em massa.

Durante anos, os partidos nacionais analisaram as alianças para a alteração da classe dominante e os seus preparativos para o conflito. Então, de repente, no verão de 1914, a Grande Guerra estava sobre eles. A sua resposta revelou o quão longe a prática tinha recuado da sua retórica radical.

Em França, o firme líder antiguerra do Partido Socialista, Jean Jaurès, foi assassinado, causando medo no partido e na liderança sindical, que então votou por unanimidade para apoiar o "sacrée sindical" sem greve para defender a nação. O Partido Trabalhista belga abandonou uma manifestação pacifista já planeada e votou a favor dos créditos de guerra. O Partido Trabalhista britânico fez uma reversão igualmente dramática, apoiando os créditos de guerra e, posteriormente, juntando-se ao governo. Embora os socialistas austríacos e húngaros

Gratis! Extra-Ausgabe. Gratis!

Vorwärts

Berliner Volksblatt.

Zentralorgan der sozialdemokratischen Partei Deutschlands.

Dienstag, den 4. August 1914.

Die Sozialdemokratie und der Krieg!

Die sozialdemokratische Reichstagsfraktion bewilligte in der heutigen Sitzung des Reichstages die von der Regierung geforderten Kriegskredite. Gleichzeitig gab sie nachfolgende Erklärung über ihre Stellung ab:

não pudessem votar no parlamento, compensaram isso com uma onda de propaganda nacionalista.

Um após o outro, os partidos da Segunda Internacional declararam o seu apoio à classe dominante que levou os seus povos ao massacre da Primeira Guerra Mundial. Todas as partes se justificaram apelidando-a de guerra defensiva, necessária para salvaguardar a democracia. Todos escolheram a sua própria nação em vez da solidariedade internacional que haviam proclamado vinte e cinco anos antes.

Além de pequenos agrupamentos, o Partido Bolchevique foi a única grande força na Internacional que tomou uma posição inequívoca contra a guerra e a classe dominante. Para os bolcheviques e os mencheviques que se juntaram a eles, esta posição representou a conclusão lógica dos seus esforços de longa data para promover a autogestão da classe trabalhadora, o que necessariamente implicava a solidariedade internacional com outros trabalhadores.

Em 1914, enquanto a Alemanha se preparava para a guerra, pediu ao Reichstag que considerasse formas de financiamento do esforço. Em 2 de agosto, a União de Comércio Livre concordou em participar dos preparativos do governo para a guerra, rejeitando as "ofensivas" sindicais e estabelecendo uma "trégua de classes". Dois dias depois, a delegação do SPD votou por unanimidade a favor dos créditos de guerra, chocando Lenine e a ala esquerda da Internacional. Os ativistas revolucionários reconheceram imediatamente o verdadeiro significado do voto: deu à poderosa Segunda Internacional, uma esperança viva de Engels e a condenação à desgraça das classes dominantes europeias, o seu golpe mortal.

A trégua entre classes comprometeu o SPD com uma via resolutamente reformista permanente, impondo disciplina estatal sobre o próprio partido. A lógica do reformismo tinha sido levada à sua conclusão lógica, completamente subordinada à máquina partidária do Estado.

Mas esta política de reforma hierarquizada, e o investimento total do aparelho do SPD, não conseguiu

garantir quaisquer concessões por parte da classe dominante alemã. Seria preciso uma acção revolucionária definitiva em massa para acabar com a guerra e anunciar a Revolução Alemã de 1918.

Um Legado Duradouro

A viragem à direita do SPD surgiu da decisão do partido em fazer eleger os socialistas em vez de construir a militância dos trabalhadores. Essa estratégia ampliou maciçamente a burocracia do SPD e forçou o partido a contar com sindicatos conservadores como sendo a sua base eleitoral, à custa de acções de cerrar fileiras e de greves em massa. Um partido de trabalhadores em massa poderia, em vez disso, ter encorajado e liderado a autogestão dos trabalhadores, como argumentou Luxemburgo e como os bolcheviques colocaram em prática com sucesso.

A Segunda Internacional foi a fornalha dos debates mais importantes da história do movimento socialista. No seu auge, reuniu partidos socialistas em massa que moldaram e deram expressão a uma vida próspera para a classe trabalhadora.

Mas a política internacionalista revolucionária não poderia ameaçar as águas do campo contestado da social-democracia para sempre. Quando a escolha política foi confrontada, os partidos sociais-democratas insurgentes invariavelmente permitiram que as suas ligações a posições de influência eclipsassem o seu projeto político. Desde então que os socialistas têm tentado salvar os valores preciosos da Segunda Internacional de entre os seus destroços.

© JACOBINMAG.COM | Todos os direitos reservados, publicado sob expressa autorização.

Influência da desinformação generalizada

Um tema que não pode ser ignorado, por se ter tornado parte do ambiente noticioso global, e por se tratar de uma das maiores ameaças à manutenção dos sistemas democráticos que, em diferentes países, encontram regras diferentes e podem (ou não) ser mais vulneráveis, são as "fake news".

Quando, em Novembro de 2016, o mundo se surpreendia com a inesperada eleição de Donald Trump para o cargo de 45º Presidente dos Estados Unidos, o tema tomou conta da maioria dos debates políticos em todo o mundo e o termo "fake news" passou a fazer parte do léxico político em todas as latitudes do planeta.

O conceito e o termo, contudo, está longe de ser uma novidade deste ou do século passado. Na realidade, de acordo com "A Short Guide to the History of 'Fake News' and Disinformation", da autoria de Julie Posetti e Alice Matthews e publicado pelo International Center For Journalists (ICFJ) em Julho de 2018, o caso mais antigo regista-se no ano 44 a.C.

De acordo com o Guia, após o envolvimento de Marco António com Cleópatra e o desmoronamento do triunvirato que regia o Império Romano (formado por Marco António, Octaviano e Marco Emílio Lépido), e após o afastamento de Lépido (36 a.C.) do triunvirato, Octaviano orquestrou uma campanha que visava denegrir a imagem de Marco António. Campanha essa que resultou numa guerra civil (31 a.C.) e numa subsequente declaração de guerra do Senado Romano contra Cleópatra que acabaria derrotada juntamente com Marco António, ainda no mesmo ano, por Octaviano que, sem concorrência, receberia o título de Augusto no ano 29 a.C.

O mesmo Guia aponta a invenção de Gutenberg (por volta de 1450) como o grande catalisador da disseminação de notícias inventadas, uma vez que a invenção veio permitir a circulação em larga escala de notícias impressas por toda a Europa.

Mas é no final do século XIX que a manipulação de informação e ideias ganha consistência, no decurso da Segunda Guerra Boer (1899-1902), na África do Sul, quando o Exército Inglês publicou propaganda sobre o estereótipo "Boer" para influenciar a opinião pública britânica a apoiar uma guerra impopular.

Segue-se, na lista do Guia, a influência da propaganda no recrutamento para a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), com os famosos cartazes "Your Country Needs You" e, durante a Revolução Russa de 1917, o surgimento de uma autêntica máquina de propaganda e desinformação (um dos melhores exemplos do que terá sido o propulsor dos formatos atuais, muito por causa da longevidade temporal) para enaltecer a nova ordem social superior soviética e denegrir a imagem do Ocidente, e que – enquanto suporte do aparelho soviético – durou bastante para além da queda do Muro de Berlim (em Novembro de 1989).

Ninguém duvida ou contrapõe, contudo que o Ministério da Propaganda (Reichsministerium für Volksaufklärung und Propaganda, no original), estabelecido em 1933 pelo Presidente Paul von Hindenburg, e liderado por Joseph Goebbels de 1933 a 1945, foi uma das mais eficientes máquinas de propaganda e disseminação de desinformação conhecidas (aqui, "conhecidas", um termo nada inocente e a reter para o resto da leitura) até aos dias de hoje.

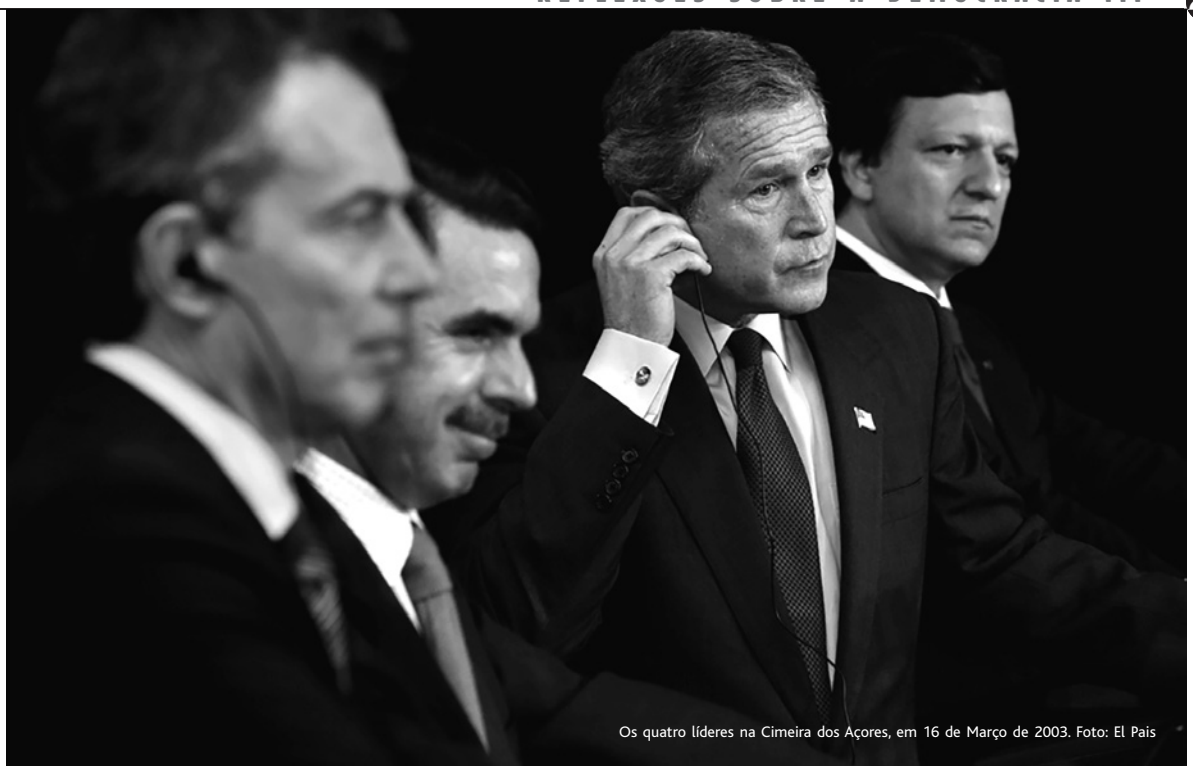
Exemplos da monumental e eficiente estrutura montada pelo ministro, passam pela cinematografia documental de Leni Riefenstahl, de onde se destaca a cobertura dos Jogos Olímpicos de Berlim de 1936 ("O Triunfo da Vontade") e a cobertura de uma convenção do Partido Nacional-Socialista (Nazi) em Nuremberga, em 1934, que seria o ponto de parti-

da para a eleição de Adolf Hitler, não só como presidente do partido, mas mais tarde como Führer (líder ou guia, numa tradução literal).

Uma das campanhas mais notáveis deste ministério está diretamente ligada ao cerco de Estalinegrado (hoje, São Petersburgo) que durou nada menos que 900 dias (perto de 3 anos, de 8 de Setembro de 1941 a 27 de Janeiro de 1944), durante a qual os alemães bombardearam literalmente os ouvidos dos soviéticos com mensagens de perda, captura de líderes, posições de combate, corte de abastecimentos e mais tudo o que poderia desmoralizar uma comunidade. Os alemães nunca tomaram Estalinegrado por conta da contrainformação soviética que desdizia as mensagens nazis, num complexo esquema artesanal de contrainformação e demonstração das evidências contidas nas mensagens nazis.

O livro de Edward Herstein, "The War That Hitler Won" (1978), descreve a propaganda nazi como "a mais infame campanha da história", que terá levado à demonização e perseguição, com apoio popular, de judeus de tal forma atroz que ainda hoje há quem negue a existência do Holocausto Nazi. Historicamente, terá sido igualmente uma das mais eficazes graças a esse apoio popular.

Depois disso, há inúmeros casos devidamente registados sobre campanhas de desinformação, sempre a conduzir no sentido de obter um certo apoio das populações para objetivos pouco claros ou mesmo obscuros: informações e dados sobre a realidade da Guerra do Vietname (ainda hoje, nos Estados Unidos, se acredita que apenas 58 mil soldados perderam a vida numa das guerras mais mortíferas do século XX); os números totalmente obscuros sobre os tempos da Guerra Fria (1947-1991); as campanhas Sul-Africanas sobre o Apartheid que durou entre o ano 1972 e meados dos anos 1990 (bastante depois da libertação e eleição de Nelson Mandela para Presidente da República da África do Sul); as campanhas de desinformação orquestradas por George W. Bush e Colin Powell, com o beneplácito de Durão Barroso, José Maria Aznar e o Tony Blair (patrocinadores de uma cimeira que decorreu na Base da Lajes,



Os quatro líderes na Cimeira dos Açores, em 16 de Março de 2003. Foto: El Pais

ilha Terceira, Açores, e que muitos classificam ainda hoje como "uma Cimeira fora-da-lei") que ditaram a invasão do Iraque; a ocultação deliberada sobre as razões e factos sobre a "suposta" guerra civil na Síria e os envolvidos diretos na contenda; o blackout totalmente deliberado sobre a invasão da província da Crimeia (Ucrânia) por parte da Rússia (e podemos incluir facilmente e claramente a questão da Geórgia, alguns anos antes)... A história recente tem exemplos sem fim.

O real valor de uma verdade

No mercado político global atual, quando vale realmente uma verdade? E quanto vale uma mentira? Qual a real importância que cada uma delas tem nas sondagens públicas, quando comparadas com os resultados finais em eleições que essas mesmas sondagens pretendem antever? Eu diria que as probabilidades pendem para um maior valor para o lado da mentira – ou das inverdades.

Deixemos por um instante o fator político e concentremo-nos em fatores psicossociais que, provavelmente, são os que mais pesam numa decisão final por parte dos eleitores.

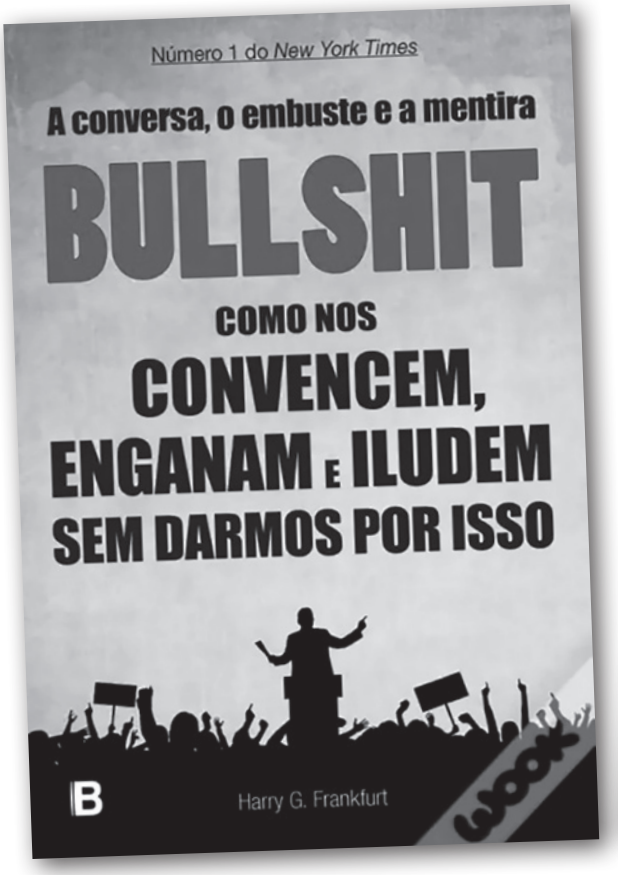
Na realidade, a pergunta que os psicólogos colocam é: o que é um mentiroso, como se classifica e identifica um mentiroso?

Mentir é uma atitude impulsiva que, quando não contida entra em rápida aceleração para a compulsividade. É inegável que todos nós, pelo menos uma vez na vida, mentimos sobre alguma coisa – até quando afirmamos que não mentimos, estamos a mentir. Por exemplo na infância, quando fizemos alguma asneira e mentimos por receio das consequências que daí podem vir. Dependendo da evolução de vida de cada um, ou passamos a redimirmo-nos com a utilização da verdade e assumindo as consequências dos nossos atos, ou então prosseguimos uma carreira de mentiroso que não tende a ter fim. Isto acontece porque o mentiroso habitual, necessita de acumular mentiras para sustentar as anteriores, tornando-se num hábito de tal forma natural enraizado que o mentiroso chega a acreditar nas suas próprias mentiras.

Contudo, quando falamos nos populistas do mundo atual, não é bem de mentirosos que estamos a falar. Se assim fosse, teríamos de classificar na mesma medida todos aqueles que os seguem e acreditam nos discursos populistas. E não é exatamente isso que acontece. Por esta razão, os discursos populistas e as campanhas de desinformação que invadiram a vida social e política não são necessariamente mentiras e a culpa do sucesso dessas campanhas acabam por ser da responsabilidade de todos como sociedade.

Como refere a socióloga franco-israelita Eva Illouz (considerada pela revista alemã *Die Zeit* como uma das 12 intelectuais mais influentes do mundo) num ensaio publicado no jornal israelita *Haaretz* em setembro de 2019: "A nossa época é marcada por um recuo sem precedentes de um dos principais legados do iluminismo: a verdade como pilar moral e política".

E, tendo em consideração que, de facto os mentirosos têm hoje imenso sucesso e aceitação por parte do público, só podemos concluir que a verdade já não é assim tão importante para nós. E por isso impõe-se uma per-



gunta: que aconteceu com a cultura ocidental – herdeira natural do Iluminismo – para tamanho desinteresse sobre o conceito da verdade?

E podemos também debruçar-nos sobre a diferença entre a propaganda nazi e as 'fake news' de hoje para encontrar sérias diferenças.

Ao longo dos perto de 900 dias que durou o cerco nazi a Estalinegrado, os alemães bombardearam os soviéticos com todo o tipo de mentira descarada com intuito de desmoralizar os resistentes. Desde vitórias nas linhas avançadas (que nunca aconteceram), ao corte de linhas de abastecimento (que continuava a fluir apesar das manifestas dificuldades em suster o avanço nazi), a morte ou captura dos heróis locais, os alemães tudo fizeram para desmobilizar aquele que se tornou o bastião fundamental para travar o avanço do exército nazi.

Atualmente, as notícias falsas são mais direcionadas no sentido de defender uma ideia baseando-se em pressupostos que são de origem duvidosa, no mínimo. A título de exemplo: negar factos científicos com a finalidade de incentivar alguns (poucos) aspetos que possam garantir rentabilidade em sociedades debilitadas, funcionam como um poderoso néctar para a moral social. Isto tem sido bastante evidente em países como os Estados Unidos (com Donald Trump) ou o Brasil (com Jair Bolsonaro). Por conseguinte, aquilo que alguns líderes mundiais classificam como "fake news", não são realmente falsas. São mais uma distorção de uma realidade – as tais inverdades – que é adaptada para um certo discurso que tem uma finalidade e um objetivo específico. E é neste ponto que devemos incluir a psicologia como forma de análise comportamental destes líderes e da forma como articulam o seu discurso de forma a disseminar as maiores barbaridades com a candura de alguém que parece genuíno.

O famoso filósofo Harry Frankfurt, no livro "On Bullshit" (2005), define 'bullshit' como uma nova forma de conhecimento. Ele defende que tanto o mentiroso como aquele que diz a verdade, partilham alguns fundamentos lógicos e morais porque ambos se preocupam essencialmente com a verdade, com a diferença que enquanto um a defende como sendo absoluta e inegável, o outro tem o cuidado de não a revelar e nunca a referir.

Este segundo aspeto retrata na perfeição o que passa com as campanhas de desinformação e os discursos populistas atuais e que Frankfurt classifica como "bullshit" (um conceito que se situa entre a mentira, a treta e a parvoíce). Trata-se de uma nova forma de comunicação que se carateriza pelo facto de que quem a pratica não se preocupa em dizer a verdade, nem em mentir, antes prefere demonstrar um profundo desprezo pelos fatos históricos ou lógicos.

Também Portugal não escapa

Portugal também não escapa às teias das notícias falsas. Ainda antes do início da Primeira República Portuguesa (1910-1926), o país estava imerso numa imensa conspiração baseada numa série de notícias pouco fiáveis sobre o regime, contrainformação e também sob um controlo estatal sobre os conteúdos das notícias.

Jornais nascidos em meados do século XIX (*Diário de Notícias*, *Comércio do Porto*, *Jornal de Notícias*, etc.) faziam parte da barricada de apoio ao regime monárquico, enquanto que jornais como o *Primeiro de Janeiro*, *O Século* (fundado no final do século XIX como órgão oficial do Partido Republicano) ou o *Mundo* (16 de Setembro de 1900 e o mais radical anti-monarquia) se posicionavam na barricada oposta.

Este extremar de posições viria a potenciar o surgimento de muitas informações falsas que eram veiculadas diariamente nas maiores cidades do país que, basicamente, era onde se tomavam as grandes decisões.

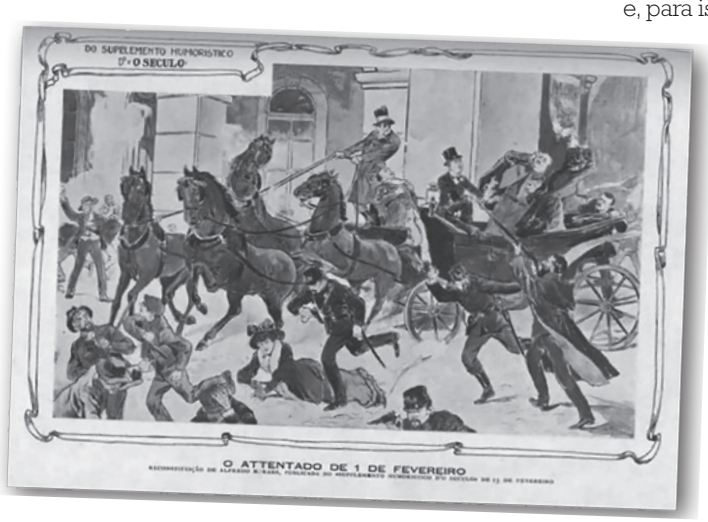
E também não é de estranhar que após o incidente que marcou o dia 5 de Outubro de 1910, tenha havido reações contrárias de ambos os lados das barricadas. Os jornais mais conservadores e afetos ao regime referiam-se ao atentado levado a cabo por António Buíça como um ato de terrorismo, enquanto os jornais mais libertários se referiam a ''um ato de libertação''.

Não se julgue, porém, que fica por aqui a saga das notícias pouco fiáveis. Ao longo dos 16 anos que ficaram conhecidos como Primeira República Portuguesa (ou República Parlamentar, que durou entre 5 de Outubro de 1910 e 28 de Maio de 1926) a divulgação de notícias era de tal forma caótica e contraditória que o país conheceu sete parlamentos, oito presidentes da República, 45 governos, 40 chefias de governo (um presidente do Governo Provisório e 38 presidentes do Ministério), duas presidências do Ministério que não chegaram a tomar posse, dois presidentes do Ministério interinos, uma junta constitucional, uma junta revolucionária e um ministério investido na totalidade do poder executivo.

Era tal o caos que um golpe militar ocorrido a 28 de Maio de 1926 viria a instituir uma Ditadura Militar (1926-1928), mais tarde chamada Ditadura Nacional (1928-1933) e ainda mais tarde Estado Novo (1933-1974).

Quanto ao período que medeia o nascimento do Estado Novo e eclode a Guerra do Ultramar (1933-1961) é conhecida a atuação dos censores do regime que analisavam ao detalhe todas as notícias a publicar e das quais eram retiradas as passagens mais melindrosas para o regime. É, contudo, após 1961 que essa censura se acentua ainda mais.

Mais uma vez, como no referido caso da Segunda Guerra dos Boer, o regime precisava criar empatia para a causa da defesa das províncias ultramarinas e, para isso, era necessário eliminar qualquer notícia contrária à causa. Assim, entre 1961 e 1974, as únicas notícias publicadas no país eram as notícias de vitórias, conquistas ou de glorificação das atividades do regime em relação aos ''turras'' (como eram chamados os revolucionários locais, em substituição do termo ''terroristas'').



Portugal deve SIM retomar relações diplomáticas com a Coreia do Norte

Causou celeuma a entrevista ao *Observador* em que João Ferreira, respondeu a uma pergunta sobre a perspectiva do PCP acerca das relações entre Portugal e a Coreia do Norte. O candidato respondeu que "Portugal deve ter relações com todos". Uma posição genérica de política internacional. Uma frase tirada de uma entrevista de cerca de uma hora, proferida por um candidato de um partido perfeitamente integrado na institucionalidade democrática burguesa da república foi suficiente para causar revolta entre os liberais do costume (não confundir, pelo menos em Portugal, com os liberais nos costumes).

Uma revolta espúria e inconsequente de quem, não satisfeito com a vitória quase absoluta das suas ideias no Ocidente, continua a investir contra os moinhos de vento que são os perigosos bolcheviques do PCP, que só existem nas cabeças de liberais paranóicos ou de alegados socialistas cuja visão política é fazer reconstrução histórica de períodos ultra específicos da União Soviética. Mais recentemente, parte da cacofonia política que opôs André Ventura ao candidato do PCP e que algumas pessoas chamaram de debate, incluiu também referências a este país.

Este texto não é uma defesa do Juche enquanto projecto político, nem da liderança de nenhum dos seus presidentes. A política externa de um país como Portugal deveria seguir uma linha pragmática e não moralista. O projecto político de cada país, a esse país pertence e é ao seu povo emancipado que cabe mudá-lo, quando é caso disso.

Portugal actualmente não tem relações diplomáticas com a Coreia Popular e tal facto é assumido como um dado adquirido, uma realidade imutável da política externa lusa. Uma óbvia consequência natural do facto de Portugal estar do lado dos bons, do Ocidente, das democracias liberais e a República Democrática Popular da Coreia estar do lado dos maus, dos autoritários, dos isolados, dos "orientais".

Mas não foi sempre assim. Portugal até há algum tempo manteve relações normais com este país. Portugal e a Coreia Popular estabeleceram relações diplomáticas desde 1975, no contexto da abertura da política externa portuguesa ao bloco socialista. Portugal nunca teve uma embaixada em Pyongyang, a representação era feita pelo embaixador residente em Pequim. A Embaixada Norte-Coreana em Lisboa haveria de manter-se até 1995. O corte definitivo de relações entre Portugal e a Coreia do Norte deu-se apenas em 2017, no contexto da pressão da comunidade internacional (leia-se, o Ocidente e os seus aliados) para que a Coreia do Norte parasse o seu programa nuclear militar, programa esse que o país mantém exactamente por estar isolado internacionalmente.

Portugal era, na altura, aliado da Coreia do Norte? Alguma facção política relevante no contexto do PREC e pós PREC defendia o modelo Juche para Portugal? Porque razão faz sentido fazer estas perguntas sobre a Coreia do Norte, mas não em relação a qualquer outro país com o qual Portugal tem relações diplomáticas?

A Coreia do Norte não é uma democracia liberal, é acusada de desrespeitar os direitos humanos e usa a sua capacidade nuclear para alavancar posições na resolução do impasse que resultou do armistício da Guerra da Coreia. Além disso, o seu sistema político permitiu desde a sua fundação, que a sucessão da sua liderança política tenha ocorrido entre familiares próximos. De um ponto de vista idealista e moralista, estas parecem ser razões válidas para que Portugal se mantenha fechado diplomaticamente a este país. No entanto, Portugal mantém relações diplomáticas com numerosos países que expli-

citamente não são democracias liberais e com um número ainda maior de países cuja adesão a este modelo é no limite, simbólica, há até países em que, imagine-se, a alternância política dentro dessa mesma democracia liberal é feita entre partidos tão parecidos entre si, que o formalismo demoliberal se torna irrelevante .

Quanto aos Direitos Humanos, se fossem critério de estabelecimento de relações bilaterais para Portugal, só a diminuição do orçamento do MNE poderia ser uma enorme contribuição para o equilíbrio das contas públicas. O fim da política externa portuguesa seria um problema para outros resolverem. Outros ainda, achando que a política externa portuguesa se deve limitar a dizer sim à NATO e à UE, achariam que pouco se perderia. Haveria ainda o problema filosófico de Portugal cortar relações consigo próprio, já que se é de direitos humanos que falamos numa perspectiva qualitativa e não quantitativa, as bolsas de pobreza que se agravaram nas crises de 2013, a violência policial contra imigrantes e cidadãos racializados poderia fazer de Portugal um Estado pária perante si próprio.

Já quanto ao uso de um programa nuclear para alavancar vantagens em impasses políticos derivados de divisões fronteiriças resultantes do imperialismo e colonialismo, aguarda-se o fim das relações de Portugal com Índia, Paquistão e já agora, Israel (cujo programa nuclear é secreto)? E Quanto à sucessão no poder, Portugal

mantém relações com pelo menos duas monarquias absolutas, a Arábia Saudita e o Omã. Se é de limitação de reconhecimento internacional que falamos, Portugal mantém relações bilaterais com o Estado Palestiniano, com o Kosovo e também um escritório de negócios de Taipé, entidades e Estados que têm reconhecimento internacional de alguma maneira limitado, por razões obviamente diferentes. Se é do risco de entrar em conflito com a ortodoxia das relações internacionais ocidentais que falamos, há que recordar que nem sempre Portugal seguiu essa ortodoxia de forma acrítica, Portugal tem posições próprias no que toca às sanções à Federação Russa, à República Islâmica do Irão e por exemplo em relação ao conflito Israelo-Palestiniano.

A política externa portuguesa tem uma história antiga e os seus sucessos mais recentes foram conseguidos exactamente quando Portugal se posicionou nos limites da ortodoxia da política internacional ocidental. O lugar de membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas no biénio de 2011/2012 e disputado com Alemanha e Canadá, países com maior peso político é disso demonstrativo, principalmente quando, pelo menos do lado do Canadá, existiram acusações de alinhamento com Estados fora da bolha que a diplomacia canadiana considerava aceitável. Note-se que uma das razões que levou a que esses apoios existissem foi o compromisso inequívoco para com a Solução de Dois Estados para o conflito Israelo-Palestiniano. Se esse compromisso é controverso para o pensamento hegemónico da diplomacia ocidental, o problema será da hegemonia e não da posição portuguesa. Ainda mais recentemente, no contexto da aquisição de material médico à China, a relação de Portugal com a China voltou a mostrar-se relevante, nomeadamente através de Macau, que é também um dos pontos pelo qual a Coreia do Norte continua a manter contacto com o exterior. A Coreia Popular mantém relações diplomáticas e económicas com países de expressão portuguesa e um dos locais a partir do qual comunica com o resto do mundo é Macau. No caso do Brasil essas relações foram estabelecidas durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso e a actual administração Bolsonaro ainda não as colocou em causa. Se manter relações diplomáticas com este Estado implica uma adesão ao seu modelo de governação, há que rapidamente avisar Jair Messias Bolsonaro de que o Juche poderia não ser apropriado às condições materiais actuais da República Federal do Brasil.

Portugal ao normalizar as relações com este país colocar-se-ia como possível pivot na procura da solução para o impasse do paralelo 38, contribuição que poderia dar devido ao facto de estar integrado no Ocidente, ao mesmo tempo que, merecidamente ou não, mantém uma reputação de neutralidade fora dele. Essa participação daria a Portugal a oportunidade de ser um actor de pelo menos média dimensão numa zona do mundo cada vez mais importante. A hegemonia dos EUA não será eterna e Portugal deve acautelar as suas relações bilaterais para um cenário de ascensão de outras potências. Se a integração de Portugal na NATO e na UE, limitam seriamente a sua soberania a nível militar e económico, a diplomacia continua a ser um dos campos em que Portugal mantém margem de manobra enquanto estado soberano. A circulação de informação, pessoas e bens entre os dois países permitiria a todos nós ter finalmente uma visão clara sobre o modelo de governação de um país que dizemos ser isolado, mas cujo isolamento não é de maneira nenhuma uma fatalidade.

Saul Pereira é operário fabril e membro do podcast Comboio Suburbano.

A CORPORAÇÃO

Em 2004, um documentário marcante, *The Corporation* (A Corporação), capturou a imaginação política quando foi lançado no auge das lutas de alternativas à globalização que surgiram após os protestos na Organização Mundial do Comércio (OMC) em Seattle. Baseado num livro com o mesmo nome, e usando uma mistura engenhosa e elegante de vídeos de notícias, músicas e análises perceptivas, o filme desafiou ousadamente o interveniente mais importante do capitalismo, a corporação.

O documentário ganhou 26 prémios, e até comentadores conservadores, como o *The Economist*, afirmou que era "[um] ataque surpreendentemente racional e coerente à instituição mais importante do capitalismo". Para lançar a nossa recolha de análise à 'The Corporation', o Instituto Transnacional encontrou-se com o cineasta e autor Joel Bakan, professor de direito da Universidade da Columbia Britânica, para descobrir como ele vê a corporação hoje em dia.

O que é a corporação?

A corporação é uma construção legal, na verdade uma ficção jurídica. Não é algo criado por Deus ou pela Natureza, é, no entanto, um conjunto de relações legalmente criadas e impostas com o objectivo de aumentar o capital dos grandes projectos do industrialismo. A sua principal função é separar os proprietários de uma empresa da própria empresa.

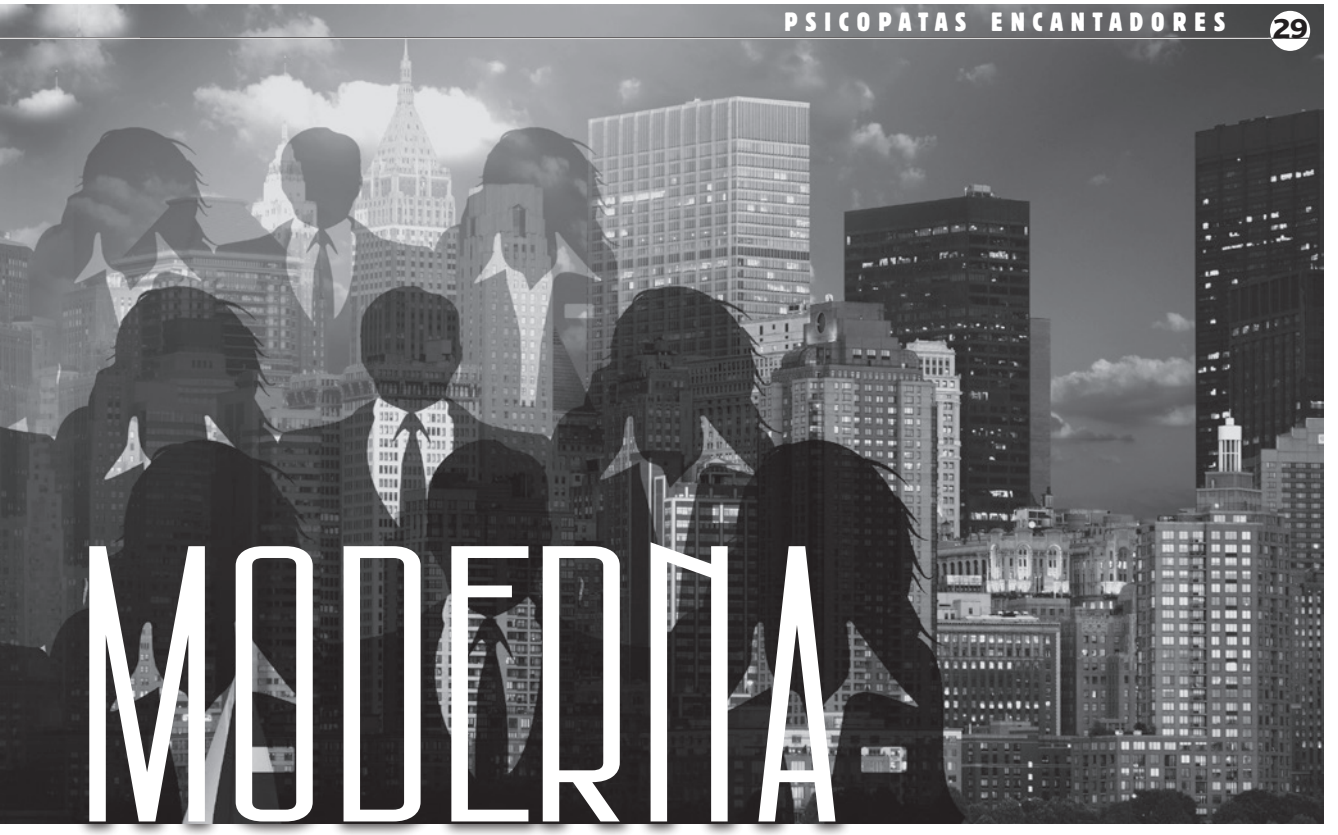
A última é alquimicamente transformada numa "pessoa" que pode arcar com direitos e obrigações legais e, portanto, operar na economia. Os proprietários – accionistas – desaparecem como legalmente relevantes, com a própria pessoa corporativa (e às vezes com os seus gerentes e directores) a deter direitos legais e a ser responsável quando as coisas não dão certo.

Daqui resulta que o único risco dos accionistas é perder dinheiro se o valor das acções diminuir. Eles não podem ser processados por qualquer acção que a corporação faça. Além disso, para adoçar ainda mais os seus investimentos, a lei impõe obrigações aos gerentes e directores para agirem apenas nos melhores interesses dos accionistas – ou seja, financeiros.

A corporação é uma construção legal, na verdade, uma ficção jurídica.

A genialidade disto tudo é que esta construção altamente pró-accionista atribuiu fortes incentivos para que muitas pessoas, principalmente da classe média emergente, investissem em empresas capitalistas.

Esse era o principal objectivo da corporação – gerar enormes conjuntos de capital necessário para financiar grandes empresas, ferrovias, fábricas, entre outras, onde a industrialização se tornou possível. Era, na verdade, uma instituição de crowdfunding (financiamento colectivo).

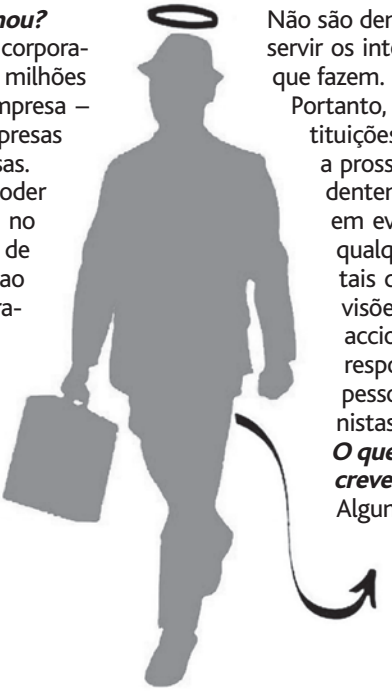


MODERNA

No que é que a corporação se tornou?

A principal função institucional da corporação – concentrando milhares e até milhões de investidores de capital numa empresa – também criou potencial para as empresas se tornarem maiores e mais poderosas. Inicialmente, havia limitações de poder – limites de crescimento, restrições no envolvimento multissectorial, leis de concorrência e por diante –, mas ao longo do século XX estas foram enfraquecidas e eliminadas.

Agora, as empresas podem fundir-se, adquirir e ficar cada vez maiores, acumulando cada vez mais poder, com pouco para restringi-las. Como resultado, tornaram-se nestas vastas concentrações de capital que domina não só a economia, mas também a sociedade e a política.



Não são democráticas e são legalmente obrigadas a servir os interesses dos seus accionistas, em tudo o que fazem.

Portanto, existem estas enormes e poderosas instituições, obrigadas pelas figuras institucionais a prosseguir com o interesse próprio, independentemente das consequências, empenhadas em evitar ou empurrar para fora do caminho qualquer coisa que impeça as suas missões – tais como os regulamentos, impostos e provisões publicas – criando assim riqueza para accionistas anónimos e inconscientes, e sem responsabilidade democrática para com as pessoas (outras que não sejam os seus accionistas) afectadas pelas duas decisões e acções.

O que mudou nestes 15 anos desde que escreveu The Corporation?

Algumas coisas óbvias. A grande tecnologia não existia no momento do primeiro projecto (pelo menos não da maneira dominante que existe agora). A mudança climática era um problema,

Mark Achbar

Jennifer Abbott

Joel Bakan

mas ainda não era a crise existencial e imediata que conhecemos hoje em dia. A direita populista ainda estava à margem, a globalização estava em pleno andamento, e as empresas – que começaram a sofrer com as lutas antiglobalização em todo o mundo e a preocupar-se com a crescente desconfiança popular e com as preocupações do seu poder em expansão – mudaram estrategicamente a sua imagem e jogo.

Em relação a este último, as empresas começaram, na época em que o meu primeiro livro e filme foram lançados, a assumir compromissos abrangentes com sustentabilidade e responsabilidade social – usar menos energia, reduzir as emissões, ajudar os pobres do mundo, salvar cidades, entre outros.

O capitalismo criativo, inclusivo, consciente, social, verde – eram os novos termos em voga, que reflectiam a sensação de que o capitalismo corporativo estava a ser modificado para uma versão mais consciente do ponto de vista social e ambiental.

A principal ideia, qualquer que fosse a retórica, era que as empresas tinham mudado substancialmente, enquanto que a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e a sustentabilidade estavam anteriormente situadas à margem das preocupações corporativas – um pouco de filantropia aqui, algumas medidas ambientais ali – agora tornaram-se enraizados no centro do carácter (ethos) das companhias e nos princípios operacionais.

Bem, isso faz alguma diferença?

Sim, mas não necessariamente positiva. O subtítulo do meu novo livro é 'Porque é que empresas "boas" são más para a democracia?' ('Why "good" companies are bad for democracy').

Deixe-me explicar. Para começar, apesar de toda a boa retórica, a nova corporação é primordialmente como a antiga. A legislação da corporação não mudou. A composição da corporação institucional não mudou.

O que mudou foi o discurso e parte do comportamento. O novo ethos é regulamentado pela ideia de 'sair-se bem praticando o bem', encontrando sinergia entre ganhar dinheiro e fazer o bem social e ambiental, em vez de presumir que há conflito.

Um outro problema é o facto de as empresas estarem a potenciar uma suposta nova 'bondade' para apoiar reivindicações de que não precisam continuar a ser regulamentadas pelo governo e que podem fazer um trabalho melhor do que os governos na administração de serviços públicos.

Portanto, agora as empresas fazem muito mais barulho sobre os seus objectivos de fazer o bem do que sobre o facto de estas poderem fazer apenas o bem que as ajudará a darem-se bem.

O facto é que, apesar de toda a conversa comemorativa, as empresas não irão – de facto, não podem – sacrificar os seus próprios interesses e os dos seus accionistas pela causa de fazerem o bem. Isto apresenta uma profunda restrição em termos de que tipo e quantidade de bem provavelmente farão – e efectivamente as licencia

para fazer o 'mal' quando não há motivos para fazer o bem.

Um problema adicional – e esta é a parte da democracia – é que as empresas se estão a aproveitar da sua suposta nova 'bondade' para apoiar alegações de que não precisam ser regulamentadas pelo governo, porque agora podem auto regular-se; e que também podem fazer um trabalho melhor do que os governos na administração de serviços públicos, tais como água, escolas, transportes, prisões, entre outros.

O clima é uma área em que as empresas têm sido particularmente astutas. Estas não podem continuar a negar as alterações climáticas, então não o fazem. Em vez disso, dizem 'sim, está a acontecer, nós reconhecemos, mas agora importamo-nos, podemos assumir a liderança e fornecer soluções, não precisamos da regulamentação do governo'.

Agora, se conversarmos com cientistas, todos eles dizem que precisamos adoptar fontes renováveis, para ontem, para evitar cenários catastróficos, e isto requer mudanças maciças lideradas pelo Estado.

Se falarem com a indústria de combustíveis fósseis, estes dizem algo bastante diferente, algo coerente nos seus planos de lucrar o máximo possível com os combustíveis de carbono. Afirmam que temos tempo, que não devemos nem podemos alcançar as fontes renováveis tão cedo, que o gás natural e o fracturamento hidráulico (fracking) são boas alternativas, que eles continuam a desenvolver megaprojectos para explorar reservas de combustíveis fósseis (incluindo o carvão, tal como a Mina Adani na Austrália), que liderarão as energias renováveis.

Que devemos confiar neles – não nos governos – para resolver o problema climático.

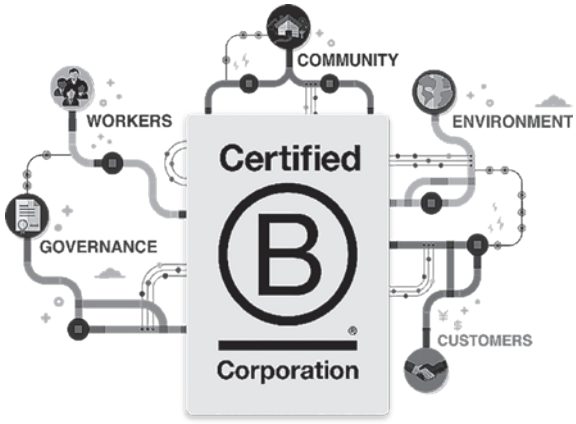
Em 2019, os advogados ambientalistas do ClientEarth, apresentaram uma queixa de alto nível acusando a BP de enganar os consumidores de acordo com a última campanha publicitária, constatando que a companhia gasta menos de 4 libras, em cada 100, em investimentos de baixo carbono e 96 libras em abastecimento da crise climática.

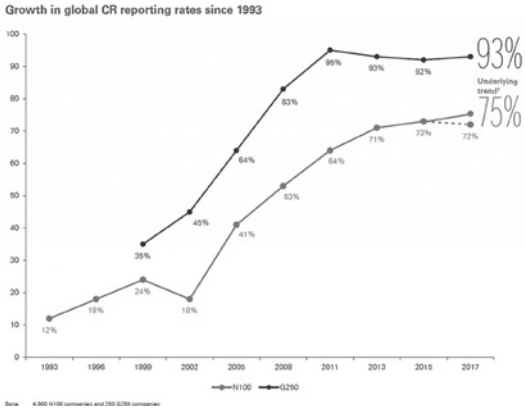
Esta nova estratégia é provavelmente ainda mais perigosa do que a reprovação total. Ao pretenderem ser agora os 'meninos bons', subtilmente ofuscam e obscurecem verdades e intenções, exercendo a sua influência com governos e cimeiras climáticas para garantir que os seus modelos de negócios baseados em combustível de carbono continuam praticamente desimpedidos.

No meu primeiro livro, *The Corporation*, argumentei que, se as empresas fossem realmente humanas, estas seriam, pelo seu comportamento e características, consideradas psicopatas. Agora, quando estas colocam uma máscara, tornam-se eficientemente psicopatas encantadores.

Que diferença fez a ascensão dos gigantes digitais com a natureza da corporação?

Há dez anos atras, as companhias tecnológicas não





estavam na lista das 20 principais empresas mundiais.

Quando as tecnologias da Internet e da Inteligência Artificial (IA) são exploradas pela necessidade corporativa para criar lucro, coisas más podem acontecer – e estão a acontecer. É verdade, como os defensores da tecnologia defendem, a inovação e ruptura são o resultado. Mas também não é necessariamente uma coisa boa. Por exemplo, as inovações da grande tecnologia estão a perturbar o policiamento dos monopólios.

Para muitos jogadores da tecnologia, o monopólio constrói-se nos seus modelos de negócios. O Facebook, por exemplo, tem que ser o lugar em que todos procuram uma conexão social. A Amazon, precisa de ser a plataforma para todos os compradores e retalhistas. A Google, o mecanismo de pesquisa que todos usam. O valor destas companhias é sustentado pelo facto de ser o único lugar onde todos vão. Isto dá-lhes o monopólio nas duas coisas que tem mais valor no espaço tecnológico – atenção e dados.

Isto também os incentiva a ir além dos seus sectores, a invadir e dominar outros sectores – como a Amazon, que entra na computação e produtos farmacêuticos armazenados em cloud, o Facebook tornou-se um importante centro de notícias cada vez mais na forma como as campanhas eleitorais são executadas, o Google pressionando para o planeamento urbano (através do Sidewalk Labs).

O problema é geralmente pensado em termos de privacidade, mas o problema real é controlar: como é que os dados são eventualmente usados para controlar como agimos, pensamos e sentimos.

As leis e regulamentos anti monopólio actuais são muito fracas (resultado da desregulamentação) e politicamente desmotivadas para se manterem, permitindo assim que estas empresas se transformassem em gigantes que sufocam a concorrência e tenham influência indevida na política e na sociedade – para resumir, perturbar a democracia.

Outro problema é que as empresas estão a recolher cada vez mais dados, triangulando-os, representando graficamente todos os nossos movimentos e emoções, especialmente quando todo o hardware das nossas vidas se torna conectado à Internet (através da 'Internet das Coisas') e o software se torna mais sofisticado no monitoramento e previsão do nosso comportamento.

O problema é geralmente pensado em termos de privacidade – que a nossa privacidade está a ser invadida pela recolha de todos estes dados. No entanto, o problema real é o controlo: como é possível que os dados sejam usados para controlar como agimos, pensamos e sentimos de maneiras que são, no fim de contas, lucrativos para as empresas.

As oportunidades para os empregadores que controlam todos os movimentos dos trabalhadores já são evidentes, por exemplo, no micro monitoramento do desempenho dos trabalhadores de armazém da Amazon. Da mesma forma, as companhias de seguros estão a começar a monitorizar os dados físicos e fisiológicos dos segurados por meio de dispositivos portáteis e assim por diante.

E como é que isso afecta a democracia?

À medida que as empresas ganham maior controlo directo sobre os indivíduos por meio de novas tecnologias, torna-se mais difícil – se não impossível – para os governos democráticos regularem a relação entre empresas e cidadãos.

Quando uma companhia de seguros tem o controlo directo sobre os indivíduos que assegura – conhecendo os seus hábitos de condução ou se eles são adequados, e ajustando as taxas ou negando pagamentos nestas condições – torna-se difícil para instituições democráticas – reguladores e tribunais – proteger os direitos individuais do consumidor.

Quando uma plataforma como a Uber usa a tecnologia para contornar efectivamente a relação de emprego (uma construção regulatória projectada para proteger os trabalhadores de um poder muito maior dos seus empregadores), torna-se difícil proteger os trabalhadores.

A democracia também é afectada pelo aumento da desinformação, do ódio e do discurso incendiário, que é ampliado pela Internet e pelos media. Isto também está conectado aos modelos de negócios de alta tecnologia. Uma empresa como o Facebook prospera ao envolver mais pessoas na maior parte do tempo. Mais é melhor

– e questões sobre a verdade, o interesse público ou a democracia são simplesmente irrelevantes.
De maneira geral, a ascensão do autoritarismo de direita, que está a ocorrer por via de processos eleitorais democráticos, é em grande parte uma reacção a 40 anos de políticas neoliberais que destruíram empregos e provisões sociais e, portanto, vidas e comunidades. Estes 40 anos de políticas foram – e continuam a ser – liderados por grandes corporações, que usavam os seus recursos para tentar pressionar, financiar eleições, mover e ameaçar operações em resposta à regulamentação e à proposta de regulamentação, reverter e evitar impostos e assim por diante.
São exactamente os dois passos. Fazem campanha para descortinar a capacidade dos governos de lidar com questões sociais e ambientais, e depois dizem que podem fazer o trabalho que o governo se tornou, por meio dos seus esforços, incapaz de fazer.
Os líderes do "novo" movimento corporativo – as próprias empresas que reivindicam cuidar, para ser socialmente responsáveis e sustentáveis – estiveram na vanguarda destas campanhas. Nenhum deles disse: 'valores sociais e ambientais são importantes, portanto, teremos mais regulamentação e impostos para protegê-los'. Pelo contrário.
As empresas estão agora a potenciar a sua suposta nova identidade para empurrar para trás a democracia, alegando, como observado acima, que se podem regular em vez das medidas legais, e que devem ser encarregues da provisão social em vez das autoridades públicas. O resultado é menos governo e mais corporações nas nossas vidas e sociedades – o que significa menos democracia em geral.

Como é que a sociedade civil e os movimentos sociais reagiram ao surgimento da corporação?
Nos últimos 20 anos, houve um notável aumento de movimentos organizados e eficazes para recuar contra o poder corporativo e a ameaça que isso representa para a democracia.
Mais de 200 cidades em todo o mundo rejeitaram a privatização da água, municipalizando os sistemas anteriormente privatizados; os povos indígenas venceram batalhas contra as indústrias extractoras e pelo reconhecimento dos direitos à terra e autodeterminação; em 2011, o 'movimento das praças' varreu cidades em todo o mundo e incluiu o movimento Occupy; políticos progressistas conquistaram vitórias em cidades como Barcelona e Paris na Europa, Nova Iorque, Jackson, Seattle e Tucson nos Estados Unidos e Vancouver no Canadá – junto com muitas outras.
Nos Estados Unidos, havia Bernie Sanders, um socialista assumido, que fez (em 2016, e novamente em 2020) campanha à presidência, e causou milhares de campanhas eleitorais progressistas que ajudou a inspirar, muitas de sucesso – como Alexandria Ocasio-Cortez (AOC) e outros representantes progressistas.
E existe uma nova energia e urgência do crescente activismo em todo o mundo, movimentos de massa exigindo acção sobre mudança climática, projectos da indústria extractiva, direitos indígenas, contra o racismo. É tudo muito positivo e inspirador.
Temos que ter cuidado, no entanto, com as tentativas das empresas de cooptar esta onda de resistência. Estão certamente a tentar, a trabalhar duro para nos fazer acreditar que são os verdadeiros criadores de mudanças;

que o nosso melhor caminho para um mundo melhor é comprar os seus produtos "ecológicos", apoiar as suas iniciativas sociais e ambientais, seguir os seus conselhos sobre reciclagem, redução e assim por diante.

As empresas e os seus CEOs posicionam-se em várias questões e formam cada vez mais parcerias com organizações não-governamentais (ONGs) como o World Wildlife Fund (WWF), Save the Children (SCF), a Conservação Internacional e organizações intergovernamentais, como as várias entidades das Nações Unidas.

Sem dúvida, algo bom pode vir de tudo isto, mas é importante reconhecer que as mesmas empresas que se aliam às ONGs e que adoptam uma postura de racismo, imigração ou discriminação contra as pessoas LGBQT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Homossexuais e Transexuais), estão também a tentar impulsionar a redução da supervisão do governo, adiar a tributação, expandir mercados, cortar as provisões sociais e assim por diante.

Existe espaço para a corporação no futuro?

Eu acho que existe espaço para um meio de financiamento para grandes projectos que exigem grandes conjuntos de capital, o que é essencialmente para o que a corporação serve. Mas tem que ser entendido como uma ferramenta, como um meio, não como um fim.

A corporação foi criada pelo governo para esse fim, como uma ferramenta de financiamento. A sua virtude em incentivar investimentos – o seu mandato legal para criar riqueza sem restrições – também é o seu maior perigo.

Por este motivo, deve ser regulamentado, e não deve ser utilizada para fornecer bens inerentemente sociais, e certamente para não ajudar a governar a sociedade. Está completamente mal equipada para fazer estas coisas, estando fundamentalmente interessada em si mesma e sem qualquer responsabilidade democrática para com ninguém, excepto com os seus accionistas.

Também devemos pensar em usar outros tipos de organizações económicas para criar bens e serviços, como cooperativas ou instituições públicas com mandatos de interesse público.

Não há evidências para apoiar e há muitas a contradizer que a instituição ideal será sempre, ou até geralmente ou às vezes, a grande corporação com fins lucrativos. Em vez disso, é melhor pensar nas empresas como poderíamos pensar, digamos, num cortador de relva. Tem os seus usos. É muito bom a cortar a relva. Mas não vai querer usá-lo para cortar o cabelo ou aspirar o tapete da sala.

Tudo isto pode ser um argumento para mudar o capitalismo para outro tipo de sistema – como os imaginados pelo socialismo democrático, ou o movimento do bem comum ou cosmologias indígenas – onde os objectivos sociais e ecológicos são priorizados, em vez da acumulação de capital.

Apesar de algo assim poder estar no horizonte, enquanto isso, precisamos de descobrir como controlar as tendências perigosas das corporações e do capitalismo que temos actualmente, e garantir que elas não acabem por ser – tendo potencial para ser – as máquinas do Apocalipse.

E as empresas B-Corps ou beneficentes? São um bom passo?

Não. As B-Corps não são uma solução e opus-me a elas, inclusive, na minha província natal, na Colúmbia Britânica, onde o governo tomou medidas para as reconhecer. Normalmente, a B-Corp não é nada mais do que uma certificação de uma empresa privada (como a B-Lab) do que uma corporação que atende a certos padrões sociais e ambientais.

Não é necessário para empresas que não são negociadas publicamente, que já têm margem de manobra para subordinar metas financeiras sociais e ambientais, se assim o desejarem. E para as empresas de capital aberto, mesmo que se tornem B-Corps (estatuto que, até agora, nenhuma delas possui), ainda estão legalmente obrigadas a priorizar o valor para os accionistas. Uma certificação privada não muda a lei.

Portanto, o que as B-Corps acabam por ser, é uma privatização da regulamentação, um suporte para a ideologia de que as empresas, por meio de mecanismos de mercado e supervisão privada, podem proteger e promover interesses públicos. Não se trata de regras democraticamente promulgadas para controlar corporações, nem de mecanismos de aplicação apoiados pelo Estado para tais regras. É mais uma luva de veludo que esconde o punho de ferro do neoliberalismo.

As empresas beneficiadas são mais uma luva de veludo que esconde o punho de ferro do neoliberalismo.

Uma abordagem diferente é reformular a constituição legal da corporação para incluir metas sociais e ambientais, bem como financeiras. Mais uma vez, não sou a favor dessa abordagem.

O primeiro problema é que nunca subordinará objectivos financeiros aos sociais e ambientais – o último sempre será concretizado de modos compatíveis com o primeiro.

O segundo problema é que as avaliações sobre se as metas sociais e ambientais são alcançadas – que devem ser aplicadas, como e em que medida – são colocadas nas mãos de gerentes, em vez de reguladores democraticamente responsáveis.

O terceiro problema, é a presença deste novo tipo de corporação, que seria inevitavelmente alavancada, provavelmente com sucesso, para pressionar por mais desregulamentação – o argumento é que a regulamentação é redundante quando os padrões são incorporados na própria corporação.

O problema, no fundo, é que a única razão para a empresa existir no capitalismo é incentivar o investimento. Isto implica sempre priorizar retornos sobre o capital dos investidores, em vez de valores concorrentes fixados na natureza jurídica da corporação. Os imperativos das corporações no capitalismo sempre serão imperativos capitalistas.

Necessitamos lidar com os perigos desta dinâmica democrática, por meio de políticas, leis e regulamentação, em vez de ajustar à forma corporativa e delegar efectivamente funções regulatórias a gerentes e directores corporativos.

Como chegamos lá?

Não defendo a revolução porque acredito que as estruturas democráticas existentes, por mais corruptas que sejam, podem ser recuperadas e reaproveitadas, reunidas com movimentos populares e com as necessidades e vozes genuínas dos cidadãos.

Enquanto isso, precisamos fazer muita coisa para revelar a verdade de que as empresas e os mercados não podem fornecer os bens sociais e ambientais de que precisamos; que a democracia e as instituições democráticas devem ser reanimadas.

Precisamos trabalhar com e nas nossas comunidades, escolas e sindicatos, para educar e inspirar uns aos outros. Trabalhar, fazer parte e ajudar a eleger partidos políticos progressistas, participar e formar movimentos, promover a solidariedade e celebrar a diferença.

Precisamos rever-nos como actores políticos, cidadãos, obrigados a participar e contribuir para a criação de sociedades boas e justas. Precisamos aceitar que a governação democrática é confusa e incerta, que é tanto sobre o processo de participação quanto sobre políticas resultantes deste, e que só pode florescer em condições sociais que nutram empatia e solidariedade entre os cidadãos.

Joel Bakan é professor de direito na Universidade da Colúmbia Britânica, estudioso e comentarista jurídico de renome internacional. Ex-estudioso de Rhodes e secretário de Justiça do juiz Brian Dickson, da Supremo Tribunal do Canadá, Bakan é formado em direito em Oxford, Dalhousie e Harvard. Além de seu sucesso internacional aclamado pela crítica, *The Corporation: The Pathological Pursuit of Profit and Power* (Free Press, 2004), o seu trabalho académico inclui *Just Words: Constitutional Rights and Social Wrong* (University of Toronto Press, 1997) e *Childhood Under Siege: How Big Business Targets Children* (Penguin, 2011).

CONSEQUÊNCIAS Económicas e Sociais

A União Europeia (UE) divide a pobreza em 2 categorias: a extrema (em que as pessoas não veem as suas necessidades mais básicas satisfeitas) e a relativa (onde os rendimentos das pessoas são de tal forma mínimos, que não conseguem ter um nível de vida aceitável).

Mas o que significa viver em pobreza? Significa que estas pessoas terão dificuldades em aceder a uma habitação condigna, a serviços de saúde e educação, de não poder pagar bens essenciais como água ou luz ou até comprar alimentos, ou seja, a pobreza na UE afecta diversos aspectos da vida das pessoas limitando o seu acesso aos direitos fundamentais.

É frequente pensarmos que numa região tão abastada como a UE só se é pobre porque não se quer trabalhar. Nada poderia estar mais errado, basta analisarmos os níveis de pobreza nos diversos Estados-Membros (EM), para concluirmos que esta deriva de políticas de organização da sociedade bem como de diferentes métodos de alocação de recursos e de oportunidades.

A crise económica de 2008 acentuou o aumento do desemprego e o emprego precário e atípico, bem como trabalhos de curta duração ou em tempo parcial, e sabendo que estes trabalhadores têm uma maior probabilidade de exercerem profissões em sectores de serviços básicos significa que enfrentam um risco mais elevado de pobreza. Conjugando estes dados com a crise que vai advir da pandemia COVID teremos grandes problemas sociais agravando o desemprego, as dificuldades de subsistência das PME, dos comerciantes e dos trabalhadores independentes. A classe média será novamente reduzida, traduzindo-se num aumento do fosso entre ricos e pobres.

Com os dados que actualmente dispomos, sabemos que a "crise COVID" já afectou especialmente os trabalhadores e as pessoas desprotegidas, sabemos inclusive que em Abril de 2020, 50% dos trabalhadores viram o seu tempo de trabalho muito reduzido. Muito embora a "crise COVID" tenha demostrado a importância de certas

profissões que se encontram na linha da frente (e na retaguarda), como é o caso de profissionais de saúde, empregadas de limpeza, assistência em lares e serviços de retalho (entre outros), devemos recordar que em muitos EM, são muitas vezes desvalorizados, com baixos salários, e em condições precárias.

Sabemos que muitas destas profissões são exercidas por mulheres, e que estas ganham em média menos 15% que os Homens na UE e que os números de 2017 transmitem que o risco de pobreza era de 23,3% para as Mulheres (face a 21,6% Homens), a COVID poderá agravar e muito esta desigualdade.

A UE não pode ignorar esta realidade e tem como obrigação com base nos seus valores fundadores de igualdade e não discriminação, garantir a aplicação do art.º 31º da Carta dos Direitos Fundamentais, trabalhando para que todos os seus cidadãos tenham as condições mínimas de trabalho, de igualdade, de eliminação da pobreza e da segregação e exclusão social.

Os dados pré-COVID diziam que 21,7% (95 milhões) da População da UE é afectada pela pobreza e/ou exclusão social, que quase 10% dos trabalhadores da UE vivem na pobreza, que 1 em cada 6 trabalhadores aufere um salário baixo (sobretudo um salário inferior a 2/3 da média nacional desse EM), que o número de sem-abrigo está a aumentar sendo em 2019 cerca de 700 mil (um aumento de 70% face a 2009), que a pobreza na velhice continua a aumentar (sendo actualmente de 16,1%) e que este número continuará a aumentar nos próximos anos face aos trabalhos precários, deve a UE, e com base no art.º 4º da Carta Social Europeia do Conselho, que reconhece que os trabalhadores têm direito a uma remuneração suficiente para lhes assegurar um nível de vida decente, adoptar em conjunto com os EM estratégias a longo prazo para preservar o emprego, a qualificação profissional e as condições de vida dos seus cidadãos.

Tendo em consideração os regimes políticos que se estão a instalar em alguns EM (como é caso da Hungria ou da Polónia), onde a criação de sindicatos ou de adesão aos mesmos começa a ser dificultada, onde a violação do direito à greve ou o direito à negociação colectiva começam a ser práticas comuns, a UE deve trabalhar no combate a estas violações de direitos fundamentais.

A UE não pode neste momento demitir-se da sua responsabilidade e a sua resposta política a esta crise deve assentar em políticas mais solidárias com soluções eficazes, práticas e equitativas e menos em défices.

Sabemos que entre 2008 e 2020, cerca de 8,2 milhões de pessoas saíram da situação de pobreza extrema devido à melhoria das condições do mercado de trabalho, à diminuição de trabalhos precários e a uma educação de qualidade, deve

por isso a UE apostar nestas soluções para evitar retrocessos.

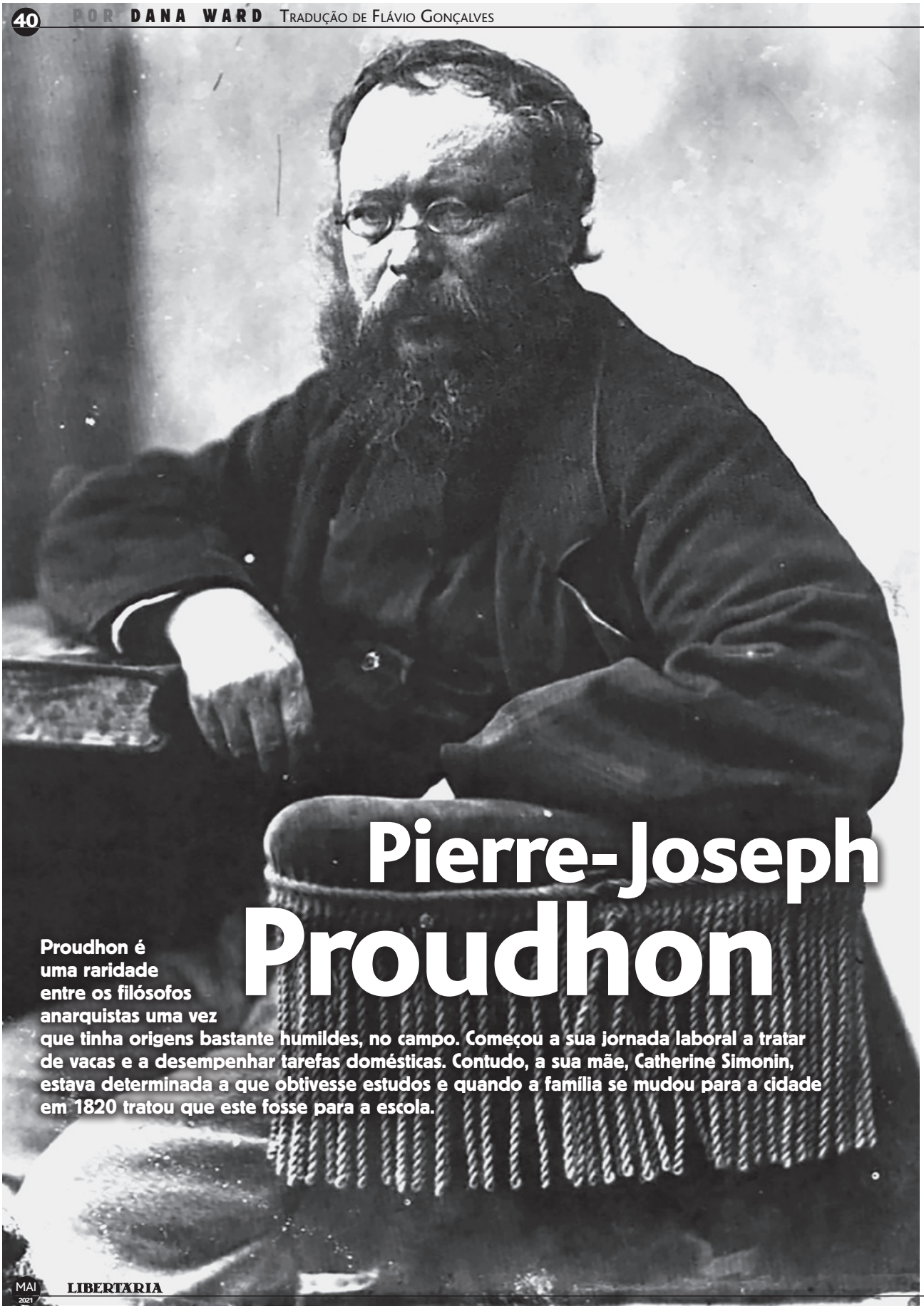
Sabemos que estamos a entrar numa recessão económica, e que os trabalhadores vulneráveis são os que se encontram numa posição mais fragilizada no mercado laboral.

A UE deve em conjunto com os EM apostar em medidas de redução de trabalho precário, em assegurar salários mínimos adequados, incentivar a procura de emprego e o empreendedorismo, apostar em medidas de uma protecção social mais inclusiva, melhorar o quadro legislativo para as questões laborais, combater os estratagemas que aumentam a pobreza dos trabalhadores (como horas extraordinárias não declaradas), assegurar uma igualdade no acesso à educação, disponibilizar serviços públicos com qualidade e eficiência, promover a representação sindical e as convenções colectivas, apoiar as PME (que criam emprego e riqueza, sendo um pilar da economia eu-

ropeia), devendo a legislação ser mais favorável às PME (especialmente na parte tributária), consagrar penalizações agravadas para as empresas com sede social e pagamento de impostos fora da zona euro e estar especialmente atentos aos sectores da economia que se caracterizam por um elevado grau de precariedade.

É de suma importância que o Plano de Recuperação da UE vise erradicar as desigualdades socioeconómicas e se baseie num sistema de metas e valores de referência, caso contrário o projecto europeu, poderá ruir e a UE como a conhecemos deixar de existir. Afinal se num momento de crise como este, não se aplicar a solidariedade entre todos, para que serve a União Europeia?

Nunca podemos esquecer que as decisões de como queremos erradicar a pobreza na UE são essencialmente decisões políticas da sociedade que queremos, e todos temos a obrigação de exigir uma sociedade mais justa, plural, solidária, tolerante e equitativa.



Pierre-Joseph Proudhon

Proudhon é uma raridade entre os filósofos anarquistas uma vez que tinha origens bastante humildes, no campo. Começou a sua jornada laboral a tratar de vacas e a desempenhar tarefas domésticas. Contudo, a sua mãe, Catherine Simonin, estava determinada a que obtivesse estudos e quando a família se mudou para a cidade em 1820 tratou que este fosse para a escola.

As propinas foram atenuadas graças às ligações do empregador do seu pai. Mesmo assim, não conseguindo ter dinheiro suficiente, era rotineiramente castigado na escola por se "esquecer" dos livros que não conseguia comprar. Embora tivesse tenções de obter um bacharelato, as dificuldades económicas da família fizeram com que não pudesse obter um grau académico superior e quando terminou os estudos virou-se para o ofício da tipografia, uma profissão que fez nascer muitos libertários, mas o primeiro a intitular-se como libertário foi Proudhon.

Em meados do século, Proudhon tornara-se no principal intelectual de esquerda de França ou, já agora, de toda a Europa, ultrapassando em muito Marx ou Bakunine em notoriedade. Proudhon, como realçou Hyams[1], foi um dos inventores do socialismo, juntamente com Marx, Bakunine, Blanqui, Blanc, Herzen, Lassalle e Engels. Destes, foi Proudhon quem maior influência teve sob o movimento trabalhista do século XIX e as suas ideias influenciaram alguns dos libertários mais conhecidos na posteridade, incluindo Tolstoi e Bakunine, tendo ambos privado pessoalmente com Proudhon. De facto, ao longo da sua vida Proudhon cativou e manteve uma notável colecção de amizades, e à medida que a sua notoriedade crescia, cresciam também os seus conhecimentos. Para Proudhon a amizade era mais importante que o amor sexual ou o casamento.

Antes de se tornar numa figura pública bem conhecida, Proudhon vagueou pelo interior à procura de emprego no seu ofício. Em 1832, por volta da mesma altura em que o seu conterrâneo Alexis de Tocqueville vagueava pelos Estados Unidos, Proudhon partiu na sua própria "Tour de France" à procura de trabalho. No decorrer desse processo testemunhou que as condições de pobreza que o levavam a vaguear por França à procura de trabalho não se restringiam à sua cidade natal. Embora conseguisse obter trabalho suficiente para lhe permitir ir de um lugar a outro, a sua demanda por um trabalho permanente obteve pouco sucesso. Estas experiências contribuíram para uma percepção de injustiça económica que já se encontrava a despontar. As sementes para esta percepção de injustiça podem ter sido plantadas pelo seu avô materno, Tornesi Simonin, "que fora o porta-voz e líder dos pequenos agricultores e dos artesãos em todas as suas querelas com a nobreza: tinha um ressentimento devido a estas e uma predisposição para romper com as regras do jogo... e, como orador formidável que era, [viu-se] repetidamente envolvido em questiúnculas e querelas com os capatazes dos grandes proprietários locais."[2] Em 1833, após receber a notícia da misteriosa morte do seu irmão no decorrer do seu treino militar depois deste ter ameaçado expor o seu capitão por desvio de fundos militares, Proudhon tornou-se num implacável inimigo da or-

[1] Hyams, 1979, p. 1.
[2] Hyams, 1979, p. 10.

dem de então. Tal como sucedeu com Lenine, na altura, algum do ressentimento de Proudhon para com a autoridade pode ser uma repercussão da morte do seu irmão às mãos dos abusos das autoridades .[3]

De regresso a Besançon no Outono de 1832, ofereceram a Proudhon o cargo de editor de um jornal de Fouriérista. O seu trabalho como tipógrafo permitira-lhe acesso a um amplo leque de debates intelectuais, deste modo casual educou-se em muitas matérias. Aprendeu autodidacticamente latim e tornou-se tipógrafo de textos em latim com muita procura, alcançando a posição mais prestigiante de "revisor". Foi graças a estas actividades que travou conhecimento com vários dos autores da sua época e eventualmente obteve uma agregação que lhe permitiu prosseguir os seus estudos a tempo inteiro e com total independência, apesar de não ter qualquer currículo académico. Tal era a força natural do seu intelecto.

Durante anos Proudhon andou para a frente e para trás entre a sua Besançon natal e Paris, nunca conseguindo apreciar os atractivos da capital. Mesmo assim enveredou pela vida académica, produzindo ensaios sobre as letras do alfabeto e a relevância do Domingo como dia de descanso. Neste último, os primeiros indícios do seu futuro libertário eram tão claros que quando os seus patronos o leram, acautelaram-no a desviar-se do raciocínio radical, embora o tenham premiado com uma medalha de bronze graças ao ensaio.

Por esta altura já tinha conseguido criar a sua própria tipografia com dois sócios, tendo começado a publicar a sua obra bem como a de terceiros. Mas para o seu primeiro livro assumidamente político procurou outros editores. "O Que é a Propriedade?[4] Um Inquérito Sobre o Princípio do Direito e do Governo" angariou a Proudhon o seu primeiro reconhecimento público mais substancial, algum dele indesejado. Num gesto seu característico, dedicou o livro à Academia de Besançon que lhe providenciara a agregação e que ficaria certamente escandalizada pelo produto que a sua generosidade produziria. Nesta obra "denunciava a propriedade do homem que a utiliza para explorar a mão-de-obra de terceiros sem qualquer esforço da sua parte, propriedade essa que se distingue pelo juro, pela usura e pela renda, pela imposição do não-produtor sobre o produtor. Perante a propriedade como 'posse' do indivíduo, do direito individual a controlar a sua habitação e a terra bem como as ferramentas

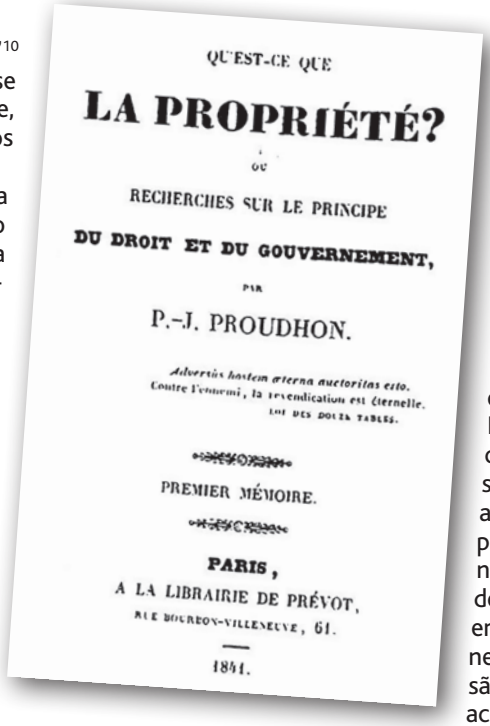
[3] Sobre o irmão de Lenine, ver Buzinkai, D. "V.I. Lenine: Rivalidade Adolescente e Identidade", ensaio apresentado no Encontro Anual da Associação de Ciência Política do Nordeste, 1982

[4] Editorial Estampa, 1997.

necessárias para trabalhar e viver, não havia qualquer hostilidade da parte de Proudhon; via-o como uma pedra basilar da liberdade, e a principal crítica que dirigia aos comunistas era a de a quererem destruir."[5] Para compreender a argumentação de Proudhon, temos que compreender a distinção entre posse e propriedade, uma distinção que este ilustrava graficamente ao comparar o amante ao detentor da posse e o esposo ao proprietário![6] A propriedade, para Proudhon, é um aspecto legal; já a posse é um aspecto factual.

Tal como Godwin, Proudhon fundamentava o seu ataque à propriedade no seu conceito de justiça: "Não crio qualquer sistema. Peço o fim do privilégio, a abolição do esclavagismo, a igualdade de direitos e o reinado da lei. Justiça, nada mais. São esses o Alfa e o Omega do meu raciocínio."[7] "Defendia que o trabalho, por si só, é a base do valor, contudo tal não atribui ao trabalhador qualquer direito sobre a propriedade, uma vez que o seu trabalho não cria o material a partir do qual se cria o produto. 'O direito aos produtos é exclusivista; o direito aos meios é comum.'"[8] Proudhon cita o economista político escocês Thomas Reid do seguinte modo: "o direito à vida acarreta o direito a defender a vida, e a regra de justiça que exige o respeito pela vida do homem inocente exige também que este não se veja privado dos meios de subsistência: estes dois direitos são ambos sagrados... Barrar o trabalho de terceiros é o mesmo tipo de injustiça que os acorrentar ou atirar para a prisão, e causa o mesmo ressentimento."[9] Proudhon pega neste princípio e segue o raciocínio até à sua conclusão lógica. Se há um direito à vida, então há também um direito aos meios de subsistência dessa vida, e uma vez que o direito à vida é em igual modo partilhado por todos, o direito aos meios de subsistência devem ser partilhados de igual modo. Raciocinava Proudhon: "o homem precisa de trabalhar para poder viver; consequentemente, precisa das ferramentas e materiais com os quais trabalhar. A sua necessidade de produzir constitui o seu direito, e o seu direito é garantido pelos seus pares, com os quais

[5] Woodcock, 1956, p. 45.
[6] Proudhon, 1994, p.36.
[7] Woodcock, 1956, p.46.
[8] ibid, p. 47.
[9] Proudhon, 1994, p. 46-7.
[10] Ibid, p. 54.


QU'EST-CE QUE

LA PROPRIÉTÉ?

OU

RECHERCHES SUR LE PRINCIPE

DU DROIT ET DU GOUVERNEMENT,

PAR

P.-J. PROUDHON.

Adversùs hostem æterna auctoritas esto.
Contre l'ennemi, la revendication est éternelle.
LOI DES DOUZE TABLES.

PREMIER MÉMOIRE.

PARIS,
A LA LIBRAIRIE DE PRÉVOT,
RUE BOURBON-VILLENEUVE, 61.

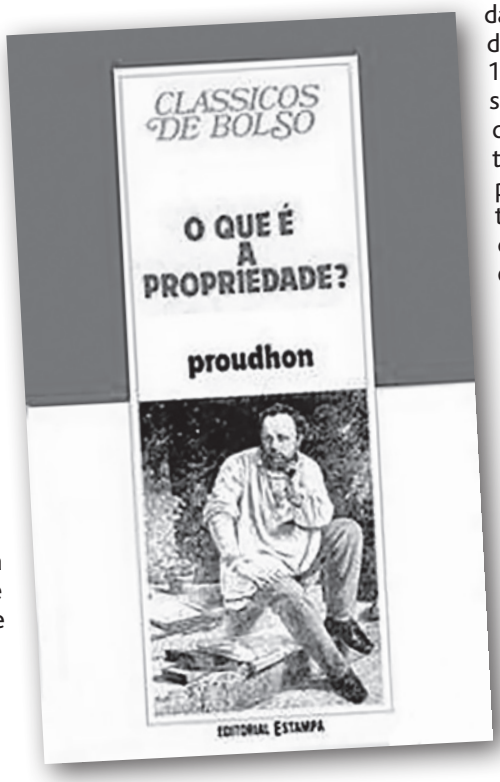
1841.

firma um acordo semelhante."[10] Então, a sociedade constitui-se não para proteger a propriedade, mas para proteger o acesso aos meios de produção.

Para Proudhon, a propriedade e a sociedade são incompatíveis. No Segundo Capítulo de "O Que é a Propriedade?", Proudhon escreve: "Propriedade... é um direito fora da sociedade; pois claro está que se a riqueza fosse medida em valor social, as condições seriam iguais para todos... Portanto, se nos associamos a bem da liberdade, da igualdade e da segurança, não nos associamos a bem da propriedade; como tal se a propriedade for um direito natural, esse direito natural não é social mas anti-social. A propriedade e a sociedade são coisas completamente irreconciliáveis. É impossível associar dois proprietários do mesmo modo que não conseguimos juntar dois imanes pelos seus pólos não opostos. A sociedade irá destruir a propriedade, ou irá perecer."[11]

No centro do seu conceito temos o princípio da igualdade. Os direitos, por definição, são direitos igualitários. A liberdade, tem de ser liberdade para todos, pois "a liberdade é a condição natural do homem; renunciar à liberdade é renunciar à qualidade de homem."[12] Resume este conceito perto do final da primeira secção do segundo capítulo: "... a liberdade é um direito absoluto pois é para o homem o que a impenetrabilidade é para a matéria, o sine qua non da existência; a igualdade é um direito absoluto porque sem igualdade não há sociedade; a segurança é um direito absoluto porque aos olhos de todos os homens a sua própria liberdade e vida são tão preciosas como as dos outros. Estes três direitos são absolutos, ou seja, susceptíveis de jamais diminuírem ou aumentarem uma vez que cada elemento da sociedade recebe na mesma proporção em que dá – liberdade por liberdade, igualdade por igualdade, segurança por segurança, corpo por corpo, alma por alma, na vida e na morte."[13] É o equivalente dos votos de casamento aplicados à sociedade. Para proteger tal casamento a propriedade, no sentido senhorial, deve ser eliminada, pois é devido à desigualdade da propriedade que emergem a guerra, a violência, o crime e outras patologias sociais.

Este conceito de propriedade, como Woodcock realçou, era essencialmente a perspectiva de um agricultor quanto às relações de propriedade. Proudhon pouco conhecia do mundo industrializado do século XIX. A sua experiência era a do agricultor e do pequeno negócio. Mesmo assim, foi uma visão que captou pontos essenciais acerca da transição da sociedade agrária para a industrializada, e era uma visão claramente compartilhada por muitos dos seus contemporâneos. A fama que "O Que é a Propriedade?" trouxe a Proudhon, catapultou-o para a linha da frente da política radical para o resto da sua vida, através do século XIX e até à Guerra Civil de Espanha. Foi uma figura bem mais conhecida e influente do que Marx quando irromperam as revoluções de 1848. A sua fama levou a que fosse eleito para a Assembleia Nacional em 1848 onde, num debate público, despertou a atenção para o poder crescente da classe trabalhadora. Já em 1842 Proudhon declarara: "'trabalhadores, empregados, homens do povo, é vossa a iniciativa da reforma... o novo movimento socialista irá começar pela... luta na oficina', escrevia no seu diário, e acrescentava outro pensamento que ecoou por toda a história do sindicalismo latino até à Guerra Civil de Espanha no qual alertava: 'a revolução social estará seriamente comprometida caso surja por via da revolução política.'"[14]

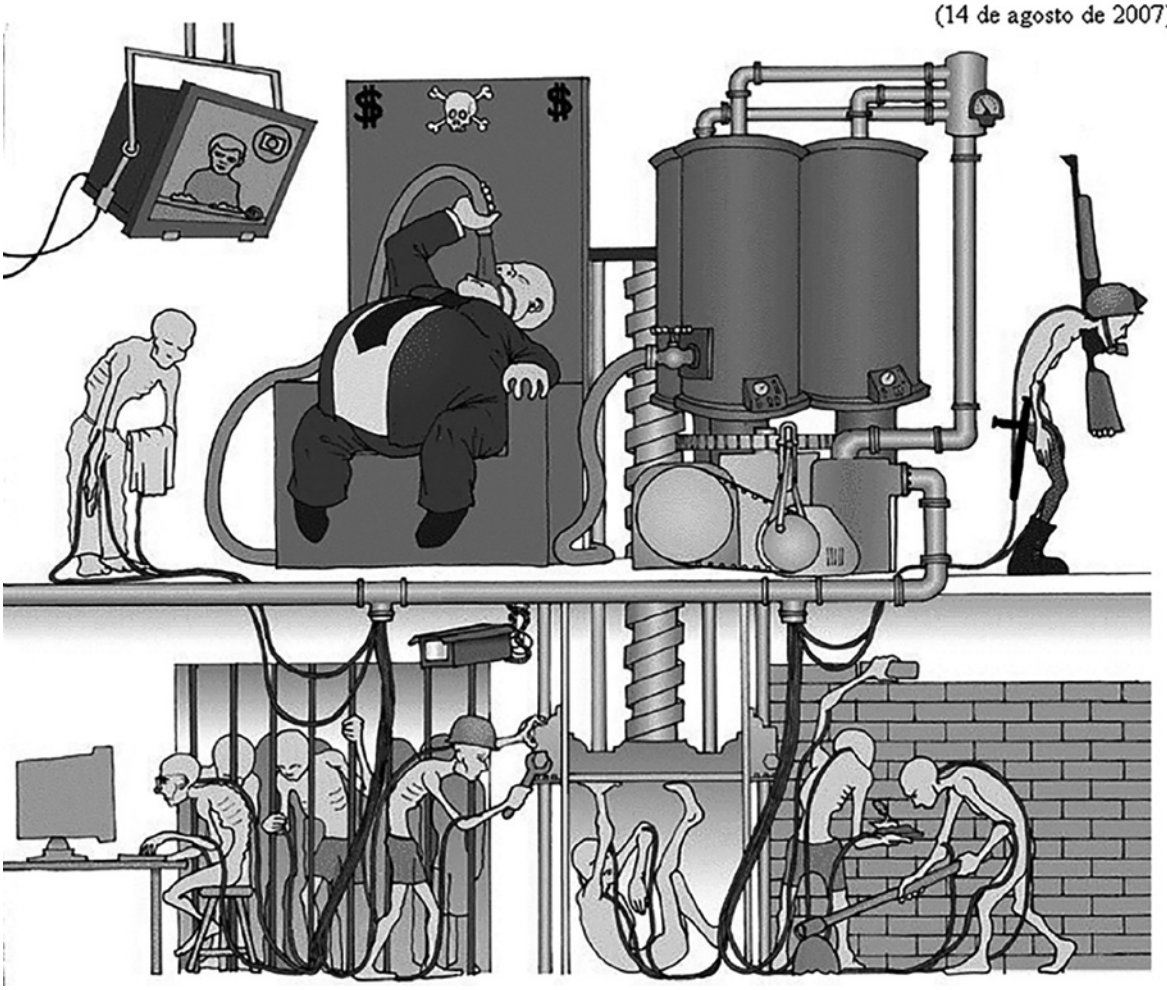


[11] Proudhon, 1994, p. 42-3.
[12] Proudhon, 1994, p. 38.
[13] Proudhon, 1994, p. 42.
[14] Woodcock, 1992, p. 149.

A PROPRIEDADE PRIVADA SEGUNDO PROUDHON

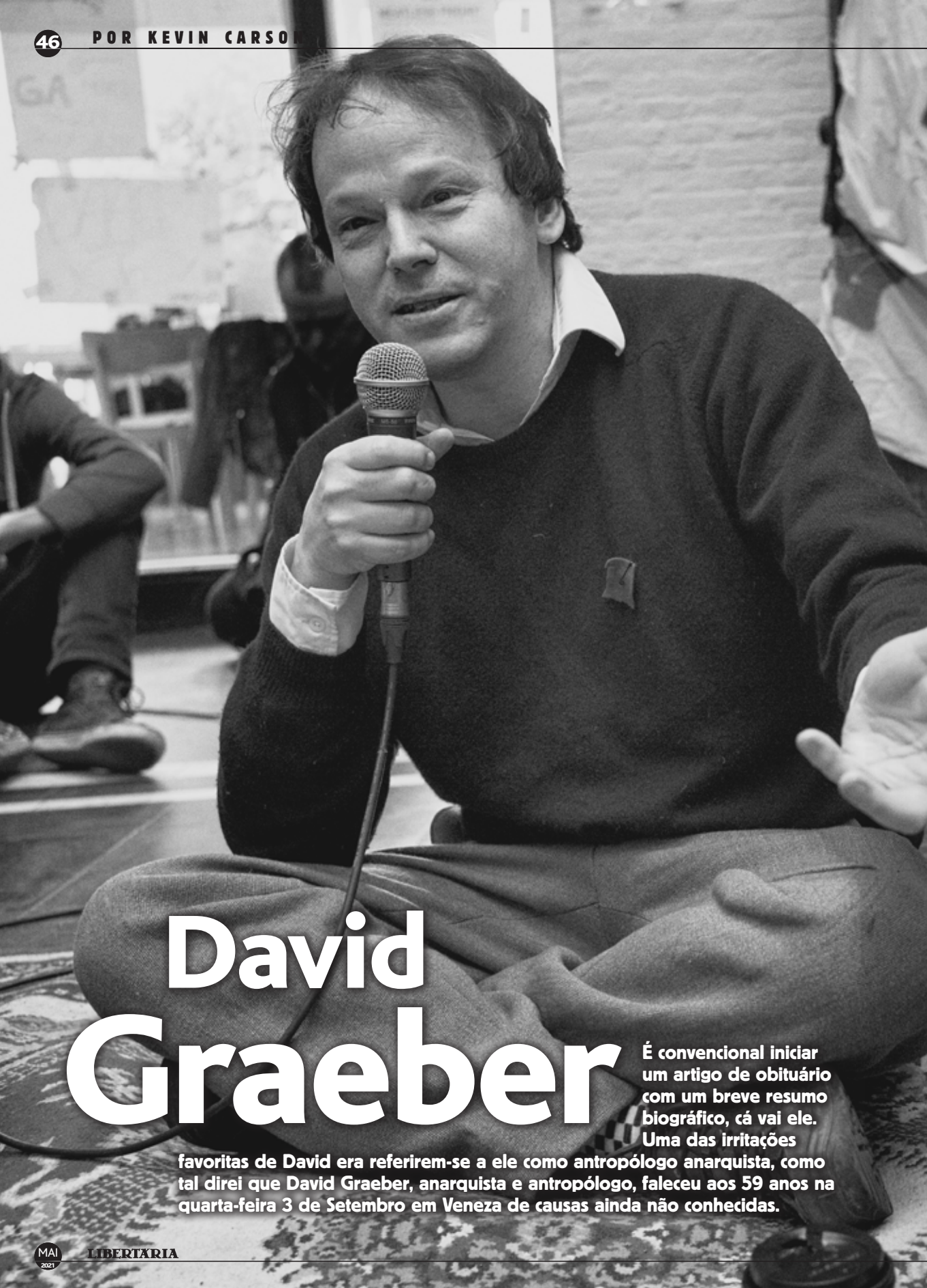
Felipe Corrêa

(14 de agosto de 2007)



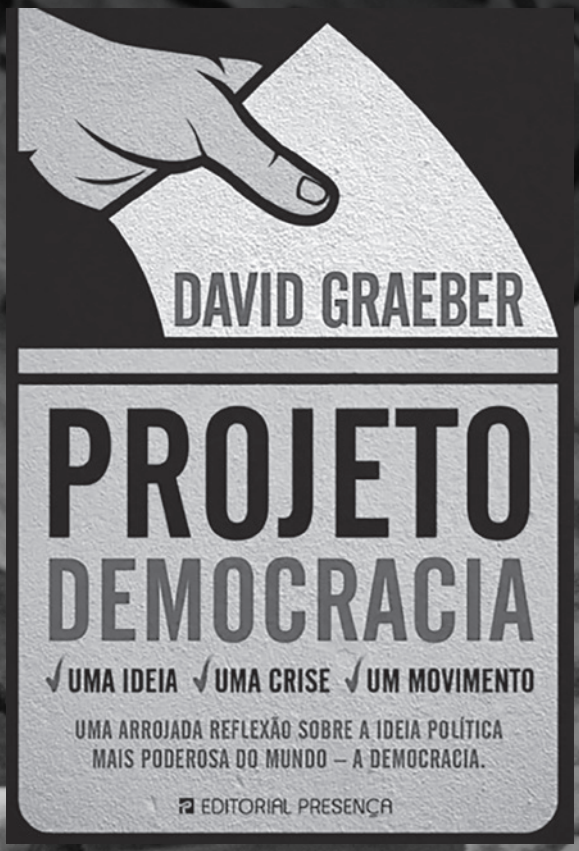
As principais temáticas do pensamento de Proudhon foram constantes em quase toda a sua obra. Criticou as revoluções sociais de cima para baixo, identificando claramente o lado mais negro da visão socialista à qual os revolucionários da tradição marxista sucumbiram. O governo centralizado, organizado seja a que propósito, é um mal que deve ser contraposto por via de uma economia mutualista, descentralizada. A temática federalista que percorre a sua obra foi concebida para rebater o centralismo dos Estados-nação em vias de desenvolvimento. Era um federalismo bem diferente do federalismo aplicado nos Estados Unidos ou na Suíça. Era um federalismo no qual o poder real permanecia no nível local, em vez de ser "devolvido" das alturas. Finalmente, identificava claramente a classe trabalhadora como sendo uma força revolucionária autónoma que eventualmente acabaria por conquistar a sua liberdade.

Dana Ward é professor emérito de Ciência Política na Pitzer College onde fundou e mantém os Arquivos Anarquistas e onde leccionou entre 1982 e 2012.



David Graeber

É convencional iniciar um artigo de obituário com um breve resumo biográfico, cá vai ele. Uma das irritações favoritas de David era referirem-se a ele como antropólogo anarquista, como tal direi que David Graeber, anarquista e antropólogo, faleceu aos 59 anos na quarta-feira 3 de Setembro em Veneza de causas ainda não conhecidas.



Foi activista do Ocuppy Wall Street, era professor da Escola de Economia e Ciência Política de Londres aquando da sua morte e autor de (entre outros) *Fragments of an Anarchist Anthropology* [*Fragmentos de uma Antropologia Anarquista* – NDT], *Dívida: Os Primeiros 5.000 Anos* [São Paulo, Três Estrelas, 2018 – NDT], *Projeto Democracia* [Lisboa, Editorial Presença, 2013 NDT], *The Utopia of Rules* [*A Utopia das Regras* – NDT] e *Bullshit Jobs* [*Empregos da Treta* – NDT].

Deixa viúva a sua esposa, a jornalista/artista Nika Dubrovsky.

Também é comum neste tipo de coisas acrescentar uma nota pessoal, mas não há muito a dizer. Conhecemo-nos de modo casual, trocando alguns emails e interagindo um pouco no Twitter. Fora isso, a nossa principal ligação foi a influência da sua obra sobre mim.

***Dívida: Os Primeiros 5.000 Anos* foi o meu primeiro encontro com a sua escrita. Foi – ou pelo menos devia ter sido, se estivessem a prestar atenção – o equivalente a um toro de dinamite atirado para o meio da comunidade da direita libertariana. A ideologia capitalista depende de uma série de contos de fadas burgueses (indo buscar o termo a Marx), histórias polidas e efabulações que enquadram a origem das principais características da sociedade capitalista como sendo espontânea e natural. A propriedade privada – i.e. individual, absoluta – da terra surgiu através da utilização pacífica dos indivíduos para a transformarem em propriedade, através do emprego do seu labor, separando-a do papel de bem comum. O domínio avassalador da produção para intercâmbio de bens no nexo monetário tem a sua origem na propensão natural humana para transportar, regatear e trocar. O dinheiro foi adoptado como reacção ao problema, surgido do regateio, da "dupla coincidência de vontades", e da conveniência da utilização de metais preciosos como bem universal. Cada um destes mitos foi postulado pelos intelectuais clássicos do liberalismo nos primórdios da era moderna, *a piori*, como uma espécie de "história provável" para explicar as coisas na ausência de quaisquer dados históricos reais.**

Mas o mais notável é terem continuado a ser repetidos ao longo de trezentos ou quatrocentos anos à medida que surgia uma imensidão de dados antropológicos, sem quaisquer esforços para

lidar com esses dados ou sequer conciliar-se com os mesmos. Não só os economistas e polemistas da direita libertariana, mas em grande extensão também os economistas do sistema, todos continuaram a repetir a maior parte destas coisas até aos dias de hoje. Podemos pegar ao calhas no pdf de um qualquer texto de economia que seja amplamente utilizado em cursos introdutórios de grau universitário, procurar por "dupla coincidência de vontades" e muito provavelmente encontrar o termo à primeira tentativa. Em *Dívida*, Graeber baseou-se nos dados disponíveis para demonstrar que um dos mitos em particular (o da origem do dinheiro e da dívida) bem como de modo tangencial os outros eram – para não dourar a pílula – uma completa e imensa treta.

O segundo livro que li foi *Projeto Democracia: História, Crise, Movimento*. Neste cruzam-se dois temas: a experiência pessoal de Graeber no Occupy como movimento horizontalista, e como tomando parte noutras formas participativas de política anarquista; e a longa história da prática do autogoverno democrático por parte das pessoas comuns. Este inclui uma digressão histórica fascinante entre pessoas que vivem à deriva, utopias piratas e outros grupos de pessoas que vivem intencionalmente fora do âmbito do governo por parte do Estado. E foi um bofetão na face do lixo caqui com pigarreio neoconservador que vê a "democracia" como uma espécie de delicada flor a crescer num gigantesco monte de esterco, um artefacto frágil que só emergiu devido a condições extremamente raras num pequeno número de sociedades suficientemente desenvolvidas como a Atenas de AC, a Inglaterra de 1688-89 e a América do Norte dos anos 60 do século XVI em diante. Pelo contrário, argumentava Graeber,

A democracia é tão velha como a História, quanto o próprio intelecto humano. Não é propriedade de ninguém. Ninguém é seu detentor. Suponho... que podemos afirmar que emergiu na altura em que os hominídeos cessaram de tentar prejudicar-se uns aos outros e desenvolveram capacidades de comunicação para resolver colectivamente um problema comum. Mas tal especulação é fútil; o cerne da questão é que conseguimos atestar a existência de assembleias democráticas em todas as eras e sítios, dos seka do Bali até aos ayllu da Bolívia, empregando uma variedade infindável de procedimentos formais, e esta irá sempre surgir onde quer que seja que um grande número de pessoas se sentem para decidir em conjunto com o pressuposto de que todos os que nela participam têm o mesmo direito a falar.

No *A Utopia das Regras: Tecnologia, Estupidez e as Alegrias Secretas da Burocracia*, Graeber examinou a cultura burocrática da grande empresa, da agência governamental e de outras instituições centralizadas. No processo, demonstrou que o Estado centralizador e o oligopólio empresarial longe de serem inimigos – como na narrativa da direita libertariana e

da esquerda liberal/progressista – são apenas meras versões diferentes da mesma coisa, ou talvez partes diferentes da mesma coisa. Na realidade o capitalismo cresceu às costas do Estado burocrático, e é em grande parte uma criação deste.

Ainda não li o seu livro mais recente, *Empregos da Treta: Uma Teoria*, com grande pena minha. Com grande pena minha porque não só gostaria de ver como os temas ali tratados se correlacionam com os do Utopia das Regras, mas também porque nunca terei a oportunidade de lhe tweetar a minha análise e ver o que tem a dizer acerca desta.

Com base no que li em resenhas e excertos, e nos próprios artigos de Graeber sobre as mesmas questões, elaborou a percepção intuitiva de que os empregos mais bem pagos não só produzem muito pouca coisa com algum valor real, mas que também destroem activamente o valor. As pessoas que desempenham os empregos necessários à sociedade (o termo "trabalhadores essenciais" surgiu tendo em mente os eventos ocorridos algum tempo após a edição deste livro) – as pessoas que preparam os alimentos, que cuidam dos doentes e dos idosos, que ensinam as crianças, que processam as partes das galinhas ou as maquinetas em linhas de montagem, que lidam com os clientes do retalho, que limpam o chão, etc. – na sua maioria não só são mal pagas dada a importância do trabalho que fazem, mas são também sujeitas a abusos por parte das pessoas bem pagas com empregos da treta.

Os empregos da treta só são "necessários" no contexto de uma sociedade na qual uma minoria de pessoas roubou as restantes, e senta-se no topo de uma pilha de espólios. A maior parte dos empregos da treta são ou empregos de contadores de feijões que se mantêm a par da riqueza dos espoliadores, ou empregos de obstrução que protegem os títulos de terra dos senhorios ausentes, das casas vazias ou de outros bens não utilizados e que se asseguram de que as pessoas que trabalham continuam a aceitar ordens das pessoas que são proprietárias das máquinas com que trabalham. Os restantes resultam de uma economia que tem por base a produção subsidiada de inutilidades, necessárias para manter a desproporcionalidade e a ineficiência centralizadas e a indústria intensiva do capital a funcionar.

Embora me atrevesse a especular que o anarquismo de Graeber – como o de Piotr Kropotkine e Colin Ward – fosse mais ou menos comunitário, incluo-o juntamente com essas duas figuras na minha categoria geral de "anarquistas sem adjectivos". Tal como com Kropotkine e Ward, a fé de Graeber na criatividade e na acção humana, o seu apreço pela incrível variedade histórica dos expedientes que inventaram para as pessoas se relacionarem umas com as outras e resolverem de modo cooperativo os problemas que tinham em comum, é superior a qualquer tentativa doutrinária de os entalar numa configuração económica em particular como mercados, sindicatos, etc. Não estava

disposto a deixar que as formulações teóricas violassem a priori a particularidade e a "singularidade" da História, ou com o preceito de tais formulações interferirem com a habilidade de agrupamentos de pessoas normais, cara-a-cara em qualquer sítio, não conseguirem chegar a acordos viáveis – quaisquer que fossem – entre si. Não estava de igual modo disposto a deixar que qualquer particularidade hifenada de anarquismo diluísse a sua afeição pela variedade e especificidade de qualquer instituição auto-organizada à escala humana. Em *Dívida*, escreveu:

Se queremos mesmo compreender os pressupostos morais da vida económica e, por extensão, da vida humana, parece-me que devemos começar... com a mais pequena das coisas: os detalhes diários da existência social, o modo como tratamos os nossos amigos, os inimigos e as crianças – normalmente com gestos tão ínfimos (passar o sal, pedir um cigarro) que normalmente nem sequer paramos para pensar neles. A Antropologia mostrou-nos quão diferentes e numerosas são as maneiras com as quais se sabe que os humanos se organizaram.

Além do seu anarquismo sem adjectivos, também considero particularmente úteis vários dos outros conceitos de Graeber. Um deles, a democracia da

vida real das pessoas comuns à volta do mundo e ao longo da História, que já consideramos acima.

Outro é o "anarquismo do dia-a-dia": como Colin Ward demonstrou no *Anarquia em Acção*, em vez de ser um sistema absoluto sobre o qual devemos sistematicamente remodelar a sociedade, o anarquismo já existe à nossa volta no modo como as pessoas interagem umas com as outras. "[A]narquismo é já, e sempre foi, uma das principais bases da interacção humana. Estamos sempre a auto-organizar e a aplicar o apoio mútuo. Sempre o fizemos" (este excerto e o do bloco imediatamente abaixo são de "É Um Anarquista? A Resposta Poderá Surpreendê-lo").

O princípio anarquista mais básico é o da auto-organização: a presunção de que os seres humanos não precisam de ser ameaçados com a perseguição para poderem alcançar um acordo razoável entre si, nem para se tratarem uns aos outros com dignidade e respeito... O anarquismo resume-se à maneira como as pessoas agem quando são livres de fazer o que quiserem, e quando lidam com outras pessoas igualmente livres – e como tal conscientes da responsabilidade que isso acarreta para os outros...

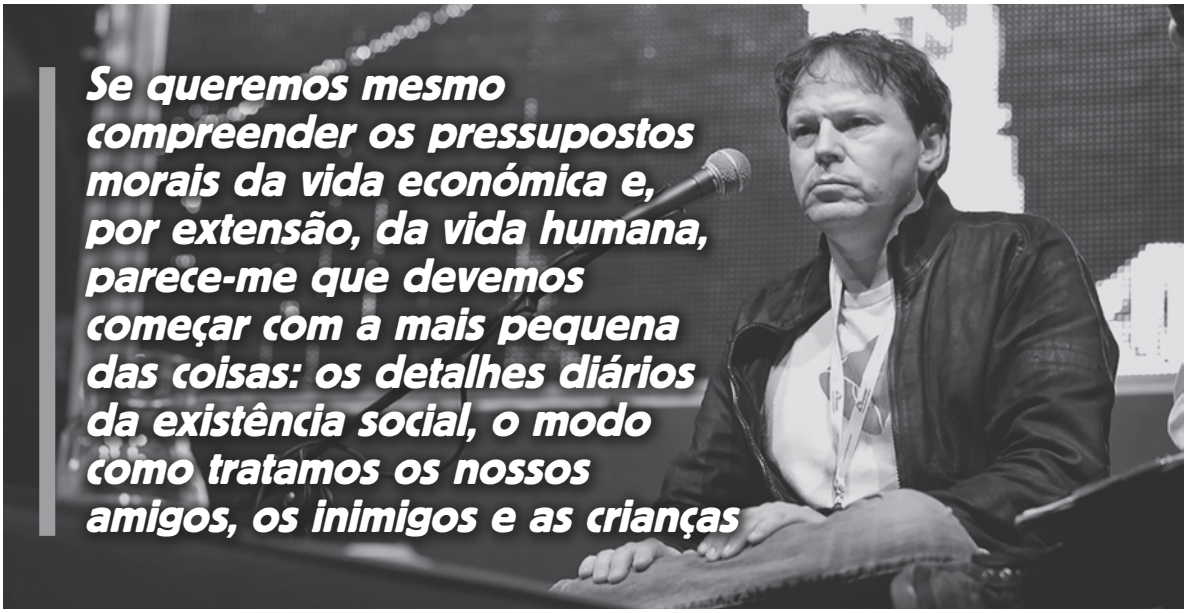
...[A]narquismo é já, e sempre foi, uma das principais bases da interacção humana. Estamos sempre a auto-organizar e a aplicar o apoio mútuo. Sempre o fizemos.

Apesar do respeito de Graeber pela imensa variedade e especificidade das instituições de auto-organização ao longo da História, e a aceitação das pessoas terem a liberdade de escolher os seus próprios acordos, mesmo assim não deixava de considerar que alguns acordos seriam opções extremamente improváveis por parte de pessoas livres, e seria improvável a sua existência estável onde quer que fosse sem a utilização da força ou da conquista. Como escreveu no *Projeto Democracia*:

A História tem demonstrado que as vastas desigualdades de riqueza, instituições como o esclavagismo, a peonagem da dívida ou o esclavagismo assalariado só conseguem existir se contarem com o apoio de exércitos, prisões e polícias.

Pela mesma razão, como defendia no mesmo livro, não é provável que a sociedade ideal dos anarco-capitalistas dure muito sem um Estado:

Nos anos 90 costumava frequentar grupos na Internet, que na altura estavam cheios de criaturas que se intitulavam de "anarco-capitalistas"... A maior parte despendia o seu tempo a condenar os anarquistas de esquerda como apologistas da violência. "Como podem ser a favor de uma sociedade livre e contra o trabalho assalariado? Se eu quiser contratar alguém para apanhar os meus tomates, como me vão impedir sem ser pela força?" Logicamente então quaisquer tentativas para abolir o sistema de trabalho assalariado só podia ser defendido por uma qualquer nova versão do KGB. É frequente ouvir esta argumentação.



O que nunca ouvimos, de modo significativo, é alguém a dizer "se me quiser contratar a mim mesmo para apanhar os tomates de outra pessoa, como me vão impedir sem ser pela força?" Todos parecem imaginar que numa futura sociedade sem Estado, irão acabar de algum modo por se tornar membros da classe empregadora. Ninguém parece pensar que poderá ser o apanhador de tomates. Mas de onde, exactamente, julgam que esses apanhadores de tomates vão vir? Aqui podemos empregar um pequeno experimento de raciocínio: vamos recorrer à parábola da ilha dividida. Dois grupos de idealistas reclamam cada um metade de uma ilha. Concordam delinear a fronteira de modo a que existam recursos praticamente iguais em ambos os lados. Um dos grupos procede a criar um sistema económico no qual certos membros têm propriedade, enquanto que os restantes não, e aqueles sem propriedade não têm quaisquer garantias sociais: morrerão de fome a não ser que procurem emprego de acordo com os termos que os ricos estiverem dispostos a oferecer. O outro grupo cria um sistema no qual todos tenham garantidos pelo menos os meios essenciais de existência e recebe de braços abertos todos os que lá chegam. Que razão teriam aqueles que estão fadados a ser vigilantes nocturnos, enfermeiras ou mineiros de bauxita do lado capitalista da ilha para lá permanecerem? Os capitalistas ficariam sem a sua força de trabalho numa questão de semanas. Como consequência, ver-se-iam obrigados a patrulhar os seus territórios, a esvaziar os seus penicos e a operar a sua própria maquinaria pesada – ou seja, a menos que rapidamente começassem a oferecer aos seus trabalhadores um acordo extravagantemente apelativo ao ponto de estes julgarem estar a viver afinal numa utopia socialista.

Por esta razão e inúmeras outras razões, estou certo que na prática qualquer tentativa para criar uma economia de mercado sem exércitos, polícias e prisões para a manter a funcionar acabaria por se assemelhar muito rapidamente a algo bem distinto do capitalismo. Na realidade tenho a forte suspeita de que muito em breve pouco se assemelharia de todo ao que estamos habituados a pensar como sendo o mercado.

O outro conceito que considero como influente era o "comunismo de bases": ou seja, todas as sociedades humanas, quer governadas por senhores feudais, burocracias estatais ou empresas capitalistas, dependem na sua base de um comunismo libertário praticado pelas pessoas comuns para a sua existência e sobrevivência. Em *Dívida* constatava:

A não ser que as pessoas se vejam como inimigos, se a necessidade for grande o suficiente, ou o custo

considerado como razoável o suficiente, o princípio de "a cada um de acordo com a sua habilidade, a cada um de acordo com a sua necessidade" é suposto aplicar-se...

Na realidade, o "comunismo" não é uma espécie de magia utópica, e nem tem nada a ver com a propriedade dos meios de produção. É algo que já existe – que existe, em certo grau, em qualquer sociedade humana, embora nunca tenha existido uma na qual tudo estivesse organizado desse modo, e é difícil imaginar como tal poderia acontecer. Todos nós agimos como comunistas boa parte do tempo... uma "sociedade comunista"... nunca conseguiria existir. Mas todos os sistemas sociais, até mesmo sistemas sociais como o capitalismo, foram erguidos sobre as fundações de um comunismo real.

E no "Engenho do Desespero":

...[O] comunismo na realidade significa apenas qualquer situação na qual as pessoas actuem de acordo com este princípio: a cada um de acordo com a sua habilidade, a cada um de acordo com a sua necessidade. Esta é, na realidade, o modo como quase todas as pessoas agem se estiverem a trabalhar em conjunto. Se, por exemplo, duas pessoas estiverem a consertar um cano e uma delas disser "passa-me a chave inglesa", o outro não lhe responde "e o que é que ganho com isso?" Isto é verdade mesmo que por acaso sejam funcionários da Bechtel ou do Citigroup. Aplicam os princípios do comunismo porque na realidade são os únicos que na prática funcionam. É também por esta razão que cidades e países inteiros revertem para uma espécie de comunismo tosco de prontidão aquando de desastres naturais ou do colapso económico – os mercados e as cadeias hierárquicas tornam-se em exuberâncias às quais não se podem dar ao luxo de aceder. Quanto mais criatividade for necessária e um maior número de pessoas tiverem que improvisar em determinada tarefa, maior a probabilidade da forma de comunismo daí resultante ser mais igualitária. É por essa razão que até mesmo os engenheiros informáticos republicanos [militantes do Partido Republicano – NDT] que tentam desenvolver novas ideias de software tendem a constituir pequenos colectivos democráticos. Só quando o trabalho se torna padronizado e entediante (pensem em linhas de produção) é que se torna possível impor formas de comunismo mais autoritárias, ou até fascizantes. Mas o facto é que mesmo as empresas

privadas se encontram internamente organizadas de acordo com os princípios comunistas.

O grau de tal comunismo – o âmbito de actividade total social e económica gerida por este – tem variado imenso de sociedade para sociedade, e de era para era. Mas todas as sociedades pré-Estado – fossem grupos de caçadores-recolectores ou vilas agrícolas – tiveram níveis comparativamente altos de comunismo, e tal comunismo tem persistido mesmo sob os Estados e senhorios em muitos sítios até aos tempos relativamente mais recentes. Mais, esta situação tem sido a norma em todos os casos onde não foi suprimida ou limitada pela força. Podemos afirmar sem grande exagero que a forma natural de organização humana, desde a Revolução Agrícola até esta ser suprimida pelos Estados de classe de um ou outro tipo, foi a vila agrária com propriedade comunitária da terra; as famílias detinham o direito de utilização de lotes periodicamente designados em vários campos diferentes que eram bem comum, bem como os direitos de aceder a pastos e a lenhas comuns. Era este o modelo de sistema de vila aberta da Europa Ocidental e da Inglaterra, prevalecendo até aos tempos modernos, o dito "modo asiático" suprimido por Warren Hastings no Bengal, e o Mir que sobreviveu na Rússia até ser destruído por uma combinação entre as "reformas" de Stolypin e a colectivização forçada de Estaline.

Devo acrescentar que, fora do seu academismo, Graeber teve um imenso efeito prático no movimento Occupy. Podem conhecer os pormenores no *Projeto Democracia*, mas resumindo: em Julho e Agosto de 2011, o Occupy foi inicialmente em grande parte um projecto da revista *Adbusters* e de uma mão cheia de movimentos verticalistas como o Partido Mundial dos Trabalhadores; foi idealizada como uma manifestação convencional com cartazes e frases de ordem pré-fabricadas, com líderes designados e provavelmente teria evaporado depois das operações fotográficas e das detenções cerimoniosas. Um punhado de anarquistas que tinham testemunhado o M15 em Espanha cristalizaram-se em torno de Graeber para criar uma assembleia geral, e empurraram-na até ao cúmulo do seu direccionamento horizontalista. Sem a sua intervenção – uma das maiores histórias do tipo "por uma unha negra" – o Occupy muito provavelmente teria sido uma mera nota de rodapé no radicalismo político de Nova Iorque. Quaisquer formas que movimentos subsequentes como o Black Lives Matter, NoDAPL ou a Antifa tivessem tomado seriam completamente irreconhecíveis.

Como intelectual anarquista, David Graeber cai na mesma categoria que uma mão cheia de outras figuras monumentais do século passado ou mais, incluindo Kropotkine, Ward, James Scott e talvez Murray Bookchin. Note-se que atingiu este patamar aos 59 anos, com metade ou mais da carreira intelectual madura ainda à sua frente; Scott ainda está vivo aos 83 anos, e os restantes faleceram todos nos seus 80s. Não há como saber o que nos retirou a sua morte – só que ficamos mais pobres com esta.

Já não nos é permitido ver, ouvir e ler o que queremos

Agora, que a maior parte de nós, em todo o mundo, fomos obrigados a estar naquilo que facilmente pode ser descrito como prisão domiciliária, de repente temos imenso tempo para ler livros, assistir a grandes filmes e ouvir música esplêndida. Muitos de nós andam, há anos, a repetir tristemente o mesmo: "se eu tivesse tempo…"

Agora temos imenso – imenso tempo. O mundo parou. Está a acontecer algo horrível; algo que nunca quisemos que ocorresse. Sentimo-lo, estamos aterrorizados, mas não sabemos exactamente o que é. Não já, ainda não.

A ficção tornou-se realidade. Albert Camus e a sua "Peste". José Saramago e o seu "Ensaio Sobre a Cegueira".

Não sabíamos que algo do género podia acontecer; mesmo aqueles entre nós que não têm qualquer confiança na sabedoria da civilização ocidental.

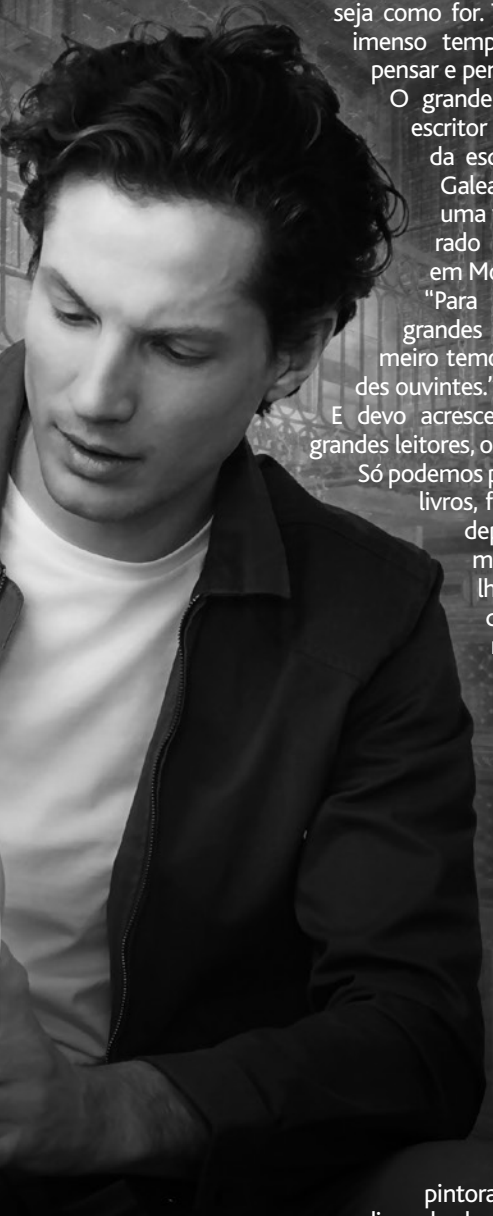
Ainda hoje, mais uma vez, leio os mesmos argumentos que me fazem sentir arrepios na espinha sempre que os repetem. E repetem-nos, de modo frequente agora, pelo menos na Europa. Ali, nota-se que regressou o fascismo.

Citando o Dr. Luboš Motl, físico teórico checo, professor assistente na Universidade de Harvard entre 2004 e 2007:

"E acreditam que as estruturas que lhes permitem sobreviver – os governos, os bancos e por aí fora – são 'maléficas'. Alguns são só analfabetos financeiros. Mas outros estão cientes do que afirmam e regozijam-se a exigir que se sacrifiquem triliões para evitar numa proporção infinitésima a probabilidade de que alguém com mais de 90 anos não seja infectado e viva um pouco mais. Não aceitam de todo quão dependentes estão da sociedade e do sistema. Não percebem que os seus valores morais, os seus 'direitos humanos', só existem se forem pagos por sociedades prósperas."

Um doutor… Deus meu! Uma "sociedade próspera" significa, como é óbvio, uma sociedade capitalista, ocidental. Imperialismo, neo-colonialismo! Para pessoas como ele, é claro, as vidas humanas não são todas iguais. O seu 'valor' depende da idade, e talvez da raça?

Sempre foi assim, no Ocidente, mas pelo menos era, de certa maneira, dissimulado. Agora está à vista. E tremo. Não de medo, mas de repulsa. Definitivamente não quero viver no "mundo de Motl".



* * *

Mas regressemos ao tema central desta peça.

Agora finalmente temos o proverbial tempo para ler, para ver filmes e para ouvir música. Involuntariamente, mas tempo não nos falta, seja como for. Temos também imenso tempo para pensar, pensar e pensar.

O grande agora falecido escritor uruguaio, ícone da esquerda, Eduardo Galeano, disse-me uma vez, no seu adorado Café Brasileiro em Montevideu:

"Para podermos ser grandes escritores, primeiro temos que ser grandes ouvintes."

E devo acrescentar: e sermos grandes leitores, observadores.

Só podemos produzir grandes livros, filmes e ensaios, depois de ouvirmos o que milhares de pessoas dizem; pessoas ricas e pobres, brilhantes e disparatadas. Depois de lermos centenas de livros, e termos visto centenas de excelentes filmes.

É impossível mudar o mundo para melhor, quando só se consumiu a pop e a pornografia mais baratas.

A minha mãe russa/chinesa, pintora e arquitecta, sempre me disse, desde muito novo:

"Mesmo que te tornes num pintor abstracto, não podes fugir ao mais básico: primeiro tens que aprender a desenhar um rosto, um corpo humano. Tens que conhecer os clássicos, filosofia… só então podes deixar-te levar pela fantasia."

Agora, com a repulsiva era do COVID-19, estamos todos sitiados.

É altura de nos pormos a par do que andamos a negligenciar, no que diz respeito às absorções intelectuais.

Estamos sentados nos nossos sofás, abrimos os portáteis, prontos a sacar grandes filmes e música e… e… nada!

* * *

Vão à Netflix e tentem alugar algo muito básico, como os filmes do brilhante cinema japonês da Nova Vaga. Tentem assistir ao mais recente e incrível filme iraniano contemporâneo, ou a alguma maravilhosa peça mestra checa como "No Telhado" ["Na Strese"], ou "A Senhora Terrorista" ("Teroristka", em checo). Não conseguem.

Vão à Apple TV, e irão encontrar o mesmo resultado, "quase nada".

Claro, ainda podemos ver alguns excelentes filmes internacionais se voarmos na Emirates, ou na Air France, mas recorde-se, estamos sitiados.

Em pânico, corremos para o YouTube, só para descobrir que caso falemos russo, checo, espanhol ou chinês, podemos ver os melhores filmes desses países, a maior parte de graça, mas só na sua língua original, sem legendas. Mas se quisermos partilhá-los com os nossos amigos e familiares, que só dependem do inglês, só conseguimos encontrar trailers e excertos curtos.

Quantas línguas dominam os meus leitores? Eu compreendo 8, quanto muito 9. Como tal, não posso ver filmes em vietnamita, chinês ou persa. Todas línguas com excelentes realizadores.

Países como a Rússia e a China estão a disponibilizar os seus filmes clássicos, e para todos, ali, online. Mas os EUA-RU censuram-nos e os distribuidores gananciosos asseguram-se de que nunca os conseguiremos ver de graça, ou até mesmo por um certo valor, em inglês ou com legendas em inglês.

É suposto vermos porcarias de Hollywood, e sitcoms desdentadas e sobrevalorizadas da BBC. Não gosta? Azar!

A determinada altura, começamos a procurar freneticamente outras formas de obter essas importantes formas de arte.
Muitos, depois de várias e fúteis tentativas, simplesmente desistem e começam a ver a merda que estiver disponível.
Há anos e décadas, como um castor, tenho vindo a acumular DVDs e CDs, de todo o mundo. Actualmente tenho cerca de 800 CDs, entre a Ásia e a América Latina, e centenas de DVDs, até VHS.
Há uma razão para tal – e sempre soube que haveria. Não confio no regime.
Nunca confiei nos formatos electrónicos para filmes e música, ou em arquivar as minhas coisas numa qualquer 'nuvem' e em pens, ou esperando que o que quero estivesse sempre disponível através da Amazon, YouTube, Netflix, Apple TV e outros negócios brutais.
Neste preciso momento, as minhas previsões concretizaram-se: nem conseguimos ver "La Dolce Vita" de Fellini na Apple TV! Ou, esquecendo os melhores filmes feitos por Pasolini, os primeiros filmes (de realismo socialista) de Kurosawa, a Nova Vaga dos anos 30 de Xangai, ou quase todas as obras mestras de Tarkovsky. Sim, amealhei uma tremenda cinemateca e discoteca, em todos os formatos.
Repito: pura e simplesmente não confio no regime ocidental.
Principalmente agora, quando tornar a população mundial cada vez mais burra, cada vez mais complacente, se tornou, parece-me, no principal objectivo dos apparatchiks ocidentais.
Lembram-se de quando criaram "zonas" para os DVDs? Foi só o princípio. O nosso planeta foi fragmentado, a bem dos negócios e dos direitos de autor. Mas, na realidade, a razão era completamente clara: não era suposto que as pessoas se compreendessem umas às outras. Não era suposto que compreendessem de modo directo o modo como os outros viam o mundo. Só os "hubs" de Londres, Nova Iorque ou Paris puderam decidir e pré-mastigar como a parte conquistada da humanidade podia interagir intelectual, cultural e ideologicamente.

* * *

Os livros; ó sim, os livros!
Não começaram a queimar livros, ainda, como no romance "Fahrenheit 451" de Ray Bradbury. Repito, ainda.
Mas o sistema assegurou-se de que os livros com as mais ínfimas refutações no que toca ao sistema sejam de difícil acesso ao público.
Escusado será dizer que me assegurei de que contava com duas imensas bibliotecas pessoais, tanto na Ásia como na América Latina.
Recordem, disseram-vos quão 'anti-ecológica' é a edição de livros em papel? Tem piada, nunca vos disseram quão tóxicos são os tablets, os computadores e os telemóveis.
O que também nunca vos disseram é que quando começamos a depender exclusivamente de livros electrónicos, essa torneira pode ser fechada, a qualquer altura, e que quando o fizerem ficará sem acesso à informação.
Na Ásia e na América do Sul, acumulei milhares de livros essenciais (e não tão essenciais). E sou co-editor de uma pequena, mas vigorosa, editora, a Badak Merah ('Rinoceronte Vermelho'). E nunca concordei em publicar nenhum dos meus mais de 20 livros, em 35 línguas até à data, em formato digital antes de serem primeiro editados em papel.
Actualmente, por paradoxal que seja, a não ser que vivamos em Londres, Paris, Nova Iorque e também em Mos-

covo, Pequim ou Havana, são poucas as probabilidades de obtermos os nossos livros de eleição naquelas cadeias gigantescas de livrarias, pelo menos à primeira tentativa. Seremos bombardeados desde o momento em que entramos na loja, com lixo, pop, e coisas de auto-ajuda, até que este nos distraia de todos os temas sérios e essenciais. Aliás, já nem estou certo de que no Ocidente, hoje em dia, ainda seja possível construir uma grande biblioteca pessoal do nada.

* * *

Contudo, é quase impossível analisar "emergências" (tanto reais como 'injectadas') como o coronavírus, sem consultar filósofos e os romancistas acima mencionados, como Saramago, Camus e Bradbury.

Compreender os filósofos chineses e russos seria algo muito útil para compreender porque é que estes países obtiveram tanto sucesso a combater o vírus, e estão agora a auxiliar dezenas de nações em todo o mundo; até mesmo aquelas que há anos os atormentam. Ler os pensadores revolucionários e internacionalistas cubanos, também traria alguma luz à actual situação.

Mas a probabilidade é de que tal não lhe seja permitido. Sim, as torneiras estão a fechar, e os ocidentais assemelham-se cada vez mais a zombies ou, mais precisamente, ao EIIL.

Em grande parte, não conseguem obter livros cruciais que os fariam pensar, analisar e compreender. Mas na maior parte do tempo, as pessoas já nem sequer têm qualquer vontade de ler, ver ou ouvir coisas que os ajudem a compreender o que está a acontecer à sua volta.

Em vez de darem ouvidos a seres humanos de todos os continentes, os indivíduos, principalmente aqueles que vivem no Ocidente, só ouvem predominantemente coisas acerca deles próprios. É uma espécie de interacção ao "estilo selfie" com o mundo.

Os indivíduos que vivem neste tipo de ambiente, aprendem a aceitar ordens simples, a reagir sem pensar demasiado e, acima de tudo, a obedecer.

Entretanto, aproxima-se o colapso intelectual; ou já terá até chegado.

Agora, pessoas como eu, apercebem-se de que já não lhes é permitido ler, assistir ou ouvir o que querem. Mas pelo menos já ouvimos muita coisa, antes. E temos uma grande munição de livros, filmes e música.

Ainda estamos a escrever sobre o que está a acontecer.

Mas em breve, talvez muito em breve, a vasta maioria dos indivíduos irá deixar sequer de se preocupar com estas questões. Irão meramente aceitar: calar-se e aceitar, e ler, ver e ouvir o que lhes empurrarem garganta abaixo. Ou, para utilizar uma nova terminologia – irão entrar numa auto-quarentena, intelectual.

Se tamanho cenário se concretizar, será irrelevante se o COVID-19 ou qualquer outra pandemia estiver a destruir a nossa raça humana. Pois já não seria a raça humana.

É por essa razão que, neste preciso momento, temos que defender todo e cada ser humano, cada vida, doente ou saudável, mesmo que a pessoa tenha 90 ou 100 anos. E temos que defender os grandes livros, obras e música, pois neles reside o nosso conhecimento, a nossa humanidade, bem como a chave para a nossa sobrevivência.

Andre Vltchek era jornalista de investigação, filósofo, romancista e cineasta. Já cobriu guerras e conflitos em dezenas de países. Entre as suas obras encontramos estas quatro: "China and Ecological Civilization" com John B. Cobb, Jr., "Revolutionary Optimism, Western Nihilism", o romance revolucionário "Aurora" e os best sellers de não ficção política, "Exposing Lies Of The Empire" e "On Western Terrorism" (com Noam Chomsky).

© New Eastern Outlook

Teletrabalho e o mundo da ‘colaboração’

Faz agora um ano que o mundo foi atingido por uma pandemia como já não sofria há mais de 100 anos, aquando da gripe espanhola que atravessou o globo de janeiro de 1918 a finais de 1920, e destruiu milhões de vidas seja por morte ou por consequências familiares, como a perda de sustento.

Felizmente, devido aos avanços tecnológicos e científicos dos últimos 100 anos, o covid-19 não se afirmou tão mortífero como a última pandemia, mas tem colocado as vidas familiares e pessoais numa pausa que obrigou a diminuir o ritmo de milhões de trabalhadores num mundo que parecia nunca parar, como se procurasse girar mais rápido.

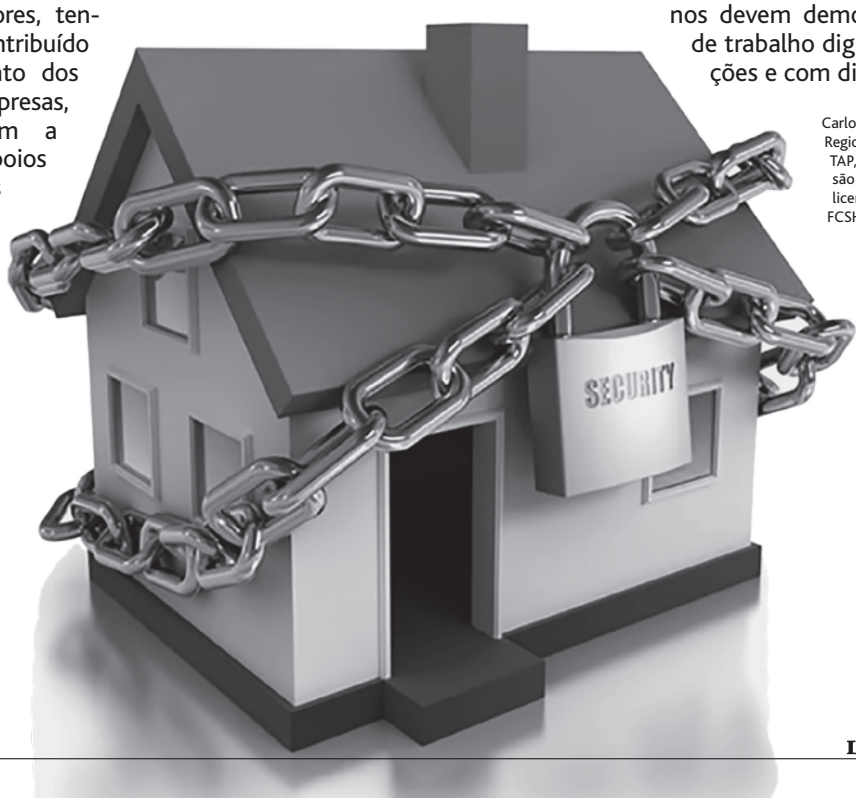
Neste novo mundo de máscaras, álcool-gel e viseiras, o recurso a teletrabalho alargou-se a números nunca vistos, sendo apontando como a melhor solução para os trabalhadores ou, utilizando a expressão da moda, para os colaboradores, como se as empresas fossem amigas dos seus trabalhadores e nós fossemos um grande exército de voluntários disponível a seguir tacitamente as ordens emanadas dos grandes grupos económicos.

Esta é a realidade do século XXI, um mundo onde milhões de trabalhadores podem realizar o seu trabalho à distância, mas que para isso tem que utilizar as suas ferramentas (computadores, rede de internet de casa, o recurso a água e eletricidade domésticas imputando custos aos trabalhadores entre outros) num retrocesso civilizacional onde voltamos ao século XIX, quando milhões de operários tinham que levar as suas ferramentas para as fábricas.

O mundo do teletrabalho, tal como se tem realizado no último ano, é um retrocesso em termos de direitos dos trabalhadores, tendo apenas contribuído para o aumento dos lucros das empresas, que continuam a exigir mais apoios aos Estados enquanto os seus trabalhadores vivem com parte do salário. O mundo do século XXI onde nasceu a figura do colaborador, substituindo a expressão de trabalhador, não é nada mais que um ataque à condição dos trabalhadores e às conquistas alcançadas pelos sindicatos desde os finais do século XIX. Assim, é urgente que se regule o teletrabalho de forma mais profunda e que se crie mecanismos de proteção do direito a desligar, assim como do equilíbrio entre a vida profissional, pessoal e familiar.

Dito isto, os locais de trabalho, como as nossas vidas, tenderão sempre a ter fatores de conflito. Cabe a nós, trabalhadores, organizarmos estruturas democráticas representativas dos nossos interesses para que estas possam defender as nossas posições junto das entidades empregadoras, ou seja, é cada vez mais necessário organizarmos sindicatos que nos permitam contrariar o cada vez maior desequilíbrio na distribuição da riqueza criada anualmente no mundo.

Aceitar a condição de colaborador é aceitar a perda de direitos e o discurso de que é melhor ter este emprego do que não ter nenhum. Temos que abraçar a condição de trabalhadores, porque a relação não sendo igual é-nos favorável em termos de números. É importante compreender que a evolução do mundo do trabalho trará novas formas de trabalho, onde se inclui o teletrabalho, mas que estas não nos devem demover da defesa de trabalho digno, com condições e com direitos.



Carlos Moreira é Coordenador Regional de Lisboa do SINTAP, presidente da Comissão de Juventude da UGT e licenciado em História pela FCSH-UNL

www.libertaria.pt facebook.com/libertariapt twitter.com/libertariapt

Apoie a Libertária

Como projecto editorial independente, a Libertária depende em grande parte da boa vontade dos seus colaboradores, parceiros internacionais e, acima de tudo, dos seus leitores. Caso se identifique com a linha editorial e nos queira divulgar, eis algumas sugestões que lhe serão úteis:

- **Ofereça a Libertária, a revista impressa é um autêntico livro repleto de autores criteriosamente seleccionados e de renome internacional, embora ainda pouco conhecidos em Portugal, não sabe o que oferecer aos seus familiares e amigos de esquerda pelo aniversário ou em épocas festivas como o Natal? Ofereça a Libertária;**
- **Divulgue e doe a Libertária junto da sua biblioteca local. Em todo o território nacional e ilhas adjacentes existem bibliotecas, sejam estas municipais ou propriedade das juntas de freguesia, a maior parte destas aceitam sugestões de aquisição, sugira a compra da Libertária na caixa de sugestões ou, caso seja daquelas pessoas que não gostam de acumular revistas e livros que já leu, doe o seu exemplar, o mesmo vale para as bibliotecas das escolas secundárias, faculdades e universidades da sua zona;**
- **Distribua a Libertária, seja a título pessoal ou colectivo (grupos de amigos, associações e colectividades de âmbito local, nacional ou internacional) pode adquirir um mínimo de cinco exemplares com 50% de desconto sobre o preço de capa e aplicar o lucro nas suas actividades ou, pura e simplesmente, ganhar uns trocos – em tempo de austeridade ninguém leva a mal;**
- **Escreva para a Libertária, faça-nos chegar as suas notícias, sugira colectivos, artistas e autores que se coadunem com a nossa linha editorial, seja no portal libertaria.pt ou na edição em papel, queremos dar uma voz a novas vozes socialistas, ambientalistas, democratas e libertárias;**
- **Passe a palavra, estamos a preparar várias opções de autocolantes e panfletos para divulgação da Libertária, os mesmos estarão disponíveis para venda no libertaria.pt ao preço de custo acrescido de portes de envio, transformemos a Libertária numa comunidade viva!**

patreon.com/libertariapt

Democracia Participativa

O caderno que se segue é fruto de uma parceria com a secção temática Democracia Participativa do PS - FAUL

democraciaparticipativa@ps.pt
Av. Fontes Pereira de Melo, 35, 1° C, 1050-118 Lisboa
democraciaparticipativaps.wordpress.com

O moderado é o novo radical

Vivemos tempos estranhos. Tempos em que o moderado é o novo radical e onde grande parte dos cidadãos e eleitores oscilam facilmente e em deslocações nem sempre facilmente compreensíveis dentro do espectro político e eleitoral.

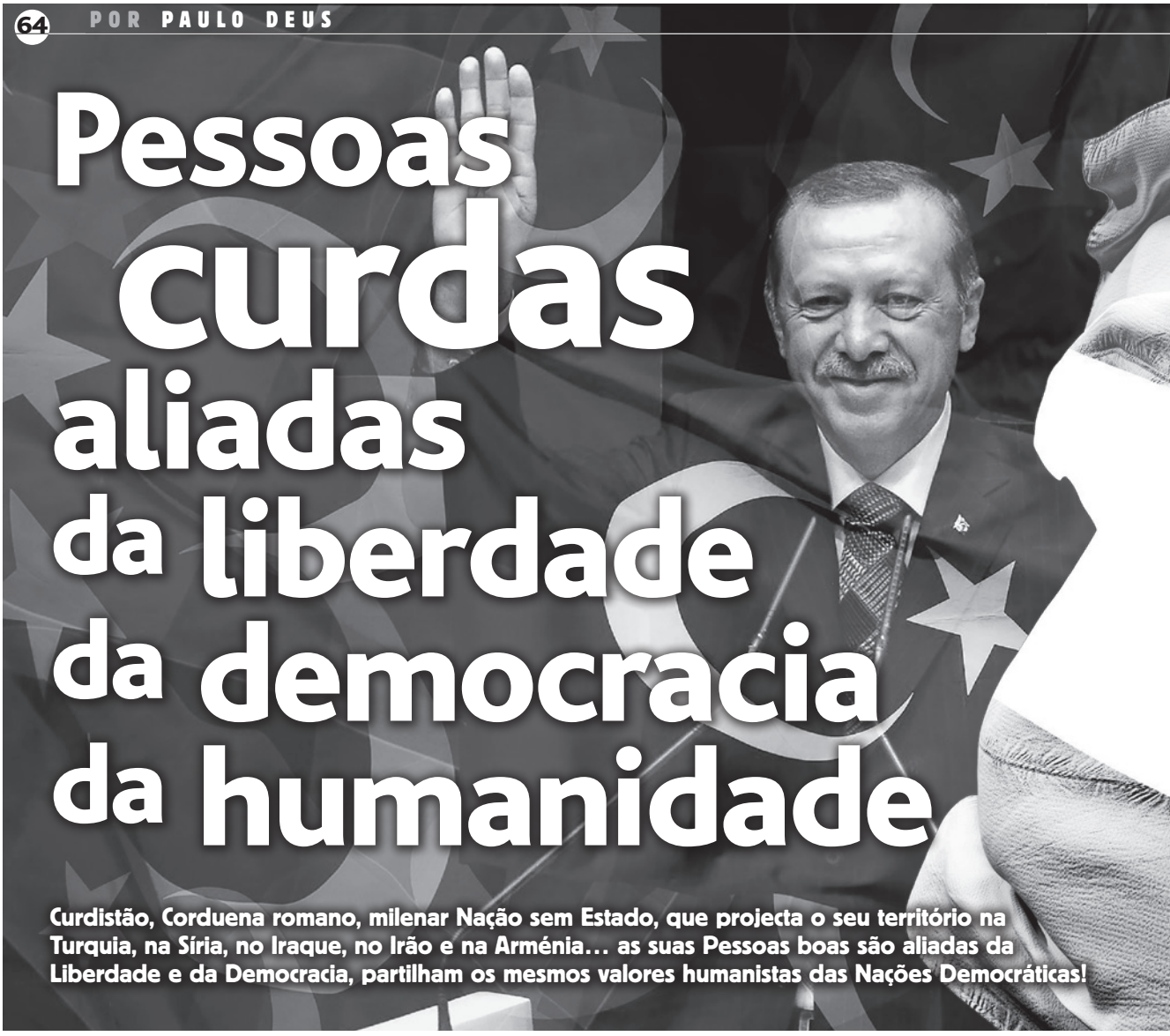
Este fenómeno pendular (que em França transferiu eleitores do PSF para a Frente Nacional, em Itália do Centro-Esquerda para a Liga Norte e em Portugal do CDS e PCP para o Chega) tenderá a intensificar-se nos próximos anos com a crise social e económica provocada pela COVID-19 sabendo-se que estas crises favorecem sempre a erosão dos partidos moderados de centro e o crescimento dos partidos populistas de esquerda ou de direita.

Combustíveis que alimentam o crescimento dos extremismos em Portugal:

1. Desde logo, registam-se em certos movimentos ou correntes minoritárias de opinião uma "profissionalização da contestação": alguns nichos, organizados na forma associativa, pediram financiamentos ao Estado Central e às autarquias para manterem equipas profissionais e alimentam o seu funcionamento corrente com estas verbas. Desta forma o Estado (local ou autárquico) consegue manter controlada essa contestação (domesticando-a via "quem paga: manda") e, simultaneamente, esses "contestadores profissionais" logram a manutenção de uma estabilidade financeira que - nestes tempos tão instáveis - é sempre muito apreciável. De permeio, perde, contudo, o todo colectivo, já que a "contestação" se cristaliza, domestica e, sobretudo, profissionaliza passando estes activistas profissionais a fazerem parte do lado que - no fundo - prefere que nada de muito substancial mude já que se mudar... perdem a sua fonte de rendimento.
2. O extremismo tende a auto-alimentar-se: quando um discurso extremista é vocalizado e externalizado isso provoca reacções contrárias e a resposta reforça as posições de nicho originais. Este fenómeno de duplo feedback extrema as posições e reforça o radicalismo. Se esta interacção ocorre num contexto de redes sociais todo o desvio para o extremismo é exacerbado.
3. A ascensão de um extremista a uma posição de destaque mediático ou de um palco de primeira linha aumenta a sua inclinação para o extremismo através do mecanismo da recompensa: este fenómeno foi observado aquando da ascensão da antiga deputada do Livre, Joacine K. Moreira ao Parlamento sendo que a sua deriva extremada para o anti-racismo e para o feminismo radical acabou por anular a tendência mais moderada do partido que representava, levou ao afastamento de ambos e à perda de credibilidade eleitoral do partido a um nível tal que será, agora, difícil de recuperar.

A tendência para o extremismo colocou no poder personagens como Trump, nos EUA, e Bolsonaro, no Brasil e dividiu a sociedade desses países em dois campos extremados sem espaço para o diálogo nem para a moderação. O mesmo fenómeno ocorre hoje - em gradientes diferentes - na Europa em países como a Roménia, a Polónia ou a Hungria. Portugal parece ainda imune a esta deriva extremista (embora o Chega pareça inclinado a assumir essa posição embora lhe falte um contraponto adequado à sua extrema-esquerda). Para que este extremar de posições não se instale, também, entre nós é preciso desenvolver o diálogo entre cidadãos e as várias instâncias de poder representativo, muito para além daquilo que hoje já existe e que, manifestamente, é insuficiente e, sobretudo, desenvolver as ainda incipientes ferramentas já existentes de democracia participativa. Mas o problema está em que o poder representativo está hoje cada vez mais fechado num círculo íntimo de amizades, aparelhos partidários e círculos familiares e ouve, cada vez menos, os cidadãos. Por outro lado, o sectarismo militante e quase pseudo-religioso está a erodir o espaço entre as pessoas e sem diálogo não teremos capacidade para integrar a diferença, ouvir o outro e respeitar, com tolerância e vontade efectiva de resolver essa diferença o seu pensamento e opinião. E este é o terreno fértil das ditaduras. E é aqui que residem todos os perigos.

Pessoas curdas aliadas da liberdade da democracia da humanidade



Curdistão, Corduena romano, milenar Nação sem Estado, que projecta o seu território na Turquia, na Síria, no Iraque, no Irão e na Arménia… as suas Pessoas boas são aliadas da Liberdade e da Democracia, partilham os mesmos valores humanistas das Nações Democráticas!

E foram decisivas na luta contra o terrorismo do Daesh, apoiado pela tirania turca liderada pelo tirano Erdogan. Quando Kobane na Síria, na fronteira Norte com a Turquia, estava sob forte ameaça dos terroristas em 2014, houve uma heróica resistência liderada por Mulheres Curdas, que levaram a uma alteração da política da Administração Obama dos EUA, e ao seu maior apoio e a uma vitória determinante sobre o Daesh, que perdeu quase todo o seu território na Síria para as Forças Democráticas Sírias, apoiadas pelas potências defensoras da Liberdade.

Já antes as forças curdas ligadas à Região do Curdistão do Iraque, que tinha sido vítima do tirano Sadam, tinham salvo muitos Yazidis das atrocidades terroristas, apoiadas também pelo PKK, que combate a tirania turca.

O PKK e o seu líder Ocalan, preso na Turquia, evoluíram de um "marxismo-leninismo" para um confederalismo democrático, sistema de auto-organização democrática baseada nas seguintes dimensões:

a) Socialismo Democrático Libertário;
b) Democracia Directa;
c) Feminismo;
d) Multiculturalismo;
e) Confederação;
f) Economia compartilhada;
g) Ecologismo;
h) Autogestão;
i) Autodefesa;
j) Autonomismo.

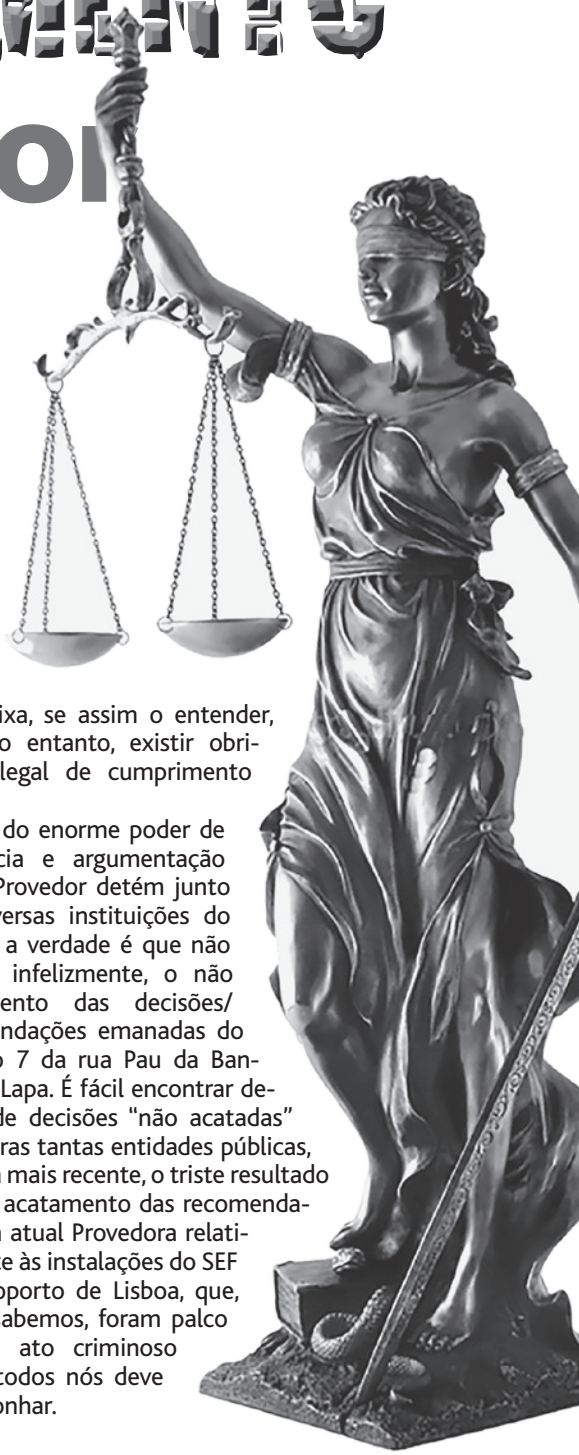
A tirania turca após uma maior abertura aos Democratas Curdos na Turquia do HDP, que tiveram fortes apoios eleitorais, inflectiu a sua política e oprimiu os curdos na Turquia e na Síria, invadindo a pacificada região curda de Afrin em 2018, a Oeste do rio Eufrates, após uma visita de Erdogan ao Papa no Vaticano,

sem reacção das potências defensoras da Liberdade, no âmbito de uma reciclagem de terroristas do Daesh, que voltaram a cometer as suas horríveis atrocidades contra Pessoas Curdas, Cristãs, Yazidis.

Com o ex-Presidente dos EUA, Trump a continuar a fazer os jogos dos tiranos Putin e Erdogan, os Curdos e Cristãos foram de novo atraiçoados a Leste do rio Eufrates, na denominada Rojava plena de experiências democráticas e feministas, inovadoras e interessantes nos seu Cantões, sendo de novo vítimas da tirania e do terrorismo de forças turcas aliadas a terroristas reciclados em 2019, que cometeram de novo as suas horríveis atrocidades, nomeadamente no assassinato da política democrata curda, Hevrin Khalaf, líder do Partido da Futura Síria, importante criadora de sinergias entre curdos, cristão e árabes, que nos deixou as suas eternas e universalistas palavras: "Como resistimos ao terrorismo, como resistimos à tirania, como resistimos à opressão, nós resistiremos à ocupação". Em Itália ela foi homenageada com a atribuição do seu nome a uma ponte. Em Portugal, poderá ser homenageada sob outras formas, na Lisboa de Pessoa, que nos desafiou a lutar sempre contra a tirania, a ignorância e o fanatismo. O Amor prevalecerá sobre tudo!

A derrota do populista de direita Trump nos EUA, aliado objectivo de Putin e Erdogan, e a persistente luta do Presidente Macron de França contra a tirania turca, abrem caminhos de esperança para o apoio aos aliados da Liberdade, da Democracia e do Socialismo Libertário na Turquia e na Síria, contra a tirania e o terrorismo, apesar das chantagens com os refugiados sobre a União Europeia e os negócios, nomeadamente de armamento, de um membro da NATO, que é um autêntico "cavalo de Tróia", portador de riscos intoleráveis para a Humanidade e sua sagrada Liberdade!

Em defesa do EMPODERAMENTO do Provedor de Justiça



Creio que nunca se fez em Portugal uma sondagem para aferir o grau de conhecimento que os portugueses têm (ou não) deste órgão independente do Estado. Não querendo alvitrar um resultado que me pode sair furado, penso que, a não existir, se trata de um investimento a fazer pelo Estado e com caráter de urgência.

Urgência pela pandemia, urgência pela situação de desamparo social em que se encontram muitas famílias, urgência pela defesa da Democracia Liberal tal como a conhecemos. Porque pode muito bem, estar em perigo. 40 anos de democracia pode não parecer muito tempo, mas a ditadura ainda durou mais que a liberdade democrática no nosso país.

A instituição do Provedor de Justiça é o garante de defesa das pessoas que vejam os seus direitos fundamentais violados injustificadamente ou se sintam prejudicados por atos injustos, incorretos ou ilegais da Administração e outros poderes públicos. Ou seja, é ao Provedor que qualquer cidadão ou grupo de cidadãos, deve apresentar queixas contra as diversas Autoridades – polícias, Entidades Reguladoras, Autoridade Tributária, Poder local – autarquias e juntas de freguesia, antes de, por exemplo, optar pela litigação em tribunal. Sendo o Provedor a ponte entre o poder e os cidadãos também é, ao mesmo tempo, agente promotor para uma Administração Pública mais justa e eficaz. Contudo, apesar da importância do papel que desempenha na sociedade, as decisões do Provedor de Justiça não são (ainda) vinculativas!

Ou seja, o Provedor apenas pode mediar, argumentar fortemente e fazer recomendações às entidades alvo de queixa, se assim o entender, sem, no entanto, existir obrigação legal de cumprimento destas.

Apesar do enorme poder de influência e argumentação que o Provedor detém junto das diversas instituições do Estado, a verdade é que não é raro, infelizmente, o não acatamento das decisões/recomendações emanadas do número 7 da rua Pau da Bandeira à Lapa. É fácil encontrar dezenas de decisões "não acatadas" por outras tantas entidades públicas, sendo a mais recente, o triste resultado do não acatamento das recomendações da atual Provedora relativamente às instalações do SEF no aeroporto de Lisboa, que, como sabemos, foram palco de um ato criminoso que a todos nós deve envergonhar.

Não nos parece então que o edifício do Provedor esteja completo. Além desta função primordial na promoção e defesa das bandeiras da democracia – a liberdade, a justiça, a equidade, o Provedor é ainda Instituição de Direitos Humanos (INDH), a quem compete zelar pela promoção e proteção dos direitos humanos e parceira essencial das entidades internacionais que atuam em matéria destes direitos fundamentais.

Além de tudo isto, a Provedoria de Justiça é ainda Mecanismo Nacional de Prevenção (MNP), tendo por missão assegurar que as instituições públicas portuguesas cumprem as diversas Convenções Internacionais de prevenção de atos de tortura, cruéis, desumanos ou degradantes. E fá-lo, através de visitas sem aviso prévio a prisões e centros de detenção.

Sendo um órgão unipessoal, de nomeação pela Assembleia da República por maioria de dois terços, é na figura do(a) Provedor(a) que recai todo o poder. Mas o Provedor não está, naturalmente, só, contando com uma equipa de cerca de meia centena de juristas e assessores para as várias áreas temáticas em que atua.

Mas a Provedoria é outro, mais um órgão do Estado, sediado em Lisboa. Sendo certo que na atualidade, a digitalização e o advento da internet, permitiram tornar o globo numa pequena aldeia, onde a comunicação entre grandes distâncias se reduziu ao comprimento de um teclado. Qualquer pessoa com acesso a um computador pode aceder ao sítio da Provedoria em www.provedor-jus.pt e aí deixar a sua queixa.

Mas pensamos que o Estado deve muito mais aos cidadãos e é nesse sentido que apelo à criação de extensões, gabinetes da Provedoria em todas as capitais de distrito.

Na mesma linha, parece-me natural a defesa do reforço das presenças mais regulares do Provedor, no Plenário da Assembleia da República, na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e na Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local, pelo potencial de partilha do conhecimento atualizado sobre o estado do "país real", contribuindo assim, "em tempo real", com uma visão atualizada e apartidarizada relativamente ao assuntos em apreciação.

A Provedoria de Justiça portuguesa é, provavelmente, a instituição do Estado que cumpre mais escrupulosamente com a missão de fazer a ponte entre o cidadão comum e o poder político, legislativo e executivo. E tem-no feito de forma exemplar, respondendo sempre e sem falta a todos os que junto dela apresentaram algum tipo de queixa.

Sendo uma entidade que, de facto e comprovadamente, representa os cidadãos junto do poder, é, pois, um fator de aproximação dos cidadãos ao Estado, devendo por isso, ver os seus poderes, orçamento e meios humanos reforçados a nível nacional.

Melhorar a forma como se escolhe e mantêm os Deputados

O deputado Ascenso Simões tem sido uma presença regular nos Media, umas vezes por causa da sua idiossincrasia, outras vezes devido à sua liberdade de pensamento e, mais recentemente, por causa de declarações intoleráveis sobre o 25 de Abril e o Padrão dos Descobrimentos. O deputado apresenta-nos, contudo, uma oportunidade para que o partido reflita sobre a forma como escolhe e mantêm em funções os seus deputados:

1. O partido poderia implementar um sistema semelhante ao que existe no Parlamento Europeu em que, antes de os comissários indigitados poderem tomar posse, são apresentados aos eurodeputados. De igual forma, os candidatos a deputados pelos círculos distritais deveriam se apresentar aos militantes em sessões de perguntas e respostas, que poderiam levar depois a uma votação interna (Primárias Fechadas a militantes).
2. Todos os deputados que o partido apresenta às eleições deviam passar por um crivo democrático antes de serem incorporados nas listas que o Partido leva a eleições. O partido poderia avaliar a realização de uma votação, com voto preferencial e em listas abertas a simpatizantes (Primárias Abertas a simpatizantes).
3. O quadro constitucional português deveria incluir uma ferramenta que permitisse aos cidadãos – entre eleições – o exercício da democracia em casos extremos e particularmente graves para que, após uma petição, fosse possível convocar eleições antecipadas num determinado círculo eleitoral para a confirmação ou rejeição do deputado visado nesta petição (Referendos Revogatórios de Mandatos).

Construção da Sala dos Passos Perdidos, c. 1900 (OE)

Testes de Responsividade aos eleitos e proposta para GPPS na AR

"Recentemente enviei uma mensagem com uma pergunta directa sobre a forma como o Governo está a responder à Pandemia aos deputados do Partido Socialista na Comissão de Saúde da Assembleia da República.

Todos os 9 deputados receberam a questão: um, estava ainda erradamente como membro dessa comissão (por erro dos serviços do Parlamento) mas respondeu dando essa informação. Dos restantes oito, dois responderam de forma lacónica mas nítida declarando que iam encaminhar a pergunta (até hoje, 14 dias depois, não houve qualquer nota desse encaminhamento). Outros dois deram respostas detalhadas e muito informativas, razão pela qual merecem ser enunciados pelo nome: António Lacerda Sales e Maria Antónia Almeida Santos. Bem Hajam por isso. Contudo, os restantes quatro nunca deram qualquer resposta, nem automática, nem formal ou lacónica. Simplesmente quase metade dos deputados do PS na Comissão de Saúde não responderam.

Alguns dias depois foi feito um teste semelhante aos (também) 9 eurodeputados eleitos pelo Partido Socialista para o Parlamento Europeu, desta feita sobre uma temática completamente diferente (privacidade dos dados pessoais: RGPD). Aqui o panorama ainda foi mais deprimente: dos 9 eurodeputados socialistas apenas 1 respondeu, ainda que o único respondente tivesse sido extremamente diligente e informativo razão pela qual merece idêntica distinção a António Lacerda Sales e a Maria António Almeida Santos: a referência do seu nome: Maria Manuel Leitão Marques.

Em ambas as questões identifiquei-me como coordenador da secção temática "Democracia Participativa", vereador suplente da CML e militante socialista. Apesar disso tal não logrou obter resposta a quase 50% dos nossos próprios deputados e a mais de 90% dos nossos eurodeputados. Todos sabemos que o tempo não se multiplica, sobretudo no contexto desta grave crise pandémica, mas se não há assessores capazes de responderem por estes representantes, deveriam existir. Se os nossos representantes não têm tempo para responderem aos seus eleitores e camaradas de partido, deviam ter. Se é assim que se espera que se restaure a confiança entre eleitos e eleitores: então devia-se parar e pensar: está tudo bem? Estamos a cumprir de forma plena e adequada a missão de representar, dialogar e escutar os cidadãos?"

Coordenador de secção "Democracia Participativa" (PS FAUL)

Plataforma Digital "O Meu Deputado" na Assembleia da República

Criar uma plataforma digital de interacção entre os cidadãos e os deputados eleitos para a Assembleia da República pelo Partido Socialista com os seguintes conteúdos e interacções:

1. Explicar as funções dos parlamentares de um modo simples e acessível
2. Os inscritos na plataforma poderiam interagir diretamente com os deputados que aderirem, podendo enviar-lhes questões, propostas e responderem a sondagens sobre o seu desempenho político

O inscrito na plataforma escolhe um ou mais deputados eleitos pelo seu círculo e ''Segue-os''

Após de estar a seguir os deputados passa a poder acompanhar as votações dos deputados e participar nas mesmas

Pode propor leis e dar opiniões sobre leis em elaboração ou votação

Pode propor e influenciar discursos

Pode apresentar e acompanhar perguntas ao Governo realizadas por esses deputados

Pode propor homenagens a concretizar pelos ''seus'' deputados numa intervenção parlamentar

Pode opinar sobre o OGE e sua execução

Pode acompanhar e interagir em todas as ações do mandato

Cada parlamentar pode expor as propostas de lei e comissões onde está a trabalhar, os seus discursos, requerimentos, audiências públicas e homenagens. A cada item, o inscrito pode votar, criticar ou elogiar, com botões simples de + e –

Os utilizadores podem criar comunidades de dois tipos: geográficas ou temáticas, debater, propor e votar ideias aqui apresentadas. Uma vez votadas podem ser enviadas (como sugestões) aos Deputados.

3. Os deputados registados no site podem pedir votações ou sondagens aos inscritos e responderem em função do resultado das mesmas. De igual forma, os cidadãos inscritos podem fazer a mesma atividade.

(enviada ao Grupo Parlamentar do PS)

Orçamentos Participativos Autárquicos

(proposta DPPS às candidaturas socialistas)

A secção temática "Democracia Participativa" (FAUL) propõe a todas as candidaturas autárquicas no distrito de Lisboa que seja incluída uma proposta para que no programa eleitoral para o círculo eleitoral (freguesia ou concelho) se contemple um orçamento participativo (OP), caso ele ainda não exista, e que em qualquer um dos casos o regulamento do OP tenha como contributos:

Na Dimensão Financeira

1. Alocar ao OP um valor significativo: 3 euros por morador (garantindo a evolução da verba nos anos subsequentes).
2. Cofinanciamento alternativo via rede de parceiros locais: com empresas, lojas e associações de base local nomeadamente através de serviços ou bens cedidos para a execução do mesmo em troca do reconhecimento de marca e de ações de solidariedade empresarial.
3. No caso de ser uma Junta de Freguesia: Requerer à Câmara Municipal a duplicação de cada euro colocado pela Junta ou mobilizado pelos moradores como indicado no ponto anterior.
4. Mobilizar recursos adicionais através de uma plataforma nacional de crowdfunding.
5. Criar uma rede de voluntários da comunidade, que podem participar no desenho, desenvolvimento do projeto e execução física das propostas.

Na Dimensão Participativa:

1. Acolher propostas por formulário na web e também em assembleias participativas.
2. fazer assembleias participativas nas escolas da freguesia e institutos politécnicos e universidades.
3. Criar um "Grupo Motor" (usados, p.ex., no OP de Sevilha) a partir do envio e recepção de cartas distribuídas nas caixas de correio no mesmo momento de distribuição da revista da autarquia. Posteriormente entre os que se ofereceram para integrar o GM, fazer como em St. Petersburg, uma seleção aleatória entre aqueles que se ofereceram para integrar o GM, distribuindo cartas em caixas de correio (uma em dez p.ex.) juntamente com a revista da junta (para não aumentar custos): entre todos os que responderem são sorteados 15 membros para o Grupo Motor.

a) ninguém pode ser membro durante mais do que um ano (para garantir que o OP chega a um número máximo de fregueses).

c) cada inscrito no GM recebe um vale de descontos para usar numa rede de lojas aderentes (que integram o modelo de financiamento): oferecido pelo comerciante (ligação à associação local) ou pela autarquia ou um vale de transporte, ou um lanche/refeição no grupo do GM.

d) os moradores da freguesia da escola podem votar por SMS (recebem código de validação por correio). Para fortalecer o voto presencial em urna, nos locais designados (universidades, politécnicos, escolas e autarquia), este valerá dois pontos, sendo que o SMS vale um ponto. Esta será uma valorização importante para conservar uma perspectiva presencial.

Na Dimensão institucional e normativa:

1. na votação pode incorporar, para voto de maior qualidade, uma grelha com impacto social (baixo, médio ou alto), escala de impacto ambiental (baixo, médio ou alto) e escala de investimento estimado (baixo, médio ou alto), com impacto em grupos vulneráveis ou excluídos (sim ou não).
2. votar através de voto preferencial (3 a 1 pontos para 3 propostas de OPJ) (modelo de escolas na Escócia).

Na Dimensão Espacial e territorial:

1. fazer assembleias participativas em vários locais da autarquia para acolher os mais info-excluídos: centros de dia, escolas, universidade sénior, associações e colectividades activas na autarquia, etc.

O que é um "Grupo Motor"?

Os grupos motores são grupos de trabalho voluntários constituídos por eleitores da autarquia, com mandatos de um ano.

– Dinamizam e promovem a participação dos cidadãos no OP

– Participam em atividades de formação e informação, em função dos requisitos de cada momento do ciclo do OP.

– Canalizam sugestões e necessidades para os demais órgãos do OP.

– Preparam as reuniões e assembleias, e promovem a sua divulgação. O seu trabalho é complementado pelo do Comité de Acompanhamento, bem como pelos Núcleos de Apoio Técnico da autarquia.

– A hora e a data das assembleias serão fixadas com o parecer dos membros do grupo motor.

– Participam no Comité de Acompanhamento.

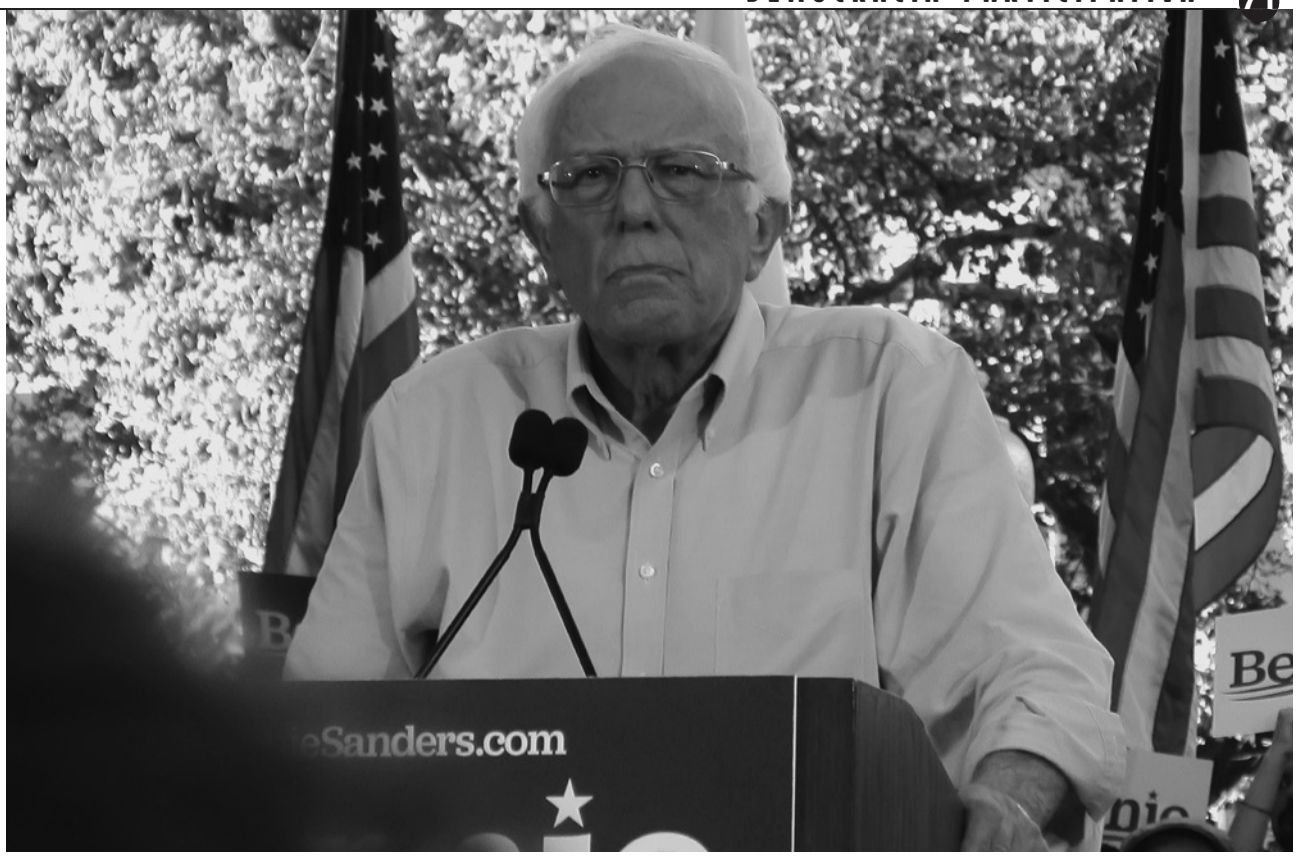
– Avaliam o seu próprio trabalho e o processo em geral.

– Revêem anualmente as normas de funcionamento juntamente com o Comité de Acompanhamento.

LIBERDADE, DEMOCRACIA E SOCIALISMO

LIBERTAS, Liberdade em latim, Deia venerada, libertou a escrava e o escravo da escravatura, libertou a serva e o servo do feudalismo, mas ainda não libertou a Mulher e o Homem do Capital materialismo.

Do feudalismo e da agricultura, do campo, chegam-nos até nós os fisiocratas, os conservadores e o conservadorismo...
Do capitalismo e da manufactura, indústria e comércio e ofícios do burgo, chegam-nos até nós os economistas (neo)clássicos, os liberais e o liberalismo...
O Capital é uma relação social que se baseia na libertação da serva e do servo da terra (feudo), que se tornam formalmente livres, mas que para sobreviver, ficam completamente dependentes do emprego da sua capacidade e potencialidade de trabalho na indústria da cidade (burgo), onde estão organizados os meios estratégicos sociais de produção, sob a propriedade privada dos empresários capitalistas burgueses, que vão os ligar e gerir.
Este passo na Evolução dialéctica da Mulher e do Ho-



mem, é fundamental, porque potencia, a partir da liberdade formal, a liberdade real dos Seres Humanos.
O capitalismo e o liberalismo, libertam a Humanidade das teias conservadoras enraizadas na propriedade fundiária, e lança-a na materialista indústria, que com ciência, tecnologia e inovação, desenvolvem Nação a Nação, uma forte expansão da oferta de produtos, que precisa de uma sustentação na procura dos mesmos, numa crescente satisfação de necessidades sociais.
No início, perante a frágil e condicionada liberdade dos trabalhadores, exerce-se uma exploração desumana, onde famílias inteiras são "carne para canhão", que alimenta a fornalha materialista de transformação de matéria-prima em produto. O jogo tem demasiadas somas nulas e negativas.
O liberalismo afunila-se na liberdade de alguns, os poucos mais fortes, que esmagam os mais fracos. E dá-se a revolta socialista, que pretende que a Sociedade no seu todo controle as forças extraordinárias que o capital liberta, e valorize a grande maioria das Pessoas que trabalham.
Karl Marx, no século XIX, a partir do seu ponto de vista, indigna-se contra a exploração (apropriação do valor criado por todos, por poucos), mas capta o potencial que a Sociedade dinamizada pelo Capital, traz à Humanidade: "a redução geral do trabalho social a um mínimo, com o correspondente desenvolvimento artístico, científico, etc. dos indivíduos no tempo tornado livre, e com os meios criados para todos eles".
O Hino "A Internacional" (1871) socialista, salienta "não mais direitos sem deveres, não mais deveres sem direitos"!
E a revolta democrática, salienta que as decisões são tomadas por uma minoria, o poder de poucos (oligarquia), e não por todos (democracia), mesmo que através de delegação de poderes de representação, por que o liberalismo não tem sufrágio universal, quem vota são os que têm propriedade e poder, ficam de fora a maioria das Pessoas, as Mulheres...
Antonio Gramsci ainda por cima, salienta que "Existem dois tipos de políticos: os que lutam pela consolidação da distância entre governantes e governados e os que lutam pela superação dessa distância."
E a partir da revolução socialista contra o liberalismo, nascem três monstros tiranos estatistas: o soviético (Rússia, Lenine-Estaline 1917), o fascista (Itália, Mussolini 1922; Portugal, Salazar 1928; Espanha, Franco 1938) e o nacional-socialista nazi (Alemanha. Hitler).
Entretanto o liberalismo com a sua liberdade dos mais fortes gera continuamente a antítese da "concorrência perfeita" defendida pelos neo-clássicos: oligopólios (poder de mercado de poucos) e monopólios (poder de mercado de um), que aumenta os jogos de soma negativa ou nula.
Nesses anos de afirmação dos monstros tiranos o sistema baseado no Capital, sustentado no ideal li-

beral, colapsa! A oferta é muito superior à procura, a concentração do poder económico e político, resultante inevitável da liberdade dos mais fortes, perde a sua sustentação.

A resposta nas democracias resistentes (EUA, Reino Unido) é também o estatismo, que cria novas dinâmicas de procura (keynesianismo), mas também, através da afirmação dos social-democratas e dos socialistas democráticos, de uma maior valorização dos trabalhadores, que aumenta também os níveis de procura, nos países democráticos mais desenvolvidos, que criam círculos virtuosos no pós-guerra de 1939/1945.

A Alemanha e a Áustria estão na origem dessa desastrosa guerra, tal como na de 1914/1918, desta vez aliadas ao monstro soviético-estalinista, cuja identificação é imensa: é o Estado controlado por poucos, a esmagar a Pessoa, a Família e a Sociedade.

Após os êxitos no pós-guerra, os excessos de estatismo e de sindicalismo (defesa dos trabalhadores, mas corporativa), no contexto de uma nova crise despoletada por alterações geoestratégicas, que fazem emergir o cartel do petróleo (pedra+óleo) e o aumento dos seus preços a partir de 1973, leva à reacção neoliberal, ensaiada pelos monetaristas da Escola de Chicago, no Chile tiranizado por Pinochet e que se vai afirmar com a vitória eleitoral da Conservadora Margareth Thatcher no Reino Unido (1979) e do Republicano Ronald Reagan nos EUA (1981).

O neoliberalismo vai influenciar a própria social-democracia e o socialismo democrático e vai-se afirmar num processo de globalização da divisão internacional das cadeias de valor, que vai concentrar na China grande parte da produção mundial, com critérios financeiros imediatistas de minimização de custos e maximização de lucros e sem critérios culturais económico-estratégicos e humanistas, e acentuar jogos de soma nula ou negativa, numa crescente afirmação de oligarquias que enredam as democracias, com os meios de comunicação social controlados, num crescente desfasamento entre os representantes e os representados, uma crescente concentração do Valor criado nas cadeias oligárquicas, fragilizando outra vez a capacidade de integração do Capital por jogos de soma positiva e círculos virtuosos. Perante as crescentes desintegrações e círculos viciosos, com toda a complexidade da imigração utilizada para internamente baixar a valorização do trabalho, afirmam-se de novo os monstros autocratas, que procuram pelo consenso obter poder de representação, por via de um populismo de direita e extrema direita, com o alto patrocínio da tirania russa, reciclada da tirania soviética: Trump nos EUA, Boris Johnson no Reino Unido, Le Pen em França, Salvini em Itália, Abascal em Espanha, Ventura em Portugal... e tantos outros

em países como a Alemanha e a Áustria, sempre com o ex-KGB Putin por detrás ou pela frente. Bolsonaro no Brasil e Chávez-Cabello-Maduro na Venezuela, Erdogan na Turquia, são faces visíveis dos inimigos da nossa querida Liberdade!

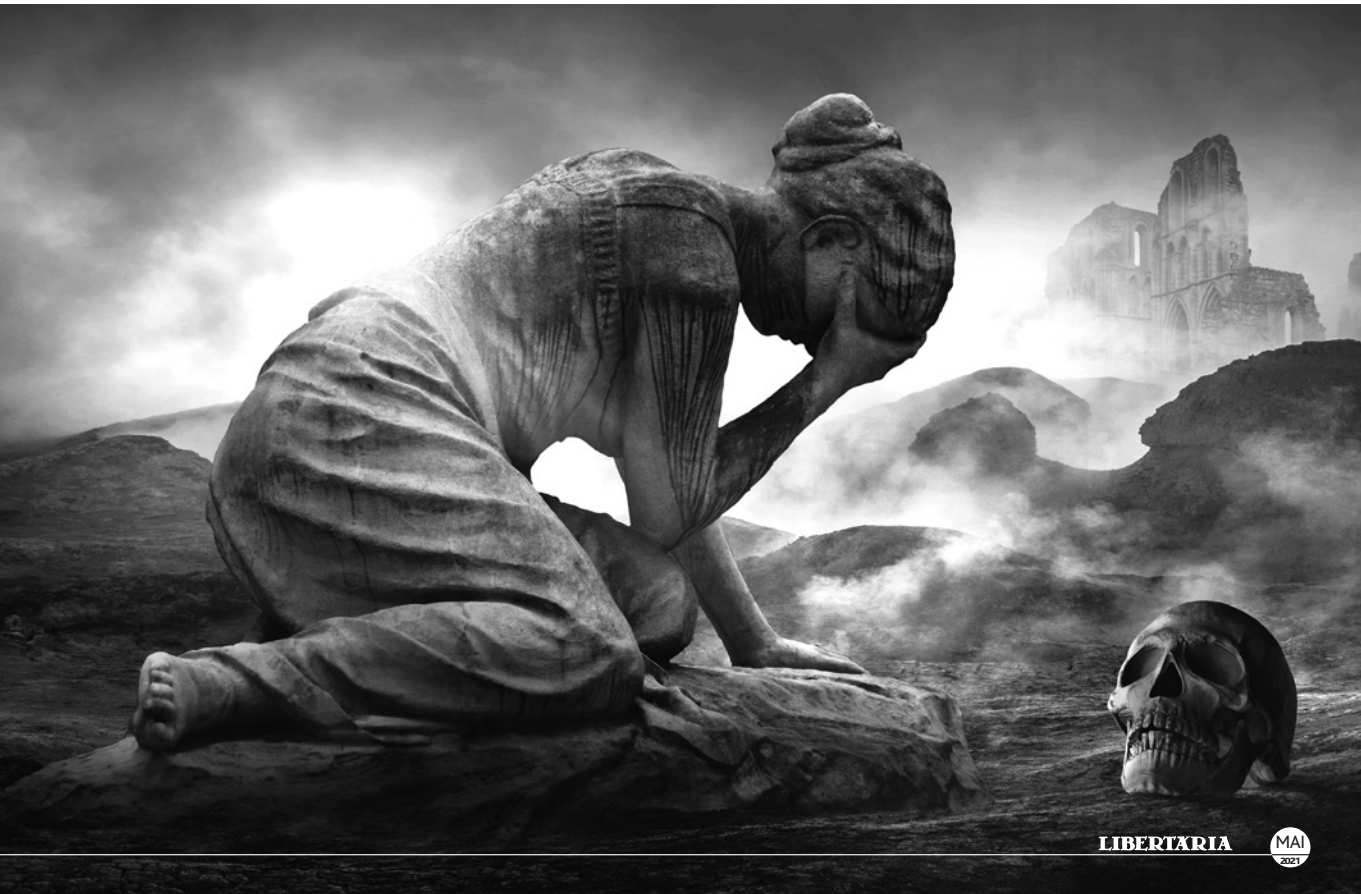
Esta Internacional populista tirana, que nos EUA esteve quase a fazer um golpe de Estado, tem a mesma essência maléfica da reacção fascista e nazi, à desordem e desintegração social liberal dos século XIX e XX, com o mesmo tipo de bodes expiatórios a alimentar a sua dimensão consensual de assalto ao poder (os outros seres humanos não nacionais), e com a força a exercer a acção complementar, sempre que possível, com uma vontade de poder imensa de controlo de poderes de segurança interna (polícias, seguranças privados).

Aproveitando-se das fragilidades liberais oligárquicas e oligopolistas, que a globalização e a digitalização exacerbaram, respondem pelo pior caminho, ao vazio crescente que se criou entre representantes influenciados pela oligarquia (poder de poucos) e os seus representados (poder democrático utópico de todas as Pessoas).

Apesar das melhorias no aprofundamento da Democracia representativa, com dimensões participativas, que a própria digitalização propicia, estamos na maioria das democracias distantes dos votos complexos em programas e subprogramas, em listas abertas, com eleições primárias prévias, sem influência de Capital, com o "salto mortal" do poder democrático pelo voto, a ser facilmente afunilado na escolha de pessoas, mediatizadas com manipulação massificada da opinião pública, principalmente das televisões, que sem interacção e com contraditório controlado, influenciam as pessoas que visualizam e ouvem, sem poderem intervir, mensagens codificadas e ópticas de abordagem da realidade aculturadas, que solicitam a passividade e o consenso manipulado.

E para além das limitações na transferência do poder de todos para alguns pelos votos, que levava os anarquistas a aconselhar a não se votar, há todo um vazio de controlo e de participação entre eleições, que propicia o controlo da Democracia e da Liberdade pela oligarquia e os oligopólios.

A Internacional tirana agradece e ela própria participa no processo, que leva à criação de coligação entre populistas de extrema direita e direita, com conservadores e liberais por vezes só democratas na forma e saudosos de tiranias passadas e vergonhosas, por lógicas de jogo de poder de representação democrática, não compreendendo esses conservadores e liberais, nem os libertários de direita que integram os populistas tiranos, que eles próprios, se houver êxito na ascensão ao poder da tirania, estarão entre as vítimas, como aconteceu na Alemanha nazi e todo o vírus tirano que se espalhou pela Europa pela força,



depois do colapso liberal do Capital nas décadas de 20 e de 30 do século XX.

A agravar a situação as velhas alianças entre nazis e soviéticos que deram força à monstruosa guerra de 1939/1945, que já tinha começado em Espanha anteriormente, são agora patrocinadas pelo ex-KGB Putin, que tanto apoia o Chega como o PCP, que tanto apoia os chavistas na Venezuela como Trump nos EUA, com ligações ao tirano Erdogan na Turquia, que combate pelo terrorismo os nossos aliados da Liberdade e da Democracia na Turquia, na Síria, no Iraque e no Irão, as Pessoas Curdas, Cristãs, Yazidis e Árabes humanistas.

A Internacional populista de extrema-direita (e direita), poderia ter a antítese no seu Hino da "A Internacional" do século XIX: não mais deveres com direitos, não mais direitos, só deveres...

Mas todas estas ameaças à Liberdade e à sua amiga íntima Responsabilidade, e vulnerabilidades que a pandemia em curso ainda veio exacerbar mais, com ainda maior marginalização de classes de rendimentos intermédios e aumento da concentração de valor e património em poucos, dialecticamente, são acompanhadas de oportunidades fundamentais de aprofundamento da Democracia e do Desenvolvimento de um sistema cultural e económico-social que transcenda as limitações do Capital, com componentes objectivas e subjectivas:

a) As próprias oligarquias e suas elites, apesar dos seus limites culturais, materialistas e individualistas, sabem perfeitamente que a ameaça populista de direita, poderá baralhar completamente as lógicas de poder por via de guerras, desordens, insegurança, que a pandemia ainda agrava mais e já manifestam a necessidade de criar maior coesão social, integração e partilha do Valor criado pela Sociedade, com valorização da acção do Estado (necessariamente mais eficiente e eficaz) e maior responsabilidade social e ambiental para que o Capital se possa reproduzir, mas com menor concentração da sua acumulação;

b) As sociedades civis estão cada vez mais cultas democraticamente, e cada vez mais participativas e exigentes, mesmo que por vezes se iludam com a sua participação nas dinâmicas anti-sistema da Internacional putinista, como foi o caso dos libertários de direita apoiantes do covarde e manipulador Trump, cuja vítima visível foi uma mulher libertária assassinada provavelmente por seguranças do Capitólio, quando finalmente forças militares já estavam a controlar a situação;

c) Mesmo na lógica objectiva do Capital, como relação social histórica prevalecente, é fundamental a sua maior capacidade de integração de todas as Pessoas, de forma a garantir a paz, a segurança, a estabilidade que permite os negócios fluírem e o Capital se possa reproduzir em jogos de soma positiva, como

acontece em países como a Suíça, em que se valoriza fortemente o trabalho e quem tem mais poder, partilha o Valor com mais pessoas e agentes nas cadeias de valor, que ligam fornecedores, clientes, empregados, financiadores, estado, ...;

d) Todos os verdadeiros democratas, sejam de direita, centro ou de esquerda, conservadores, liberais, libertários, ecologistas, sociais-democratas ou socialistas democráticos, todos os que defendem a Liberdade, mais formal ou mais real, poderão se unir e criar consensos para realizar as oportunidades e conter as ameaças em jogos de soma positiva e em sinergias favoráveis em última instância a todas as Pessoas, Famílias, Empresas e demais instituições, com uma Sociedade Civil cada vez mais forte e que faça com que a Sociedade Politica e o Estado sejam cada vez mais servidores do poder de todos e não do poder de poucos para bem de todos, inclusive dos poucos em que para além do bem estar se realize cada vez mais o bem Ser, num círculo virtuoso que realize as imensas capacidades e potencialidades humanas, numa harmonia universalista entre Cultura e Natureza, entre todas as Nações e Pessoas.

Na minha opinião o Socialismo Democrático e Libertário, está-se a concretizar cada vez mais nas sociedades democráticas, com tendência objectivas muito fortes, apesar das presentes ameaças e limitações, porque para mim Socialismo pode ser defendido por direita, centro e esquerda, é universalista, é uma Sociedade Civil tão forte e livre realmente, que impõe, não de uma forma corporativa, mas sim de uma forma real e universalista, o interesse geral e humanista, à Sociedade Política, verdadeiramente representante da sua representada e ao Estado ao seu serviço! Não basta um Estado de Direito, caminhamos para um Estado de Direito e Dever Democrático, realmente e não formalmente, liberais, libertários e socialistas têm muitas ideias consensuais, que se poderão harmonizar na defesa da sua comum Liberdade, mesmo que em uns seja mais formal e em outros mais real, em uns haja mais pessimismo na relação entre Ser e dever ser, entre Natureza e Cultura (direita) e em outros maior optimismo (esquerda).

Todas os democratas unidos nas suas diferenças, criarão uma transição mais favorável para a realização futura das imensas potencialidades humanas universalistas, numa relação mais harmoniosa, menos materialista, menos egoísta e mesquinha, numa relação social que transcenda o Capital e as suas limitações, tal como a Humanidade transcendeu o limite Feudal e Esclavagista, apesar dos mesmos permanecerem em muitas zonas da Terra, nesta Evolução tão complexa e dialéctica, após a Criação, rumo a um Universo melhor de Liberdade real!

A Importância da DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Os tempos complexos que vivemos exigem a cada um de nós mais e melhor empenhamento político. É perigoso ficarmos satisfeitos com vitórias eleitorais inequívocas quando na realidade a participação eleitoral é inferior ou igual a cinquenta por cento da população inscrita para votar. Lembro que nas eleições para a Assembleia da República em 2019 a taxa de abstenção foi de 51, 4% e em 1975 para as mesmas eleições a taxa de abstenção foi de 8,5%.

A democracia em termos temporais já iguala o anterior regime. Contudo, muitos de nós continuamos indiferentes e alheados da causa pública, ou não participamos nos atos eleitorais e/ou não intervimos na política de proximidade.

Não podemos assistir a decisões políticas, económicas e sociais por parte das autarquias e governo e somente termos voz ativa no ato eleitoral. E depois vamos à nossa vida, descansados, pois os políticos governam. Sem dúvida que assim tem sido, mas o enorme afastamento dos cidadãos dos atos eleitorais e consequente desinteresse sobre o que se passa ao nível do poder local e governamental é preocupante, tanto mais que este aparente desinteresse não deixa de conviver com as opiniões do dia-a-dia em que todos somos confrontados na família, no emprego, no café e por todo lado com apreciações depreciativas sobre os políticos e sobre a política.

Aqui chegados parece que não há soluções para alterar este estado de coisas, desde logo, porque o partido não se tem mostrado preocupado com esta realidade

e vai caminhando como se fosse possível a Democracia viver apesar do afastamento do eleitorado.
Não sendo a democracia um sistema político perfeito é o único que permite a todos, sem exceção, uma participação ativa e que não se esgota no ato eleitoral.
A Democracia Participativa é a participação ativa nos fóruns competentes, a começar pelas reuniões mensais nas Juntas de Freguesia abertas ao público e nas respetivas Assembleias de Freguesia de realização trimestral ou ainda nas Assembleias das Câmaras Municipais.
A presença nestes fóruns tem a vantagem de se apoiarem e alertarem os executivos para problemas das comunidades que de outra forma não teriam conhecimento. E permite aos cidadãos questionarem a forma como é feita a gestão destas instituições, quer a nível dos contratos quer a nível das opções e suas prioridades.
Em democracia todos nos devemos sentir interpelados à participação.
Enquanto militantes do partido socialista a nossa intervenção política tem que ser feita a dois níveis, um no partido e o outro nos fóruns já mencionados. O facto da nossa participação ser bastante diminuta decorre, na minha opinião, da ausência de cidadania e pouca ou nenhuma exigência por parte do partido. A atividade de um militante de base resume-se ao pagamento de quotas e pouco mais. Se a pessoa que aderiu ao partido não tiver o gosto e o empenhamento pela causa pública não creio que o vá aprender ou desenvolver por votar ou ser militante do partido. Em momentos eleitorais somos todos chamados a votar, mas de seguida somos "esquecidos" para participar e/ou opinar.
Está nas nossas mãos fazer a mudança, por isso acredito sinceramente na Democracia Participativa. É a única forma de mudar a nossa vida coletiva. Com cidadãos informados e empenhados conseguiremos fazer a diferença.

Propostas para o aperfeiçoamento dos Orçamentos Participativos (para autarquias PS e GPPS)

1. Além de ser possível votar e apresentar projetos para o Orçamento Participativo (OP) deve ser possível – seguindo o espírito e prática de Porto Alegre – que os cidadãos possam também ter o seu papel na ordenação das prioridades do orçamento autárquico de investimento.
2. Acreditamos também que deve ser possível votar no OP a partir dos 14 anos (atualmente o limite são os 16 anos).
3. O que aconteceu ao primeiro OP do mundo, o de Porto Alegre, prova que o OP não pode ser partidarizado e que, pelo contrário, é preciso que seja criado ou que se desenvolva enquanto algo de transversal a todos os partidos ou, pelo menos, à maior quantidade possível elaborando, desejavelmente, uma carta de compromisso comum quanto à continuidade do OP.
4. O OP deve ter um foco especial em projetos de pequena escala e de baixo custo. São estes que permitem uma mais rápida execução e uma maior resistência às pressões dos lobbies e grupos de influência.
5. Os OP permitem criar "Capital Social" na Comunidade e os cidadãos começam a conhecer melhor os processos de governação da cidade: nesse sentido seria interessante fazer reuniões em que técnicos da CML responsáveis pela execução passada de projectos de OP falassem e trocassem opiniões antes da fase de apresentação de projetos.
6. Para além de votarem nas propostas de OP, os cidadãos devem também poder votar na prioridade de tipos de investimentos que as autarquias gerem nos seus orçamentos. Se o dinheiro vem dos impostos porque não temos uma palavra na forma como ele é gasto? Isto aumentaria o conhecimento dos cidadãos sobre a forma como se investem os fundos públicos
7. Porque o processo é mais importante que o produto: o ano participativo não se pode esgotar no momento da votação das propostas: Deve ser criada uma "caravana das prioridades" em que os cidadãos são levados para conhecer a sua cidade e poderem criar ou apoiar futuras propostas sobre freguesias que não são as suas.
8. Ponderar fazer como acontecia em Porto Alegre (Brasil) e fazer aprovar todas as propostas vencedoras em Assembleia Municipal ou de Freguesia, sem aprovação automática, por forma a comprometer (e a fiscalizar) a execução das propostas.
9. Impedir que pequenos grupos em pequenas freguesias, mas muito mobilizados, sejam capazes de distorcer a votação, votando em massa num projeto que queiram ver aprovado. Para criar uma maior transparência na participação, propomos que sejam enviados por carta as propostas e RSFs de resposta a todos os moradores da cidade. Esta distorção fica assim reduzida através do aumento do universo de votantes nas propostas de OP, diluindo mobilizações por parte de grupos organizados.
10. Na Coreia do Sul e na Indonésia existe uma lei que torna vinculativa a existência de orçamentos participativos autárquicos: A Assembleia da República deve ponderar legislar neste sentido. Mas manter sempre a flexibilidade do processo por forma a não formatar os processos participativos para que se tornem em procedimentos secos e automáticos, mas vivos e dinâmicos.

Por uma Resposta Participada à PANDEMIA

Os subscritores acreditam que não é possível ter uma resposta efectiva à Pandemia se os cidadãos e cidadãs não forem parte central nessa resposta. Uma resposta executada de "cima para baixo" nunca terá a mesma eficiência, rapidez e abrangência que uma resposta que provenha dos cidadãos naquela que será – provavelmente – a maior crise sanitária, social e económica das nossas vidas.

Embora, numa primeira visão, as democracias pareçam ter sido especialmente atingidas pela Pandemia devido à estrutura demográfica e económica (envelhecimento da população e exposição à excessiva externalização produtiva para a China), liberdade de opinião e transparência que as caracteriza por oposição a regimes autoritários como o russo ou o chinês onde a repressão da informação é tão severa como a propaganda e falsificação sistemática das estatísticas. Pelo contrário, os países que melhor lidam com a crise pandémica não foram autocracias mas democracias como a Alemanha, Taiwan, a Nova Zelândia e a Coreia do Sul. Se a China fosse uma democracia, o governo de Pequim não teria tentado camuflar ou diminuir a importância da crise entre Dezembro de 2019 e Janeiro e entrando depois numa resposta muito agressiva para conter as críticas da população sobre a ineficiência da resposta do regime à pandemia.

Historicamente, os países com eleições livres criam mais incentivos que as autocracias na promoção da saúde pública através da liberdade de expressão e imprensa e do uso deste canal para que os cidadãos consigam influenciar os seus governos. Isto significa que o reforço da democracia, da transparência, da responsividade e da qualidade da ligação entre eleitos e eleitores é um ponto central para o sucesso na resposta pandémica, e que reduzir ou conter a democracia tem o efeito oposto.

Por essa razão os subscritores desta Carta Aberta apelam a que o Governo e as Autarquias Locais desenvolvam uma resposta participada e participativa à Pandemia:

1. A pandemia alcança de formas muito diferente, diferentes populações. Isto significa que a desigualdade económica e social corrói a legitimidade do governo e reduz a confiança dos governados nos seus governantes. A resposta pandémica deve assim incluir um vector de compensação dessa desigualdade.
2. As recentes dificuldades das Presidenciais de 2021 revelaram que o sistema político não é resiliente a pandemias como a COVID-19 e a redução do papel do Parlamentarismo e uma Governamentalização e união de facto de poderes com a Presidência da República do nosso regime democrático pode minar, a prazo, a democracia. É importante devolver ao Parlamento a centralidade quer através do reforço da ligação entre representantes e representados ponderando sistemas como as Primárias, listas abertas com voto preferencial, o voto uninominal e os referendos locais revogatórios de mandatos.
3. Se os níveis de abstenção prosseguirem aos níveis das últimas eleições, embora o eleito permaneça juridicamente legítimo, moralmente, está fragilizado na sua legitimidade representativa. Depois de vários testes (sempre bem-sucedidos) chegou o momento de actualizar a forma como os eleitores exprimem o seu sentido de voto. Em pleno século XXI e sem falta de meios e métodos de controlo, segurança e fiscalização chegou o momento de se avaliarem formas alternativas de voto, desde o voto postal antecipado, ao voto online e/ou eletrónico presencial. Todas as formas de reforço da legitimidade do regime pelo voto desde o voto obrigatório até à simplificação do acesso a ferramentas de democracia participativa como os referendos, as petições ou os orçamentos participativos (OP) e, nomeadamente, um OP de base nacional com propostas de resposta à crise COVID e na recuperação da economia no pós-crise, devem, assim, ser equacionadas. Um país que envolve os cidadãos na governança, nos processos de tomada de decisão e os faz participar na resposta governa-

mental é um país mais ágil e eficiente na resposta a uma crise e a corresponder às justas aspirações dos seus cidadãos.

4. A Pandemia pode ser usada como forma de imposição de regimes de excepção permanentes. Os Populismos alimentam-se do medo para alargarem a sua base de poder. A melhor forma de combater o populismo é a literacia científica. Quanto mais e melhor informação existir ao alcance dos cidadãos, menos espaço há para o medo se instalar. É assim essencial não esconder nem tentar iludir os cidadãos quanto às dificuldades da gestão da Pandemia. O papel da Escola Pública, da Literacia Científica e a representação dos especialistas em Saúde Pública nos órgãos democráticos representativos em todas as escalas (central e local) deve ser reforçado. A educação deve ser obrigatória até ao 12º ano, recorrendo a vários tipos de ensino que possam ultrapassar as dificuldades, criando uma formação profissional em paralelo (ex: Casa Pia de Lisboa na área de relojoaria).

5. As melhores respostas à pandemia assentaram em processos resilientes e adaptáveis de descentralização. Este fenómeno ocorreu no Reino Unido e na Alemanha e, em menor medida, também em Portugal. O centralismo que caracteriza regimes como o russo, o chinês ou o iraniano e a supressão sistemática da sociedade civil explicam a lentidão e ineficácia da primeira resposta à crise porque estes regimes não prestam contas perante a sociedade civil mas perante uma burocracia. Uma governança multinível, forte, adaptável e resiliente, assente numa descentralização municipalista mais próxima e responsiva é assim mais eficaz. A pandemia revelou também a necessidade de alargar a curto prazo com os países da UE da mesma família socialista uma troca de princípios fundamentais, em que a existência de alternativas venham a facilitar os estados e consequentemente as suas populações e de criar redes de apoio intermunicipais, nacionais e entre Estados da UE (centrais de compra europeia, partilha de informação e de redes internacional de hospitalização de emergência) que permitam gerir de uma forma rápida e flexível todos os recursos disponíveis no sistema de saúde.

Todos os ajustes feitos na direção do reforço da qualidade da democracia devem persistir para além da resolução da crise pandémica. Todas as formas de reforço da responsabilidade individual e colectiva numa resposta a uma crise desta escala devem ser reforçadas. O sentimento de que todos somos responsáveis e que temos o dever de nos protegermos mutuamente deve instalar-se sendo que o uso das ferramentas participativas já existentes deve ser simplificado e que a qualidade e rapidez de resposta dos órgãos do Estado deve ser reforçada e não diminuída através – seguindo o exemplo de Taiwan – de sistemas digitais de participação na definição e implementação das políticas públicas.

Declaração de Missão

1. Funcionar como um "atelier de ideias e propostas" para o Partido Socialista.
2. Criar propostas em torno das temáticas da Democracia interna e externa (Portugal, União Europeia e países extra-europeus).
3. Contactar organizações e organismos fora e dentro do PS para apoiar a criação e implementação de propostas.

PROPOSTAS

Transparência em Reuniões Públicas e em Atas

A Secção Temática "Democracia Participativa" propõe que os programas que iremos apresentar aos cidadãos nas próximas eleições autárquicas incorporem o compromisso de publicar online (p.ex. no Youtube) todas as gravações das reuniões públicas e presenciais garantido que nestas gravações (assim como nas atas) está incorporada a participação dos munícipes.

Proposta para sistema de voto electrónico para eleições internas

Os militantes da Secção Temática "Democracia Participativa" propõem a aquisição de um sistema de voto electrónico que garanta a anonimidade dos militantes, com auditoria externa, capaz de garantir segurança, , escalabilidade, suporte a picos de carga e integração com o CC ou CMD e que permita o voto remoto e seguro em eleições internas no Partido Socialista em restrita adequação com o RGPD.

COVID-19 e eleições internas: Proposta de votações por App móvel

No decurso da actual emergência sanitária COVID-19 mas também com uma amplitude que se estende para além desta crise a Secção Temática Democracia Participativa propõe ao Secretário Geral Adjunto do PS José Luís Carneiro, que leve as Federações a considerarem que os estatutos sejam alterados de forma a se realizarem as votações nas eleições internas do Partido através do recurso a uma aplicação (app) móvel, com reconhecimento de impressão digital e pin (dupla autenticação), devidamente auditada, e que sirva também de cartão online de militante e de meio de comunicação do partido com a sua base de militantes.

Os custos do desenvolvimento de uma aplicação móvel deste tipo seriam rapidamente amortizados, pela poupança nos custos logísticos da organização de eleições físicas e presenciais, e a adopção de formas modernas de segurança e autenticação iria também garantir um nível mais elevado de confiança nas eleições, assim como a capacidade para votar de forma remota iria garantir uma maior participação nos sufrágios. De sublinhar que nos Estatutos do PS a realização de votações remotas, electrónicas, seguras e autenticadas por impressão digital não estão explícitas ou implicitamente excluídas (Artigo 15º das eleições internas dos Estatutos do PS).

Enviado a José Luís Carneiro | Secretário-geral adjunto do PS a 11.12.2020

Social network
Social network
Social network
Social network
Social network
Social network

Apoie a Libertária

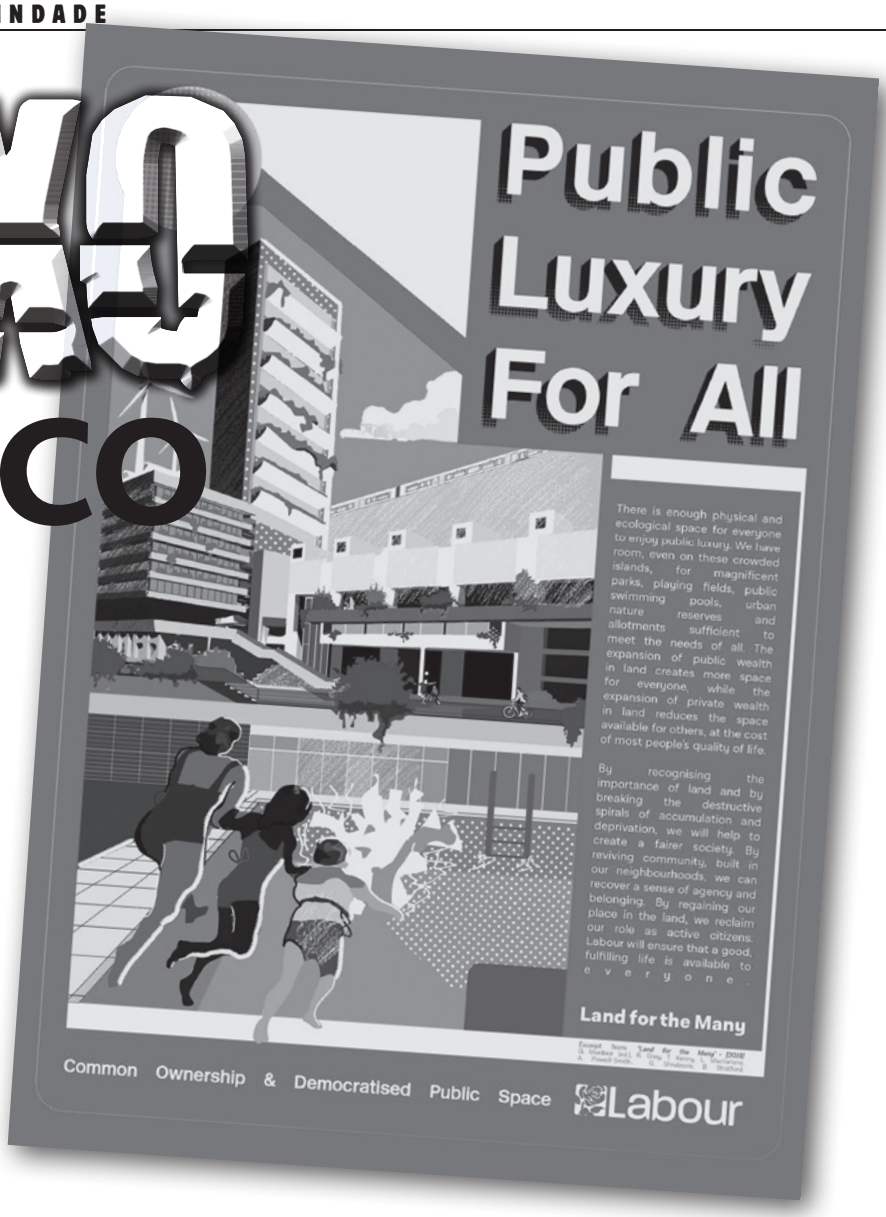
Como projecto editorial independente, a Libertária depende em grande parte da boa vontade dos seus colaboradores, parceiros internacionais e, acima de tudo, dos seus leitores. Caso se identifique com a linha editorial e nos queira divulgar, eis algumas sugestões que lhe serão úteis:

- **Acompanhe-nos no Facebook e no Twitter, o mundo real hoje passa muito pela realidade virtual e pela dinâmica das redes sociais, nas nossas páginas encontrará os textos mais recentes do nosso portal, o meme ocasional e a divulgação de textos pertinentes à nossa linha editorial, partilhe-os com os seus amigos e seguidores;**
- **Efectue um donativo, no portal patreon.com/libertaria poderá encontrar várias opções de donativos, sejam pontuais ou frequentes, não há um valor mínimo, contribua com o valor que achar que merecemos;**
- **Inclua-nos no seu testamento, caso preze os valores da liberdade, da igualdade e da democracia – que actualmente se encontram sob ataque cerrado – garanta a perpetuação da Libertária como foco de disseminação do socialismo democrático, seja uma módica quantia ou uma cave que possamos utilizar como armazém ou sala de conferências, a Libertária perpetuará o seu legado;**
- **Organize uma tertúlia ou sessão de apresentação da Libertária, faremos o possível por estar presentes (convém agendar com algumas semanas ou um mês de antecedência). A tertúlia é uma tradição portuguesa que em muito contribuiu para a disseminação do ideário libertário e socialista democrático, queremos ouvir a sua opinião e trocar ideias.**

patreon.com/libertariapt

LUXO PÚBLICO

Um ideal que se perdeu que seria bom recuperar nas autárquicas é a ideia não de bem público, mas de luxo público. A direita quer muitas vezes associar o socialismo ou especificamente a sociedade organizada no Estado a pobreza: a rações, ao que funciona mal e especialmente relevante para este texto, a habitação pública, caricaturada como bairros sociais de fraca qualidade, a cair de podre e mal planeados. Esta é uma ideia recente, dos anos 70 até.



Cartaz da campanha do Labour de 2017. O programa do Labour previa construir um milhão de casas acessíveis e com qualidade. O cortar de custos e subcontratações na construção pública no Reino Unido dos governos conservadores teve consequências trágicas, a mais conhecida sendo o incêndio na torre de Grenfell em 2017, que matou 72, porque se poupou nos materiais de construção antifogos.

Entre 1918 e 1934, Viena foi dominada a nível autárquico pelo Partido Social-Democrata (quando isso queria dizer socialismo reformista e não centro-di-

reita neoliberal). A esta época costuma chamar-se de Viena Vermelha e foi responsável por uma série de avanços e conquistas: o dia de trabalho de 8 horas e o subsídio de desemprego, que hoje parecem tão evidentes, foram implementadas na cidade pela primeira vez.

Mas a sua visão transformou a cidade de uma maneira que a tornou a inveja da Europa. Viena deparava-se com o mesmo problema que muitas cidades têm hoje: falta de habitação acessível de qualidade. A solução inicialmente foi congelar as rendas a níveis de 1914, mas isso tornou a construção civil privada de habitação pouco lucrativa. A procura explodiu. De 1925 a 1934 o município construiu 60 mil novos apartamentos de habitação social. Com custos de construção baixos deu-se casa nova a um décimo dos vienenses (200 mil pessoas!).

Mas não eram barracas de fraca qualidade. Foram construídos bairros com apartamentos espaçosos, construção de qualidade, jardins amplos, nalguns casos piscinas nos espaços comuns dos edifícios. A mais famosa era a Karl-Marx Hof, baptizada em nome de quem inspirou as políticas. Sim, tem uma piscina gigante.

E como foi financiada? Impostos sobre imóveis e sobre bens de luxo. E as rendas eram diferentes consoante os rendimentos, trabalhadores pagariam 4% do salário. Em casas privadas era até 30% (cá em Lisboa hoje a renda consegue facilmente ser metade ou mais dos rendimentos). Se ficassem doentes ou desempregados a renda podia ser adiada. Os apartamentos, antes incrivelmente modernos (uma sanita por lar!), continuam activos, mas são relativamente pequenos e antiquados para os dias de hoje.

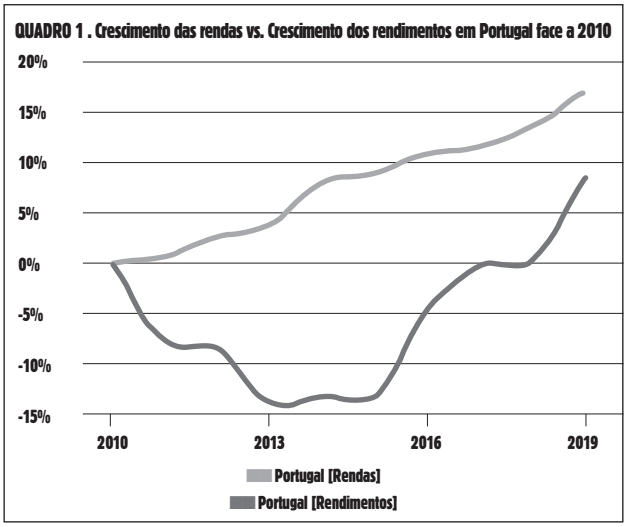
Hoje, dois terços das habitações de Viena são habitação pública, para todos os gostos e carteiras e sempre de elevada qualidade. As pessoas vivem sem risco de serem expulsas, sem a frustração de não poder contar com o senhorio para manutenção. Muitos nem sonham comprar casa própria porque não sentem que precisam. Viena já provou o que acontece com 100 anos de políticas de habitação pública consistente, de qualidade, mantida, renovada e não segregada.

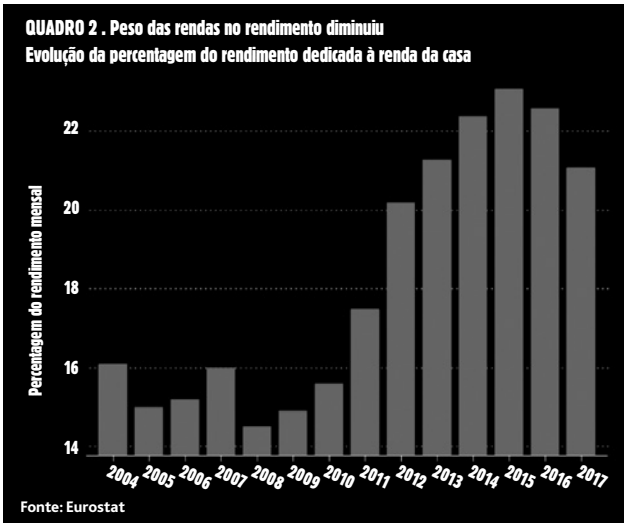
Do outro lado do Atlântico tivemos o exemplo oposto, de o que acontece quando a habitação pública não é um plano a longo prazo, sustentável e universal. Temos um exemplo de sabotagem mais moderno nos EUA: o bairro social Pruitt-Igoe em St. Louis, Missouri. A falta de habitação na cidade nos anos 40 era terrível e criou-se um projecto superambicioso: 33 edifícios de 11 andares, 2870 apartamentos, com espaços comunitários no rés-do-chão (aqui representados por um artista que os conceptualizou). O bairro vinha substituir os bairros de lata que se acumulavam e andavam a espantar a população branca para os subúrbios.

O bairro em si rapidamente se degradou: ficaram frequentemente sem luzes, sem elevadores devido à falta de manutenção pública. A população era na sua esmagadora maioria afrodescendente, o que explica a falta de preocupação política e a rápida demonização pública que se fez do espaço. Os inquilinos eram racializados, pobres e policiados por trabalhadores sociais. Famílias eram separadas porque não queriam que homens afrodescendentes adultos, capazes, vivessem "à conta do Estado". Crianças tinham de mentir a trabalhadores sociais sobre se o pai visitava. Gerações de crianças sem pais e mães solteiras desprotegidas tiveram rapidamente o seu efeito na comunidade. Quando nos anos 60 se começou a esvaziar, o crime rapidamente se instalou nos seus corredores, escadarias e apartamentos abandonados. Em 71, já só havia 600 apartamentos ocupados e os edifícios foram demolidos. O exemplo foi usado desde então para advogar contra habitação pública.

Agora nas autárquicas é importante lembrar que dos maiores problemas de cidades como Lisboa e Porto é a falta de habitação acessível para os salários que se praticam em Portugal. As causas sabemos: turismo, alojamento local, especulação imobiliária, a lei Cristas do arrendamento (ver quadro 1).

As soluções tem-nas a história: precisamos de controlar rendas, sim, mas sem a criação de nova habitação, não de luxo privado, mas de Luxo Público: "primeiras casas", alojamento estudantil e habitação social. E não podemos deixar que as outras casas se deixem ao abandono à espera de um bom negócio. Como Gui-





lherme Boulos defendeu na sua campanha para São Paulo, a lei brasileira, tal como a portuguesa, já defende a prioridade do uso social de imóveis acima do direito de os usar para especular. Temos 730 mil casas vazias ou ao abandono em Portugal. Teremos cerca de 7000 pessoas em condição de sem abrigo, 30 mil famílias com carências habitacionais. Não nos faltam casas. Por outras palavras: *Use it or lose it* (ver quadro 2). Quem trouxer estas soluções terá realmente uma visão estrutural, ambiciosa, transformadora para transformar estas cidades não em dormitórios ou armadilhas para turistas, mas em comunidades em que milhões podem viver, descansar, ter o seu lazer e criar a sua família.

A Insustentável leveza da Esquerda Intelectual

Vivemos uma intelectualização da Esquerda - desde fenómenos como o Maio de 68 - que se assume como uma consciencialização burguesa, de natureza inclusiva e reparadora dos vícios e exclusões da história.

Mas por ser uma consciencialização burguesa é feita nos termos das ciências sociais, num quadro de linguagem que fala sobre as pessoas, mas não para as pessoas. Ou seja, traduz, interpreta e teoriza sobre os fenómenos sociais, permitindo um debate sobre intersecionalidades entre raça, género, grau de escolaridade, orientação sexual, condição económica, e exclusão social, que são consumidos dentro da academia. É verdade que o resultado dessas reflexões legítima e incentiva as transformações sociais, como a conquista de direitos para minorias e o empoderamento feminino, muito graças ao facto dessa burguesia de esquerda já integrar essa diversidade.

Todavia, o resultado desse labor intelectual tem sido, repito, o de falar sobre as pessoas e não para as pessoas. Quando muito, observa-se um discurso para dentro. Mas essa compreensão dos fenómenos sociais (como o paternalismo, o racismo sistémico, a ideologia lusotropicalista no quadro português, entre outros) de pouco serve se não há uma disponibilidade para os explicar à sociedade numa linguagem compreensível. E isto é um problema de elitismo, de classismo intelectual - a presunção de que a evidência dos factos sociais é por todos compreensível nos mesmos termos. Em rigor, isto é a meritocracia intelectual.

É nesse vazio deixado por essa intelectualização burguesa da esquerda que cresce o populismo, porque este fala para as pessoas, nos seus termos, alimentando os preconceitos que a esquerda não se dispõe a desconstruir junto dos descamisados da globalização.

João Ferreira Dias é mestre em História e Cultura das Religiões pela FLUL e doutorado em Estudos Africanos e investigador do CEI-UL.

Co-Criação de Cidades como Reforço da Democracia

A era da criação dos centros urbanos por uma elite eleita, que posteriormente definia o ordenamento territorial, o seu planeamento e as respetivas construções está a chegar ao fim, pelo menos da forma como a conhecemos.

O advento da adoção em massa da internet e das redes sociais, não tem de significar apenas a desintegração do sistema democrático às mãos dos movimentos autocráticos de direita, mas sim uma forma prática de contacto e de ação direta com as populações.

Não falo de Orçamentos Participativos (para Séniores e Jovens), que têm representado apenas uma boa intenção e um bom primeiro passo, mas sim de verdadeiras integrações do planeamento da cidade, desde o urbanismo, à economia, ensino e saúde de acordo com as necessidades dos residentes que lá vivem.

Falo por exemplo de Leuven 2030, que em 2018 se propôs a criar um roteiro para a sustentabilidade carbónica: um documento que enumerava e punha numa linha temporal todas as ações necessárias para alcançar a neutralidade de carbono. Aproveitando o poder da sua rede, mobilizou mais de 60 peritos locais (na sua maioria da universidade da cidade, KU Leuven, mas também pessoal da cidade e peritos do sector privado) para participar em múltiplas sessões de peritos abrangendo uma vasta gama de tópicos. Juntamente com a BUUR, uma agência local de concepção urbana, Leuven 2030 processou depois os dados recolhidos e elaborou um documento coerente e legível de 177 páginas: o Roteiro de Leuven 2030. Uma vez concluído o Roteiro, Leuven 2030 procurou assegurar a adesão dos principais interessados. Foi bem-sucedido. Quando o Roteiro foi apresentado na conferência "Rumo a 2050", teve as assinaturas de 15 intervenientes-chave - incluindo a cidade, KU Leuven, e a Câmara de Comércio - indicando a sua aprovação.

Neste momento, o roteiro conta com 13 programas de intervenção diferentes (energia, mobilidade, consumo...)

e três transversais: governação e financiamento; compromisso e justiça social; e dados e monitorização liderados por 16 chefes de projeto (voluntários) locais que irão trabalhar com as respetivas equipas para implementar a estratégia da cidade.

A Direção que organizou este processo foi a ONG "Leuven 2030". Fundada para criar estratégias de combate e adaptação às alterações climáticas, esta é fruto da decisão camarária de criar um espaço de decisões estratégicas que fosse capaz de unir a cidade em 5 vértices: cidadãos, empresas, câmara municipal, instituições académicas e empresas de utilidade pública. Atualmente, é considerada pela UE como uma organização de "Democracia Radical", pelas suas características descentralizantes e de empoderamento do tecido social da cidade.

Atribuindo 20% dos votos de cada decisão a cada um destes grupos, o município de Leuven criou uma Assembleia Geral, com uma direção de 15 pessoas (sendo estas oriundas de cada um destes grupos e bastando submeter uma proposta estratégica aceite e

aprovada pela AG para que possam fazer parte desta), em que as decisões do futuro da cidade são tomadas em conjunto, através de consenso ou por voto da maioria.
O resultado desta forma de juntar os cidadãos e intervenientes locais ao poder local, tem resultado numa adesão massiva aos projetos camarários e gerado uma cidade que é vista e sentida pelos seus cidadãos como inclusiva. Em 2020 a cidade acabaria mesmo por receber prestigiado prémio de Capital da Inovação (iCapital), sendo este atribuído devido a vários projetos que a tornaram uma espécie de "capital dos ecossistemas de colaboração", entre eles o "Leuven, Maak het Mee" ou, em português 'Co-Criar Leuven" e claro, "Leuven 2030.
O "Co-Criar Leuven" pegou num conceito emblemático de qualquer autarquia. O chavão autárquico de "vamos ouvir atentamente as necessidades da população e responder aos seus problemas!", só que sem deixar de as ouvir e trabalhar para elas a partir do momento em que os autarcas são eleitos. Este projeto iniciou outro processo de democratização radical da construção da cidade de Leuven, em que foram abertas as inscrições à população para darem ideias do que seria importante implementar nesta cidade, de forma acessível, podendo ser submetidas ideias via plataforma online, cartas, postais, etc.
Ao todo o executivo recebeu mais de 2000 ideias, de mais de 3000 cidadãos, tendo sido adotadas 1000 destas para serem implementadas até ao final do mandato. Desde mobilidade, natureza e biodiversidade, habitação, descolonização de espaços públicos a desenvolvimento sustentável, o município muniu-se de um plano co-criado, completamente transversal em termos de escopo e impacto, tendo a população sido mobilizada pela ideia de poderem realmente contribuir para a criação dos espaços onde vivem.
Leuven não tem o domínio exclusivo dos processos participativos na criação de cidades. Há também outros exemplos fortes como Espoo, onde a cidade, que dependia da produção da Nokia para a sustentabilidade financeira, revolucionou o seu funcionamento através de processos participativos como a criação da "City as a Service", onde as necessidades dos cidadãos são a principal fonte de decisões e planeamento urbanístico, ou a KYKY – ou em inglês "School as a Service", onde os programas educativos são desenhados com os pais, alunos e professores, mas também em função das necessidades laborais da cidade, com o objetivo de aumentar a empregabilidade e a autonomia profissional dos seus alunos.
Vivemos na derradeira era da disrupção da gestão autárquica, onde os nossos eleitos locais vão ter de responder aos desafios das alterações climáticas, à desintegração do mundo unipolar liderado pelos EUA, ao aumento da competição económica não só a nível nacional, mas local, de cidades vs cidades a lutar pela atração de talentos, investimento, captação de multinacionais e uma crescente polarização ideológica. Não se resolve tudo isto tornando as nossas cidades melhor integradas e mais confortáveis de viver, mas é um início.
Numa era em que se pedem soluções para o fenómeno dos novos líderes autocráticos, e esta é uma delas: a democracia, radicalmente democrática.

Henrique Canha é um dos animadores do portal e podcast Rosa Mecânica.

Medina quer acabar com a situação dos sem-abrigo

Dar resposta às pessoas em situação de sem-abrigo é uma aposta da Câmara Municipal de Lisboa (CML), com o objectivo de haver cada vez menos gente a viver na rua.

E há boas notícias nesse sentido, já que a Assembleia Municipal de Lisboa (AML) aprovou (na terça-feira 3 de março de 2020) o Plano Municipal para a Pessoa em situação de Sem-Abrigo (PMPSA) 2019-2023, que prevê um investimento de 14,6 milhões de euros e a disponibilização de mais 320 casas no âmbito do programa "Housing First" até 2023.

O documento em causa contou com a abstenção do PCP e os votos favoráveis das restantes forças políticas (PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM) e eleitos independentes – inclui também programas para a empregabilidade das pessoas em situação de sem-abrigo, bem como uma aposta na saúde oral, garantindo 1.500 consultas de medicina dentária anuais gratuitas, escreve a Lusa.

Segundo a Rádio Renascença, que cita a agência de notícias, o PMPSA tem como destinatários os 361 sem-abrigo e as 1.967 pessoas que não têm casa e vivem em alojamentos temporários, tendo como áreas de intervenção a habitação, a saúde e o emprego – a autarquia vai, de resto, abrir 200 vagas nos seus departamentos e nas empresas municipais.

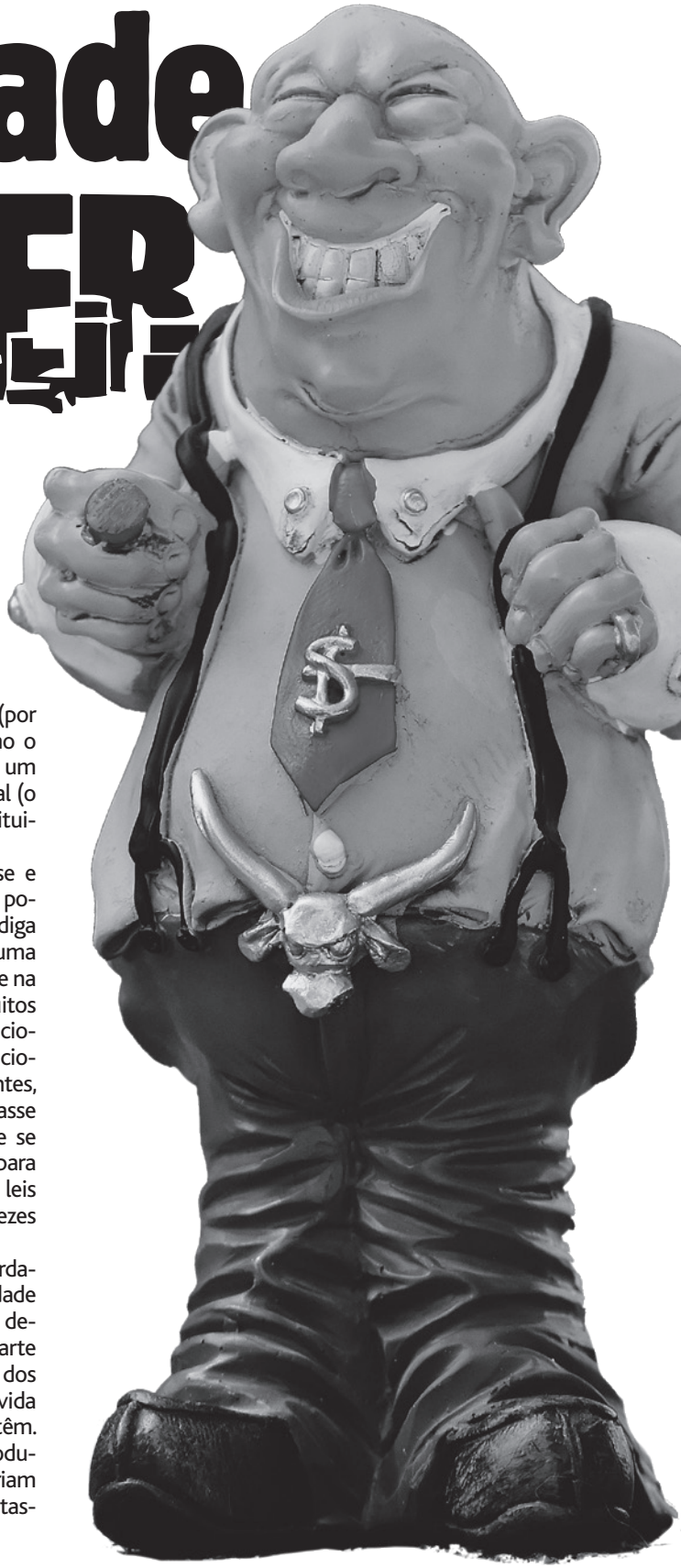
Manuel Grilo, vereador dos Direitos Sociais, adiantou que o PMPSA contempla uma "aposta fortíssima" no "Housing First", com mais 320 fogos até 2023, além dos actuais 80 disponíveis.

De referir que o plano foi aprovado em Dezembro de 2019 pela CML, sendo que uma primeira versão do mesmo tinha sido aprovada em Junho do mesmo ano, tendo, entretanto, sido revisto e alargado. Desta forma, o plano é alargado até 2023 (inicialmente vigorava até 2021) e o investimento aumentará de 4,3 milhões de euros para 14,6 milhões de euros.

Actualmente, a CML financia 80 habitações para pessoas sem-abrigo no âmbito do programa "Housing First" – um projecto em que as pessoas são integradas em habitações tendencialmente individuais e têm um acompanhamento por técnicos que as ensinam a gerir uma casa tendo em vista a sua integração social –, tendo aprovado em Novembro o financiamento de mais unidades.

Dieter Dellinger é fundador do PS e do jornal "A Luta", passou pelas publicações "Sol XXI", "Jornal de Negócios" e "A Ideia"

Liberdade e PODER



Liberdade e Poder são ideias que não podem ser separadas na política. Quanto mais poder um indivíduo tem, mais liberdade tem. Mais escolhas plausíveis estão disponíveis. Ter poder é jogar em *easy mode*.

E há vários tipos de poder, claro, desde físico a social (por exemplo a influência da religião ou de ideias como o machismo ou sexismo, que dão permissão social a um grupo para limitar a liberdade de outro), institucional (o poder cedido pela posição do indivíduo numa instituição: professor, político, polícia) e claro, a riqueza.

No mundo atual, o poder do dinheiro sobrepõe-se e molda todos os outros. Ter mais dinheiro é ter mais poder, é libertares-te das tuas limitações físicas (que o diga o cabelo do Elon Musk), das tuas limitações sociais (uma mulher negra rica move-se com muito mais liberdade na sociedade que a sua contraparte pobre e até que muitos homens brancos pobres) e até das limitações institucionais: escolhes os teus professores e médicos, a lei funciona de maneira diferente, com consequências diferentes, consegues fugir a impostos com truques a que a classe média não tem acesso, por exemplo, e finalmente se não gostares da lei, podes comprar os teus políticos para mudá-la. Leis que os ricos querem passam mais que leis que os trabalhadores querem, mesmo que haja 10 vezes mais trabalhadores. ENFIM, DEMOCRACIA.

Então qual o problema da nossa concepção de liberdade? Se a liberdade é um direito, esta incrível liberdade dos ricos não só não devia poder ser limitada como devia ser idealmente estendida a todos. A segunda parte bate logo contra uma parede. Grande parte do poder dos ricos vem de poder delegar as partes chatas da sua vida a outras pessoas que precisam do dinheiro que eles têm. Limpar, cuidar dos filhos e claro, trabalhar para produzir riqueza. Mas se todos forem ricos, porque aceitariam ser explorados por um salário? E mesmo que aceitas-

sem, que força tem a ameaça do despedimento se isso simplesmente significar voltar para a tua mansão e vida de ócio? E institucionalmente, que político, professor, ou polícia quereria saber do dinheiro que tens quando eles próprios teriam tanto quanto tu e mais, todos os outros pais e cidadãos teriam o mesmo que tu?

Como se vê, a liberdade e poder que os ricos têm não vem da fortuna em si, mas da miséria dos outros. Não há poder nem liberdade na riqueza sem miséria alheia. Nem quero entrar nas outras limitações óbvias desta fantasia de riqueza universal, mas obviamente sem uma classe baixa de onde extrair riqueza, não há ricos e depois há a questão da limitação física de recursos existentes na Terra. Se todos vivêssemos como milionários, este planeta esgotava-se bem rapidamente. Este planeta nem aguenta vivermos todos como um português médio, quanto mais um milionário. (Para que conste era preciso uma Terra e meia para vivermos todos como portugueses médios.)

Assim vemos que a liberdade dos mais ricos vai muito para além do que poderia ser garantido num direito. Direitos ou são universais ou não são direitos: são privilégios. E a lei não pode existir para garantir privilégios. Olhando assim, é natural que a educação seja um direito, mas é imoral que alguns tenham o privilégio de segregar os filhos para lhes dar uma vantagem sobre os filhos dos outros, por exemplo.

Ainda mais imoral que se tirem recursos da escola de todos para financiar esse privilégio. Então se o privilégio não é universalizável, o justo é, claro, estender os direitos a todos, cortando nos privilégios de poucos.

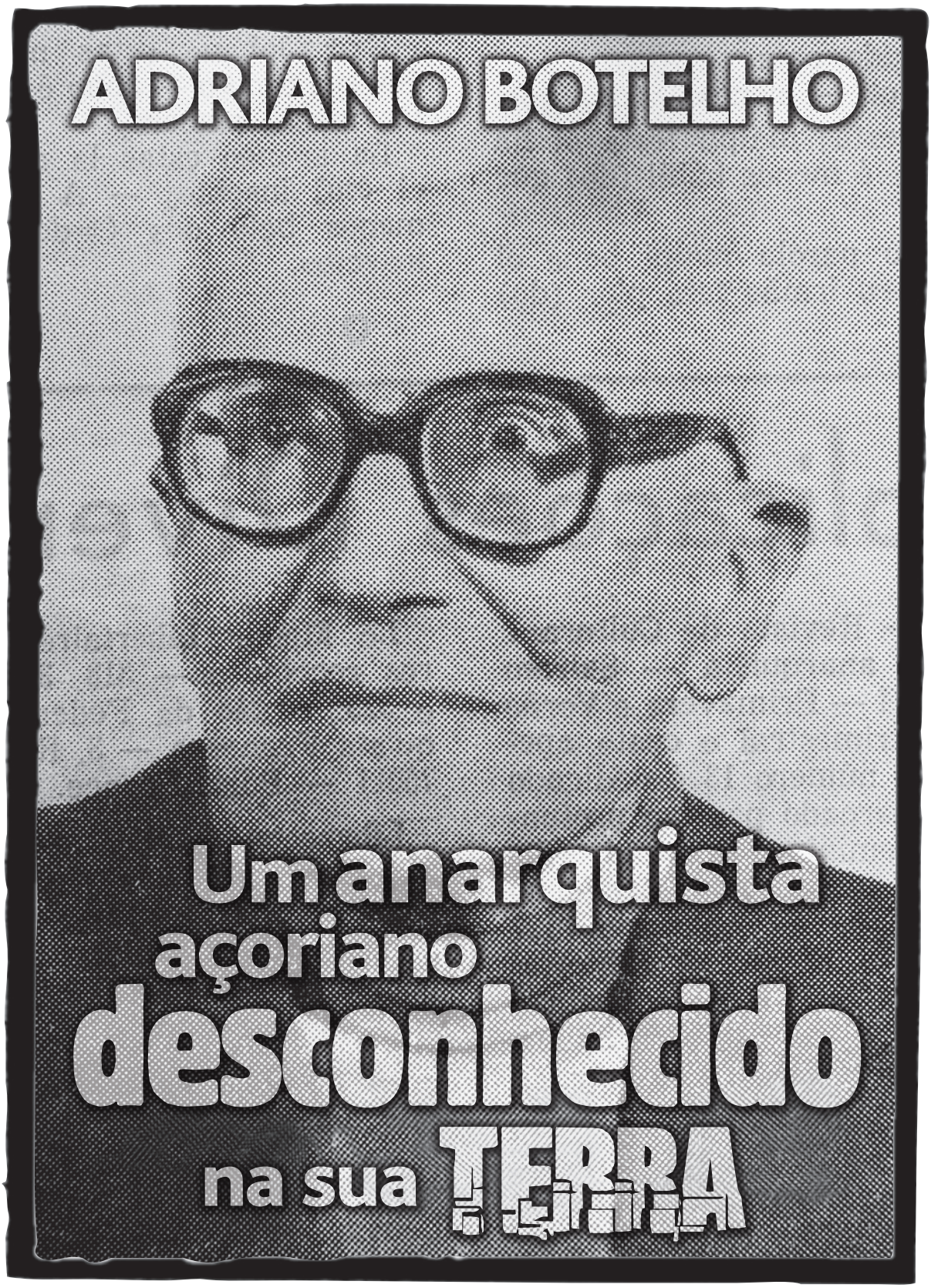
Ironicamente uma sociedade assim estaria muito mais perto da "meritocracia" que muitos dizem defender. Porque o problema neste jogo do "mérito" é que sem regras e redistribuição, os poderosos não só ganham sempre, como ganham cada vez mais ao ponto de poderem comprar os árbitros e mudar as regras para ganharem ainda mais. As conversas de "ah, mas eles arriscam mais" vão completamente ao ar quando vemos que se tornam todos (bancos, senhorios, empresas) "too big to fail" e vamos lá nós todos pagar pela aposta gorada de poucos... que não só mantêm o que apostaram como não ficamos com nada em troca. Nem sequer novas regras para impedir que aconteça novamente. E era aí que queria chegar.

O mundo capitalista deseja-se com menos fricção possível. Menos impostos, menos leis, menos regulação menos direitos dos trabalhadores, menos greves, menos Estado a proteger trabalhadores e consumidores e mais Estado a proteger a propriedade e a vigiar e a reprimir quem pede justiça. Muitas das coisas boas que a globalização nos trouxe (a alguns), o livre movimento (para alguns e hoje em dia, lol covid), a partilha de conhecimento e cultura (lol patentes e copyright), o acesso a bens de todo o mundo mais baratos (à custa de destruição ambiental e às vezes trabalho escravo literal) como não foi acompanhado por uma universalização de direitos (humanos e laborais), uma universalização de normas fiscais e redistribuição e uma universalização de regulação ambiental, resultou no que acontece sempre quando tiras o "handicap": quem já ganhava ganha mais, quem já perdia, perde mais.

Não há internacionalismo nem progresso sem exigir para os outros (mesmo do outro lado do mundo) os mesmos direitos e responsabilidades que queremos para nós. Os direitos que negas aos outros ser-te-ão tirados de seguida. É a lei do mais rico.

Guilherme Trindade é escritor e realizador. @sexogratweeto

ADRIANO BOTELHO



Um anarquista açoriano desconhecido na sua TERRA

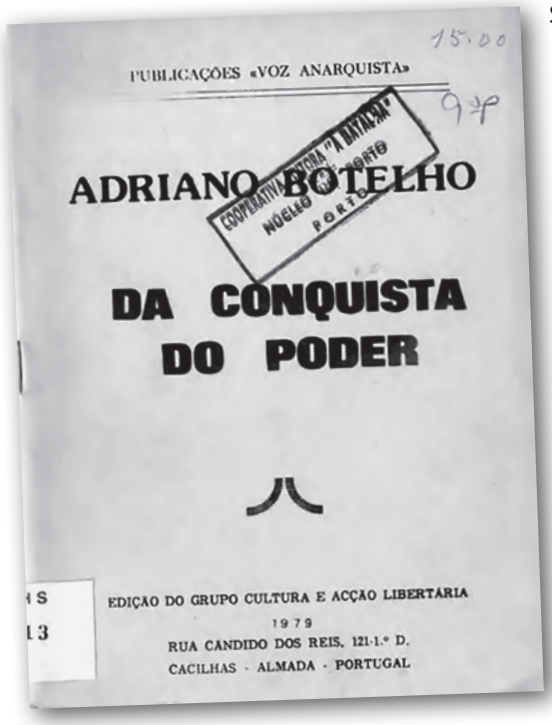
No dia 26 de julho de 1989, o jornal Correio dos Açores noticiou o surgimento de uma nova edição da Secretaria Regional da Educação e Cultura, da Região Autónoma dos Açores: o livro "Adriano Botelho – Memória e Ideário", uma antologia de textos organizada e prefaciada por Carlos Abreu e João Freire.

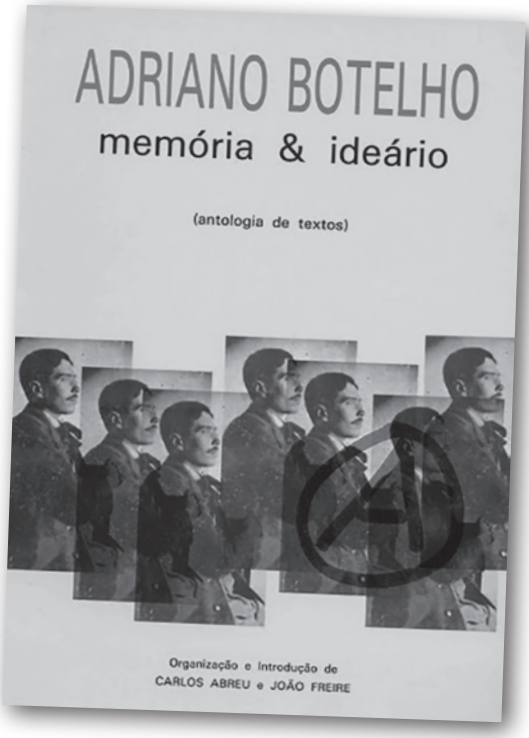
A notícia referida, talvez a única num jornal açoriano em que nome de Adriano Botelho é mencionado e uma pequena nota biográfica, da autoria de Carlos Enes, inserida na Enciclopédia Açoriana são a prova de que os poderes instituídos estão mais interessados em dar a conhecer intelectuais amorfos, políticos retrógrados, pretensos fidalgos e quejandos, esquecendo-se de gente séria, modesta e boa e de quem perfilha ideias progressistas e/ou age para acabar com uma sociedade injusta.

Nesta pequena nota, pretende-se por um lado homenagear o anarquista açoriano que não traiu os seus ideais e dar a conhecer um pouco da sua vida e obra para que não caiam no esquecimento e sirvam de exemplo às novas gerações.

Adriano Inácio Botelho nasceu em Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, a 12 de setembro de 1892, tendo lá residido até 1907, ano em que foi viver para Ponta Delgada, ilha de São Miguel, onde completou o curso dos liceus, em Junho de 1909.

Embora tenha ouvido falar, por volta dos seus 12 ou 13 anos, através do seu professor de História, Geografia e Francês do liceu de Angra do Heroísmo, onde frequentou os primeiros cinco anos, de socialismo que era segundo aquele "a doutrina da igualdade económica" e se ter sentido "entusiasmado por essa sociedade, em que não haveria pobres e ricos", até 1909, ano em que saiu de São Miguel não tinha "ideias político-sociais assentes".

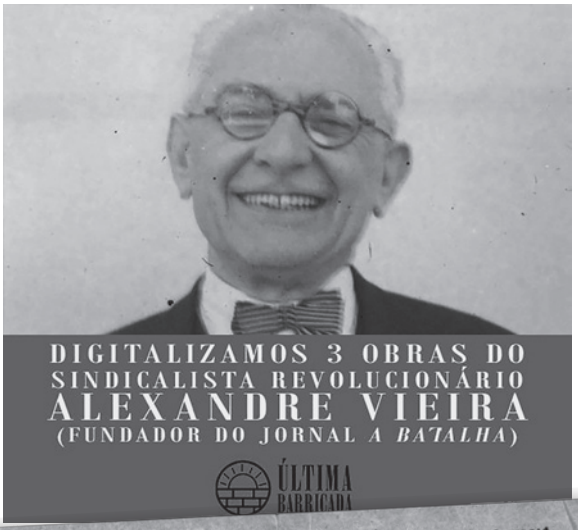




Chegou a Lisboa em outubro de 1910, onde se matriculou na Escola Politécnica com o objetivo de concorrer à Escola de Guerra. Como os estudos não correram bem, foi para Coimbra pouco depois da instauração da República, tendo aí acompanhado a agitação que "reclamava os cursos livres e a criação duma faculdade de Direito em Lisboa". Foi nessa ocasião que aderiu ao anarquismo, tendo lido "o livro do Dr. Eltzbacher sobre as doutrinas anarquistas" bem como vários livros de Pedro Kropotkine que adquiriu e que Aurélio Quintanilha lhe emprestou.

Em junho de 1914 abandona Coimbra sem ter terminado a licenciatura em Ciências e foi para Lisboa. Como encontrou dificuldades em conseguir um emprego pensou ir para Paris e depois para os Estados Unidos da América, onde tinha familiares, tendo para tal regressado nos fins de 1914 para os Açores para dali seguir para a América do Norte.

Terminada a Guerra e cansado de esperar pela ida para os Estados Unidos, regressou a Lisboa em setembro de 1919. Foi aí, através de Aurélio Quintanilha, também natural de Angra do Heroísmo e seu colega no liceu e na Universidade de Coimbra, que contatou com Alexandre Vieira, diretor do jornal "A Batalha", tendo passado a colaborar com aquele jornal numa secção sobre o movimento sindical e libertário estrangeiro.



A sua maneira de ser fazia com que tivesse dificuldade em manter relações sociais e mesmo conversar só o fazia, e pouco, com quem se entendia bem. Além disso, a sua entrada para organizações libertárias, onde segundo ele "a principal colaboração foi dada por escrito, atirando como o semeador com o grão à terra, mas deixando que este se desenvolvesse por si, onde encontrasse terreno propício", deu-se forçando-se um pouco a si próprio.

Após a Primeira Conferência Anarquista da Região Portuguesa que se realizou em maio de 1923, em Alenquer, e onde foi constituída a UAP – União Anarquista Portuguesa, foi constituído um grupo de que Adriano Botelho fez parte, por sugestão de outro açoriano, também natural de Angra do Heroísmo, António José de Ávila, que mais tarde se designou O Semeador. Adriano Botelho, também, fez parte do C. R. da Federação Anarquista da Região Centro, uma das federações regionais em que a UAP estava organizada.

Em 1926, Adriano Botelho foi nomeado para o Conselho Confederal da CGT – Confederação Geral do Trabalho, organização anarco-sindicalista criada a 13 de setembro de 1919, onde se manteve até 1931, ano em que pediu a demissão e escreveu o folheto "Da Conquista do Poder".

Francisco Quintal, na nota introdutória à reedição do folheto feita, em 1979, pelo Grupo Cultura e Ação Libertária (2), justifica a mesma pelo facto de constituir "uma demonstração clara e eficiente da inutilidade do Estado" e pela sua atualidade então, e dizemos nós ainda hoje, pois vivia-se "numa época em que o corpo do Estado, em plena decomposição, está a ser assaltado por uma multidão de necrófilos constituída por aqueles que, hoje mais assanhados do que nunca e ostentando rótulos que não correspondem às suas ambições, pretendem conquistá-lo [...] procurando assim reviver o estafado lema de que o poder é necessário como guia orientador dos povos".

Em 1932, Adriano Botelho, a pedido de Mário Castelhano voltou para o Comité Confederal, sendo este responsável pela criação do comité que preparou a Greve Geral de 18 de janeiro de 1934, que não contou com a sua presença.

A entrada de anarquistas espanhóis para o governo, durante a Revolução Espanhola de 1936-1939 causou, em Adriano Botelho, "uma profunda revolta, cheia de ódio contra os prevaricadores e seus defensores que se convenceu "de que o que era mais necessário era a divulgação das doutrinas anarquistas" e convencido que não assistiria ao derrube do regime fascista começou "a distribuir jornais e folhetos, entregando alguns a camaradas de Almada e enviando outros para Edgar Rodrigues, no Brasil".

Embora sempre dissesse que não queria voltar a participar na atividade da CGT, acabou por aceitar pertencer ao grupo que tentou a sua reconstituição, quando os resultados da Guerra de 1939-1945 começaram a ser favoráveis às "democracias", tendo feito parte dos comités confederais até ao seu desaparecimento por volta de 1965.

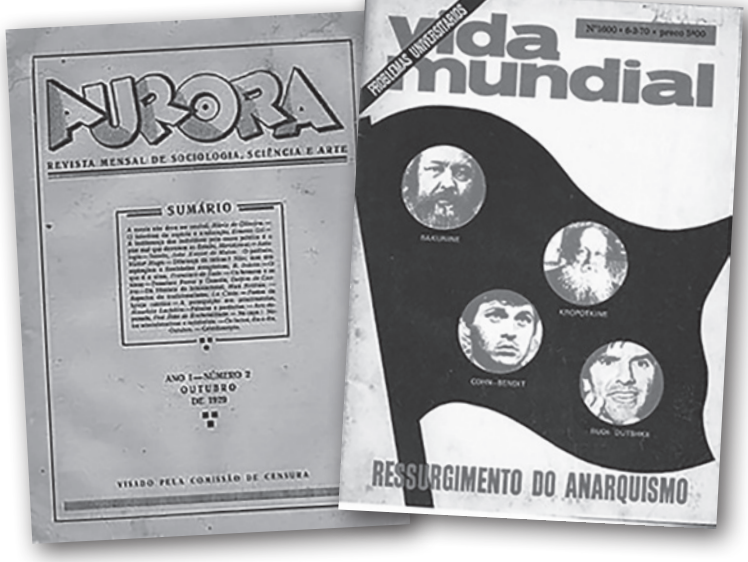
Adriano Botelho que sempre preferiu o movimento específico anarquista dedicou quase toda a sua vida a divulgar os ideais em que acreditava, tendo sido, segundo Correia Pires, um "excelente jornalista e não houve nenhum jornal anarquista no tempo que não colaborasse e até nos jornais operários como "A Batalha", "A Comuna", a "Aurora" e muitos outros".

Depois do 25 de abril de 1974, Adriano Botelho continuou a sua labuta, tendo colaborado com a "Voz Anarquista" e em maio de 1974 escreveu o texto "Ao Povo Português", onde mostra alguma esperança na construção da sociedade que ele tanto almejou, uma "sociedade baseada na completa liberdade dos indivíduos, simplesmente limitada pela liberdade igual dos restantes." Segundo ele, na sociedade pretendida haverá a "socialização (não nacionalização) de todos os meios de produção (terras, fábricas, minas), entregues aos próprios trabalhadores, para serem utilizados em benefício da coletividade e não de minorias parasitárias" e onde "será abolido o escravizante re-

gime do salariato e cada um produzirá, segundo as suas forças e consumirá segundo as suas necessidades. Aliás esta é a forma praticada no seio de todas as famílias moralmente constituídas".

Nos seus escritos, Adriano Botelho abordou os mais diversos temas de que são exemplo, a história do movimento operário e anarquista em Portugal, a luta contra o salazarismo, os acontecimentos no estrangeiro, nomeadamente os associados à Revolução Russa e à Guerra de 1936-39 em Espanha, a organização e a propaganda anarquista, o sindicalismo, a religião e a ciência, os espetáculos imorais, etc., etc.

Sobre as touradas de praça, um dos espetáculos imorais referidos, Adriano Botelho escreveu, a 10 de agosto de 1925, no suplemento ilustrado d'A Batalha, o seguinte: "...fazem-se por outro lado, reclames entusiastas de espetáculos, como as touradas de praça onde por simples prazer se martirizam animais e onde os jorros de sangue quente, os urros de raiva e dor e os estertores da agonia só podem servir para perverter cada vez mais aqueles que se deleitam com o aparato dessa luta bruta e violenta, sem qualquer razão que a justifique" e acrescentou: "E - caso assombroso! – já se chegou até ao arrojo de se condecorar por atos de filantropia um toureiro qualquer, digno filho da Espanha fradesca e reacionária, como se na arte de atormentar barbaramente animais – quase sempre colocados em desigualdade de circunstâncias para a defesa – pudesse haver algo de generoso e altruísta".



Tendo vivido apenas cerca da quinta-parte da sua vida nos Açores, Adriano Botelho escreveu muito pouco sobre a sua terra natal. Com efeito, sobre os Açores apenas conhecemos o texto "Independência dos Povos" que foi publicado pela primeira vez no número 24 da "Voz Anarquista", de Agosto de 1977.

No texto mencionado, depois de mencionar que a situação dos Açores é diferente da "dos outros povos colonizados por Portugal, na África, Ásia e América", onde os seus habitantes foram escravizados e alguns vendidos "como animais de carga", Adriano Botelho afirmou que "nas camadas populares não existem, em geral, ideias de integração na república norte-americana e muito menos aspirações separatistas".

Segundo Adriano Botelho, apenas "alguns magnatas da ilha de S. Miguel, preocupados sobretudo com a situação que lhes possa melhor garantir a sua privilegiada posição", sem muitos seguidores nas outras ilhas, terão aspirações separatistas. O povo, por seu turno, escreve Adriano Botelho" continuará explorado e oprimido, evidentemente enquanto estiver sob o domínio de qualquer Estado: Açoriano, Português ou Norte-Americano, pois só com o desaparecimento desta instituição, como aliás em todo o mundo, é que ele conseguirá libertar-se integralmente".

Publicado originalmente em "A Ideia", 81/83, Outono de 2017, p: 250 e 251. Cedido gentilmente pelo autor.

BIBLIOGRAFIA

Abreu, C., Freire, J. (1989). Adriano Botelho memória e ideário (antologia de textos). Angra do Heroísmo: Direção Regional dos Assuntos Culturais.
Botelho, A. (1974). Ao Povo Português. Almada: Delegação de Almada do Movimento Libertário Português.

DEMOCRACIA REPRESENTATIVA [versus] DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

O conceito de Democracia Participativa é muito interessante e tem vindo novamente a ganhar novos apoiantes, sobretudo perante o natural desgaste e problemas da democracia representativa.

No entanto, ao contrário do que acontecia na Grécia Antiga, a democracia participativa com os níveis demográficos que os países atualmente apresentam e o estilo de vida da esmagadora maioria das pessoas é impraticável.

Não me refiro aos custos, embora eles existam, até porque como sabemos as democracias são caras e complexas, mas sim pelo facto dos métodos a utilizar. Seria tudo referendável? Haveria espaço para debate? Em Portugal iriam 10 milhões de cidadãos debater e votar matérias específicas? Talvez no intervalo do horário de trabalho? A votação do orçamento de estado era feita na hora do almoço?

Não será em vez disso bastante melhor, ter bons representantes políticos, dedicados, com ética (o que como bem sabemos infelizmente nem sempre tem acontecido), que representem as opções ideológicas da população e tenham conhecimento profundo das matérias em debate? Por alguma razão a democracia representativa continua a ser a melhor forma para a gestão da causa pública.

Os métodos de escolha dos representantes podem e devem melhorar, a qualidade dos mesmos representantes também e a democracia participativa pode e deve servir como complemento. Os dois conceitos podem ser refinados, extraindo-se o melhor dos dois, sem nunca colocar em questão os pilares mais sofisticados de um regime que deve servir milhões de pessoas., mas que tem de funcionar. Por alguma razão os pais fundadores da democracia em Portugal escolheram o modelo representativo, não deixando de fora nalgumas matérias a questão participativa. Eles sabiam.

Filipe Barroso é licenciado em História pela FLUL, foi vice-presidente da JS FAUL e membro do Secretariado Nacional da JS.

Editor
Flávio Gonçalves
ISSN: 2183-5284
Depósito Legal: 449706/18
Grafismo e Paginação
Jorge Matias
Tradutores
Flávio Gonçalves
Jorge Matias
Mariana Nave
Tiago Silveira
Contacto
libertariapt@gmail.com
Facebook, Twitter e Patreon
@libertariapt
Impressão
Ulzama Digital e KDP
Distribuição Internacional
Amazon.com Inc.
Página
www.libertaria.pt
Publicação Não Periódica
Isento de registo na E.R.C.
ao abrigo do Decreto Regulamentar
8/99 de 9/6, artigo 12°, n° 1-a
Neste Número
Ana Santos
Andre Vltchek
Angelika Lima
Carlos Moreira
Dana Ward
Dieter Dellinger
Flávio Gonçalves
Filipe Barroso
Gabriel de Oliveira Feitor
Guilherme Trindade
Henrique Canha
João Ferreira Dias
Jorge Matias
Joel Bakan
Kevin Carson
Miguel Nunes Gonçalves
Paulo Deus
Rui Martins
Saúl Pereira
Sean Larsson
Teófilo Braga
Parcerias
Global Research
Jacobin Magazine
Pravda.ru
C4SS
Brave New Europe
Z Magazine

Novo Estatuto Editorial

A Libertária é independente do poder político, do poder económico e de quaisquer grupos de pressão, vislumbrando como positivo e desejável para o desenvolvimento nacional e bem estar do cidadão comum o entendimento do PS com as forças políticas à sua esquerda (PCP, PEV, BE e LIVRE);

A Libertária já não é uma revista partidária, pese embora ter sido inicialmente fundada e vocacionada para militantes e simpatizantes do Partido Socialista consideramos que seremos muito mais úteis aos cidadãos e eleitores nacionais como revista pluripartidária na qual podem colaborar socialistas democráticos, libertários ou não, de todos os partidos da esquerda portuguesa ou sem qualquer filiação partidária;

A Libertária tentará divulgar o mais objectivamente possível as várias correntes do pensamento socialista democrático, trabalhista e sindicalista de base da social-democracia original e do socialismo libertário;

A Libertária considera que a perspectiva libertária actual deriva de dois paradigmas distintos:

* o libertário europeu (sinónimo de socialismo libertário, democrático e igualitário);
* a libertação nacional sul-americana, africana e asiática (os movimentos de emancipação anti-colonialista);

A Libertária dá ênfase ao poder local, à descentralização, à autogestão, aos desafios da democracia na era digital e à necessidade de fortalecer a União Europeia visando a criação de um Estado Social Europeu que preze pelo bem estar dos seus cidadãos, assumindo-se como uma publicação favorável ao eternamente adiado federalismo europeu com a subsequente criação de um Senado Europeu, de um Exército Europeu, de um Ordenado Mínimo Europeu, de um Fundo de Reformas Europeu com políticas económicas, sociais e diplomáticas autónomas e distintas das adoptadas até agora tendo em vista um paradigma multilateral em vez do actual seguidismo cego da política externa dos EUA;

A Libertária intenta a divulgação de projectos de cultura alternativa e contracultura, dando a conhecer autores, artistas e colectivos que considere relevantes e pertinentes, com destaque para as artes plásticas, música e ficção especulativa.

ISSN: 2183-5285

Esta edição teve apoio à produção de:

Bernardo Cardoso

Carlos Brigadeiro

Carlos Moreira

Fábio Morgado

Gabriel Feitor

João Martins

João Rodrigues

José Palha

José Salgueiro

Ricardo Dias

Rui Martins

Secção Democracia Participativa - PS FAUL

O meu ideário económico desenvolvido ao longo de vinte e cinco anos pode resumir-se assim: federalismo agro-industrial. A minha ideologia política pode resumir-se numa fórmula semelhante: federalismo político ou descentralização.

Pierre-Joseph Proudhon

ISSN: 2183-5285

NESTA EDIÇÃO

O SOCIALISMO LIBERTÁRIO E O PS
As origens de uma corrente *Gabriel de Oliveira Feitor*

ORIGENS DO SOCIALISMO
Ascensão e queda da Segunda Internacional *Sean Larsson*

REFLEXÕES SOBRE A DEMOCRACIA III
Influência da desinformação generalizada *Jorge Matias*

O MUNDO EM GUERRA
Portugal deve sim retomar relações diplomáticas com a Coreia do Norte *Saúl Pereira*

PSICOPATAS ENCANTADORES
A Corporação *Joel Bakan*

COVID NA U.E.
Consequências económicas e sociais *Angelika Lima*

BIOGRAFIA
Pierre-Joseph Proudhon *Dana Ward*

IN MEMORIAM
David Graeber *Kevin Carson*

CONTRACULTURA
Já não nos é permitido ver, ouvir e ler o que queremos *Andre Vitchek*

DIREITOS
Teletrabalho e o mundo da 'colaboração' *Carlos Moreira*

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA
O moderado é o novo radical *Rui Martins*

Pessoas curdas aliadas da liberdade da democracia da humanidade *Paulo Deus*

Em defesa do empoderamento do Provedor de Justiça *Miguel Nunes Gonçalves*

Responsividade aos eleitos e proposta para GPPS na AR *Rui Martins*

Liberdade, democracia e socialismo *Paulo Deus*

A importância da democracia participativa *Ana Santos*

Por uma resposta participada à pandemia *Carta Aberta*

HABITAÇÃO SOCIAL
Luxo público *Guilherme Trindade*

A INSUSTENTÁVEL LEVEZA DA ESQUERDA INTELECTUAL *João Ferreira Dias*

COMO LEUVEN DEVE INSPIRAR OS NOSSOS AUTARCAS
Co-Criação de cidades como reforço da democracia *Henrique Canha*

AS FORMAS DO PODER
Liberdade e poder *Guilherme Trindade*

ADRIANO BOTELHO
Um anarquista açoriano desconhecido na sua terra *Teófilo Braga*

DEMOCRACIA REPRESENTATIVA VS. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA *Filipe Barroso*